

Campanha e intervenção da CDU Uma tarefa de todo o Partido

um bom trabalho
melhores
soluções



Conferência Nacional do PCP Sobre Poder Local e as eleições autárquicas

Págs. 4 a 9



Desafios e exigências do PCP para moralizar a vida pública portuguesa

• Nota da Comissão Política

Pág. 3



Lisnave/Solisnor Mello embolsa milhões e despede milhares

Centrais



Pirites Alentejanas

Apurar responsabilidades Reabrir a Mina

Artigo de *António Murteira*

Págs. 25 e 26



(In)Segurança Social do nosso futuro

Pág. 22



Questões de alternativa

Artigo de *Domingos Lopes*

Pág. 18

EDITORIAL

As autarquias na batalha do futuro

Conferência Nacional do PCP, do passado sábado, fez mais uma vez a demonstração de que o Poder Local democrático avulta, no nosso sistema político e institucional, como uma realidade das mais

A

consistentes e promissoras para o desenvolvimento do País e o bem-estar das populações, apesar dos constantes ataques a que tem sido sujeito por parte dos sucessivos Governos.

Num momento em que País atravessa uma profunda crise económica, social, política e moral, as autarquias afirmam-se como uma área de esperança e um terreno nevrálgico para ganhar a batalha do futuro.

A Conferência Nacional do PCP foi o vivo testemunho da forma aguda como os comunistas compreendem este papel impar do Poder Local, do empenhamento com que trabalham para assegurar a sua plena concretização, da atenção que dedicam aos seus problemas e dificuldades e do rigor com que preparam as eleições autárquicas de Dezembro próximo.

A vasta obra realizada nos municípios de maioria CDU mereceu, naturalmente, uma especial atenção da Conferência.

Os participantes ouviram impressionados o balanço apresentado na intervenção de Luís Sá em relação ao abastecimento da água, ao sistema de esgotos, à rede viária, ao ordenamento do território, à habitação, ao desenvolvimento económico, ao património cultural e à cultura, aos equipamentos desportivos, às zonas verdes e ao ambiente, ao apoio aos idosos, à política de juventude e à gestão dos recursos humanos. Compreende-se muito bem por que "é uma verdade geralmente reconhecida que os municípios com maioria da CDU estão claramente à frente das autarquias com maioria de outras forças políticas nos diversos domínios de actividade", como salientou aquele membro da Comissão Política do PCP.

Assinale-se, entretanto, que a Conferência não foi um acto de contemplação da obra realizada. Muito pelo contrário, abordou frontalmente as dificuldades, insuficiências e deficiências e trabalhou sobretudo com os olhos postos no futuro, desenvolvendo, a partir da base adquirida, as experiências mais positivas e elaborando de forma inovadora novas direcções de actividade.

Ao encerrar a Conferência, Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, podia afirmar, a este propósito, que o cerne dos trabalhos "foi responder a esta grande questão: como melhorar ainda mais as nossas respostas aos problemas dos cidadãos, como tomar ainda mais eficiente a nossa gestão, o exercício do Poder a participação das populações, o trabalho voluntário, a

defesa e a promoção do meio ambiente, do desporto e o preenchimento criativo dos tempos livres..."

A defesa do Poder Local e das suas características essenciais face à ofensiva centralista e autoritária do Governo do PSD esteve também no centro das atenções da Conferência.

Foi sublinhada a acção desenvolvida pelo PCP na Assembleia da República, na ANMP, na ANAFRE, no Parlamento Europeu, em cada autarquia em concreto em defesa da autonomia administrativa e financeira do Poder Local, princípios básicos em que radica a sua força e eficácia.

Foi igualmente salientado como outra característica especialmente importante, e que urge preservar, do Poder Local no nosso país a de combinar formas de democracia representativa com formas de democracia participativa.

Quanto a estas últimas, Álvaro Cunhal sublinhou "que formas de democracia participativa constituem elemento de valor primordial para dificultar a degenerescência antidemocrática do poder político e do Esta-

Num momento em que o País atravessa uma profunda crise económica, social, política e moral, as autarquias afirmam-se como uma área de esperança e um terreno nevrálgico para ganhar a batalha do futuro.

do". E observou, em reforço desta ideia, que ela é válida "tanto para o poder político em países capitalistas, como para o poder político em países socialistas".

A Conferência aprovou importantes linhas de trabalho em relação às finanças locais, à tutela, ao estatuto das freguesias e ainda em relação à luta pelas Regiões Administrativas".

Um destacado objectivo da Conferência, plenamente realizado, foi o da preparação das eleições autárquicas do final do ano.

A Conferência salientou a grande importância da organização e reforço das posições da CDU em cada autarquia e no conjunto do movimento, tanto para os interesses das populações, como para o presente e o futuro do Poder Local Democrático, no nosso país.

Na Declaração aprovada, afirma-se a este respeito: "A confirmação e reforço das posições da CDU consti-

tuirá não apenas a garantia de uma gestão mais eficaz no interesse das populações como também um factor de valorização do Poder Local, da defesa da sua autonomia, da salvaguarda do seu carácter democrático e representativo da constituição dos seus órgãos e um contributo para a luta pela criação das Regiões Administrativas.

Foi também sublinhado o significado político geral das eleições autárquicas e das suas repercussões na situação política do nosso país.

Com efeito, o acto eleitoral do final do ano constitui uma especial oportunidade para que o descontentamento popular se exprima pelo voto na condenação e rejeição da política do PSD e do seu Governo. Representa também a abertura de um novo ciclo eleitoral e por isso um resultado positivo das forças democráticas pode ser um bom contributo e um importante incentivo à concretização de uma alternativa ao Governo e à política de direita.

Quem manifesta pouco entusiasmo pelo Poder Local e as eleições autárquicas é Cavaco Silva, a avaliar pelas notícias vindas a público sobre o último Conselho Nacional do PSD.

É claro que não é só por causa das guerras que se travam no partido do Governo pelos lugares mais apetecidos que está ao seu alcance disputar. É sobretudo porque o Primeiro-Ministro pouco se importa com os interesses das populações, o que pretende é impor a política económica e social que favorece a restauração do capitalismo monopolista e está a afundar o País e as práticas de natureza repressiva no sentido dum regime de cariz autoritário. As ameaças à comunicação social feitas nesse Conselho parecem pronunciar nova legislação limitativa das liberdades a juntar à lei dos serviços mínimos, a chamada lei anticorrupção, à nova ofensiva com o segredo de Estado, as acções desenfreadas do SIS, às violências contra as manifestações de agricultores, estudantes e trabalhadores.

Pelo seu lado, o PS continua a dar mostras que não é capaz de aprender com a experiência e, em vez de se juntar à CDU naqueles municípios onde é possível derrotar o PSD continua a erigir, como mostram as suas últimas iniciativas, em prioridade eleitoral, a tentativa de derrotar a CDU em municípios da Área Metropolitana de Lisboa. E depois quer ter credibilidade como alternativa!

Os factos do dia-a-dia, vêm assim confirmar a razão da Declaração da Conferência do PCP quando afirma: "Em todo o país, o apoio ao PCP e à CDU e o voto na CDU são a melhor garantia para assegurar uma presença necessária e útil para as populações de todas as autarquias, são a melhor forma de condenar a política da direita e dar mais força à luta por uma alternativa democrática."



Realiza-se num hotel de Lisboa a Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas

RESUMO

5 Quarta-feira

Em conferência de imprensa, o ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, tenta esclarecer as dúvidas surgidas em múltiplos sectores a propósito do projecto de lei anticorrupção. Pelo seu lado, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público mantém as críticas ao projecto, salientando que, entre a versão distribuída pelo ministro e a divulgada anteriormente, não há diferenças de fundo. O ministro da Defesa, Fernando Nogueira, sugere em Washington o alargamento da acção da NATO à bacia sul do Mediterrâneo. Na segunda fase da chamada reestruturação do Ministério da Educação, tomam posse 32 novos quadros dirigentes daquele departamento governamental. São interrompidas em Abidjan as conversações de paz para Angola para que as delegações do Governo e da UNITA consultem as suas direcções sobre uma nova proposta de documento final.

6 Quinta-feira

Os trabalhadores da TAP realizam, com a participação de dirigentes da CGTP-IN, uma jornada de protesto contra os 70 processos disciplinares instaurados após a greve de 16 de Abril. Num «tribunal da opinião pública» improvisado na via pública, em frente às instalações da Carris, são condenados o Governo e o conselho de administração da empresa, considerados culpados pela violação dos direitos dos trabalhadores. Começa, em Lisboa, uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e dos PALOP. O governo sérvio decide recorrer a um embargo económico contra a república sérvia da Bósnia, na sequência da rejeição do plano de paz Vance-Owen. O Presidente dos EUA, Bill Clinton, apela a uma «acção colectiva» contra os sérvios da Bósnia.

7 Sexta-feira

Durante uma conferência de imprensa realizada na Praça da Figueira, em Lisboa, sindicalistas da Função Pública denunciam o atraso no pagamento, pelo Estado, dos subsídios de doença e de desemprego. Alunos das Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde de Alcoitão, Coimbra e Porto, em luta pela integração dos seus cursos no sistema nacional de ensino de nível superior, realizam uma greve. Na última síntese mensal de conjuntura relativa ao mês de Março, agora publicada, o Banco de Portugal recomenda «particular atenção» à evolução do défice orçamental e à gestão da dívida pública. A Comissão Constitucional do Parlamento russo rejeita o projecto de Constituição de Boris Ieltsin, acusando-o de querer instaurar «uma monarquia constitucional». Os EUA e a NATO mantêm os projectos para a criação de uma força de manutenção da paz para a Bósnia. Na eleição intercalar de Newbury, bem como no País de Gales, os conservadores britânicos averbam uma estrondosa derrota em favor dos liberais.

8 Sábado

Com a participação de cerca de oito centenas de delegados, reali-

za-se, num hotel de Lisboa, a Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas. Centenas de caçadores manifestam-se em Évora contra a política cinegética do Governo. Para assinalar o Dia da Europa, realiza-se no Grémio Literário, em Lisboa, um debate sobre a Europa. Completa 130 anos a Cruz Vermelha Portuguesa. Realiza-se na Turquia a primeira volta das eleições presidenciais.

9 Domingo

Com 48 anos de idade, morre em Lisboa, vítima de acidente vascular cerebral, o militante do PCP, destacado jornalista, locutor de rádio e actor, Rui Pedro. Com a participação de 60 navios, transportando 25 aviões de combate pertencentes a 12 países da NATO, realiza-se ao largo da costa portuguesa o exercício aéronaval «Linked Seas 93». Nas últimas sondagens realizadas na Dinamarca para o referendo sobre Maastricht, regista-se um aumento no número de indecisos e de «nãos». Em comemoração do dia da vitória sobre o nazi-fascismo, milhares de pessoas manifestam-se nas ruas de Moscovo contra a política de Boris Ieltsin. Com a demissão do ministro do Interior israelita, desencadeia-se uma crise política em Israel. Confrontos violentos entre a polícia e milhares de manifestantes anti-racistas provocam em Londres pelo menos 15 feridos.

10 Segunda-feira

Reúnem-se no Palácio de Belém com o Presidente da República, a quem manifestam as suas preocupações sobre os recentes problemas da empresa, dirigentes de 12 sindicatos representativos dos trabalhadores da TAP. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CE, reunidos em Bruxelas, recusam a «opção militar» como forma de resolver a curto prazo o conflito da Bósnia. Os doze aprovam o acordo parcial entre os EUA e a Comunidade Europeia sobre o acesso recíproco aos mercados públicos. Na sequência do chamado caso das escutas telefónicas, o ministro de Estado grego, encarregado da Imprensa e Informação, Andreas Andrianopoulos, apresenta a sua demissão ao Primeiro-Ministro, Constantin Mitsotakis.

11 Terça-feira

A Comissão Política do PCP divulga um comunicado sobre a moralidade e transparência do Estado. O Ministério do Ambiente prevê que a seca, «a pior dos últimos 60 anos», em Portugal se agrave até ao próximo mês de Junho. A Comunidade Europeia divulga números sobre o desemprego na Europa sem os dados portugueses que não foram enviados pelo Ministério do Emprego. A ex-comunista Zita Seabra aceita o convite do primeiro-ministro, Cavaco Silva, para dirigir o Secretariado Nacional para o Audiovisual - SNA. O parlamento angolano começa a apreciar os acordos saídos das negociações entre MPLA e UNITA em Abidjan. Na Rússia, Boris Ieltsin afasta um secretário do Conselho de Segurança e o vice-primeiro-ministro da Federação conhecidos por terem posições pró-Congresso.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 798 97 25/796 97 22. Telex 18330 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e impresso na Haska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPANHA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Desafios e exigências do PCP para moralizar a vida pública portuguesa

Nota da Comissão Política do CC do PCP

A Comissão Política do Comité Central do PCP apreciou o êxito da Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e Eleições Autárquicas e deliberou tomar posição sobre a legislação em preparação acerca da corrupção, sobre a actividade dos Serviços de Informações de Segurança, sobre a violação do direito à greve e a aplicação dos serviços mínimos e sobre a lei de segredo de Estado em preparação. Nesse quadro, considerou oportuno alertar o País para o recrudescimento de tendências autoritárias e de limitação de liberdades. Para fazer face à necessidade de assegurar a defesa dos direitos fundamentais, garantir o combate eficaz à corrupção e actuar com firmeza no sentido de assegurar a moralidade e transparência no Estado e na vida pública, a Comissão Política deliberou apresentar um conjunto de propostas e desafios, dirigidas em particular ao PSD.

1. A Comissão Política considera que o actual debate em torno da corrupção é inseparável de cinco aspectos essenciais:

— o anúncio constante de situações que aparecem claramente como sendo de corrupção, além de outras, como o caso das privatizações, que nem sempre são compreendidas como tal, mas que colocam suspeitas legítimas em face do modo escandaloso como foram subvaviadas empresas para efeitos de alienação a grandes grupos económicos protegidos pelo poder político;

— a extinção da Alta Autoridade contra a Corrupção, com a qual o PSD, PS e CDS responderam à alternativa que lhes foi colocada de fornecer-lhes os meios adequados ou extinguí-la;

— a inviabilização de sucessivas propostas de inquéritos parlamentares a casos de corrupção, impedindo assim o funcionamento de mecanismos de responsabilização dos seus autores e dando-lhes cobertura político-parlamentar;

— o combate constante aos mecanismos normais de fiscalização da acção governativa, quer por via legal, quer recorrendo a formas de intimidação tais como a designação por «forças de bloqueio»;

— a profunda degradação de valores, o clima de especulação e de «salve-se quem puder», o fomento da «economia de casino», que parte do próprio Governo e da cúpula da Administração Pública.

As várias e sucessivas versões do projecto de diploma sobre a corrupção, bem como as declarações do ministro da Justiça, podendo embora criar uma situação confusa, não permitem esconder o facto de ser entregue à Polícia Judiciária, sem direcção da magistratura, a realização de diligências de investigação ou a sua propositada omissão, o que permite avançar ou não com determinados casos consoante as conveniências políticas. Na verdade, a conjugação do projecto com a Lei Orgânica do Ministério Público aponta para a possibilidade de a Polícia Judiciária proceder a averiguações sumárias à margem da direcção dos magistrados do Ministério Público. Tais averiguações, invocando necessidades de prevenção, podem pautar-se por meros critérios de oportunidade política. A ausência de controlo e direcção pela magistratura não assegura que indícios e factos passíveis de procedimento criminal sejam transpostos da fase de pré-inquérito para a fase de inquérito.

Não está em causa duvidar da Polícia Judiciária. Trata-se sim de partir de posições de princípio e ter em conta que está na dependência hierárquica do Governo, a quem cabe a designação das chefias e que tem meios de influenciar o seu funcionamento. É imperioso, por isso, preservar inteiramente a intervenção da magistratura na direcção do pré-inquérito e inquérito relativos a casos de corrupção.

A possibilidade de a Polícia Judiciária actuar como Serviço de Informações, para mais sem controlo, torna-se num risco adicional para os direitos fundamentais dos cidadãos. A confusão entre recolha de informações e actividade policial é inadmissível num Estado democrático.

Tendo em conta a necessidade de moralizar a vida pública portuguesa, o PCP apresenta ainda os seguintes desafios e exigências ao PSD:

— **Garantia de que em todas as fases a investigação e diligências relativas a casos de corrupção ficarão sob a direcção do Ministério Público e de que o Governo será por elas abrangido;**

— **Garantia de que a Procuradoria Geral da República e o Ministério Público serão dotados dos adequados meios para desempenhar cabalmente o seu papel insubstituível num Estado democrático;**

— **aprovação de um inquérito parlamentar, destinado a averiguar as situações escandalosas que ocorreram com o processo das privatizações;**

— **garantia, tal como o PCP propôs através de um projecto de lei apresentado na Assembleia da República, de que será consagrado o direito de acesso às declarações de rendimentos dos titulares de cargos políticos;**

— **fixação de um valor adequado dos montantes máximos a gastar na campanha eleitoral para as autarquias locais, evitando as despesas avultadas e descontroladas, que podem traduzir a dependência mais acentuada do poder económico do poder político, mas também o irrealismo do actual limite (500 escudos por candidato).**

2. A Comissão Política manifesta a sua preocupação e indignação face ao facto de prosseguirem acções ilegais, abusivas e inadmissíveis dos Serviços de Informações de Segurança, orientadas contra manifestações, movimentos de trabalhadores, agricultores, estudantes e imigrantes. Não se vê como as informações recolhidas neste âmbito são, nos termos da lei, «necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido». O SIS, em vez de contribuir, na sua área específica, para a defesa dos cidadãos contra o banditismo e a alta criminalidade, concentra a sua actividade na defesa das opções político-partidárias do Governo, contra os que no terreno social as sofrem e contra elas combatem no uso dos seus direitos.

É oportuno recordar que a Comissão Política se pronunciou sobre esta matéria frequentes vezes. É oportuno recordar também que o Grupo Parlamentar do PCP interveio sobre esta matéria na Assembleia da República, designadamente em intervenção na sessão plenária de 25 de Junho de 1992, afirmando e demonstrando que a situação na área de informações de Estado se caracterizava pela «prática assumida de ilegalidades que afrontam garantias essenciais dos cidadãos». É oportuno recordar também que há várias semanas o Grupo Parlamentar do PCP dirige, quinzena após quinzena, uma pergunta escrita ao Governo sobre esta matéria e que este sempre se recusou a responder no plenário da Assembleia da República, optando por outras que considerou menos inconvenientes.

Por outro lado, a Comissão de Fiscalização do SIS, constituída por três membros, da área do PSD e do PS, revela-se ineficaz para corresponder à complexa tarefa de controlar as actividades destes serviços, tanto mais que o Governo os tem transformado em órgão ao serviço político-partidário do PSD. Como o PCP oportunamente preveniu, a carência de competências e de reais meios de intervenção é total.

Nesse sentido, e embora não entendendo que fiquem resolvidos dessa forma os graves problemas colocados, o PCP propõe e desafia o PSD no sentido de:

— **viabilizar a alteração da composição da Comissão de Fiscalização dos serviços de informações, de modo a ser eleita pela Assembleia da República sob proposta dos vários grupos parlamentares, à semelhança do que acontece com órgãos como a Comissão Nacional de Eleições;**

— **reforçar as competências da nova Comissão de Fiscalização assim eleita.**

Mas a questão central é a exigência de que cessem imediatamente todas as actividades ilegais e abusivas dos serviços de informações nomeadamente do Serviço de Informações de Segurança.

3. No quadro da limitação de direitos, liberdades e garantias que está em causa, assume particular gravidade e confirma as prevenções e inquietações do PCP, o que se está a passar com o direito à greve.

A Comissão Política considera, com efeito, que é profundamente inquietante o papel do Governo e de algumas administrações de empresas na definição e aplicação dos chamados serviços mínimos em processos de greve, designadamente no sector dos transportes.

Ao tentar impor à maioria dos trabalhadores que aderem à greve a obrigação da prestação do trabalho, chegando ao cúmulo de definir e aplicar serviços mínimos que abrangem 75% dos trabalhadores de alguns sectores, o Governo procura esvaziar de conteúdo e proibir, na prática, o exercício de um direito constitucional fundamental.

Perante a resistência dos trabalhadores e dos sindicatos a esta medida arbitrária e inconstitucional, o Governo e as administrações enveredam pela via repressiva ameaçando com processos disciplinares massivos.

A determinação dos trabalhadores e das suas estruturas tem sustido a concretização de tais medidas.

A Comissão Política manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores vítimas da repressão e, em geral, a todos os trabalhadores que, em luta pela defesa dos seus direitos, exercem o direito à greve e reclama das instituições a intervenção necessária para impedir a violação deste direito fundamental dos trabalhadores.

4. A Comissão Política considera ainda oportuno chamar a atenção para a questão do segredo de Estado, no momento em que o PSD tenta novamente fazer aprovar na Assembleia da República o seu projecto sobre a matéria. O PCP considera que o projecto do PSD é inaceitável, incompatível com o princípio da administração aberta e da transparência a que deve obedecer a vida pública e configura-se igualmente como um perigo para a liberdade de imprensa.

Continuam a configurar-se como particularmente perigosos o amplo leque de matérias passíveis de ser classificadas como segredo de Estado, o elevado número de entidades que podem proceder a tal classificação, a ausência de controlo e de fiscalização, incluindo por parte dos tribunais, a cominação de sanções criminais, que podem abranger trabalhadores da função pública e jornalistas para o caso de violação do segredo de Estado. Deste facto pode resultar que o segredo de Estado passe de absolutamente excepcional, como deveria ser, à regra e que passe a funcionar não ao serviço do interesse público mas sim ao serviço do PSD, resguardando-o das questões que para ele sejam desagradáveis.

5. A Comissão Política salienta o êxito da Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas. A Conferência permitiu um balanço objectivo do trabalho realizado, que se caracteriza pelo seu carácter valioso e muito vasto, pelo grande número de problemas resolvidos e pelo estilo democrático e participado da gestão.

Com os olhos postos no futuro, debateu linhas e prioridades de intervenção para o próximo mandato.

Com confiança, que decorre da obra realizada, avaliou o trabalho de preparação das eleições e debateu as linhas de intervenção para os próximos meses.

É positivo que a CDU tenha já apresentado candidatos em 69 municípios, dos quais 29 de presidência CDU e em numerosas freguesias e que esteja previsto o anúncio de um grande número de candidaturas nas próximas semanas. É positivo igualmente o facto de o processo de escolha e formação das listas decorrer sem imposição de candidatos pela direcção central, de forma democrática e participada, e que as escolhas tenham recaído em candidatos ligados às realidades regionais e locais e não em figuras distantes delas e dos problemas das populações.

11 de Maio de 1993

A Comissão Política do CC do PCP

PCP

Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições

A confirmação e reforço da CDU é garantia do Poder Local democrático

Com a presença de quase 1000 pessoas e um total de 381 eleitos comunistas nas autarquias, realizou-se no passado sábado, no Hotel Altis, em Lisboa, a Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas. A iniciativa funcionou com dois Plenários - o de abertura e o de encerramento - e com cinco Secções abertas à intervenção dos convidados. No próximo número apresentaremos as Conclusões deste Encontro e dos Relatórios sobre o trabalho de cada uma das Secções. Para já, damos nota dos pormenores desta importante iniciativa do PCP, da Declaração produzida no final e das principais intervenções, pela ordem em que foram proferidas: as de Luís Sá e de Álvaro Cunhal na sessão plenária de abertura, a do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, no plenário de encerramento.

Como nota dominante da iniciativa, assinala-se o profundo conhecimento da realidade autárquica nacional emergente das intervenções e conclusões produzidas, a confirmação da importância, grandéza e prestígio do trabalho dos comunistas e da CDU e a vigorosa confiança com que os comunistas encaram a próxima batalha eleitoral.

As instalações do Hotel Altis foram utilizadas em pleno para servir a Conferência: a Sala Petrópolis para receber os quase mil participantes nos plenários de abertura e

encerramento, e mais quatro, entre o rés-do-chão e o 13º andar, dando lugar ao trabalho das Secções e muito trabalho aos elevadores.

Para quem goste do rigor dos números, recensearam-se na eficiente logística da Conferência 381 eleitos comunistas nas autarquias, num total de 782 participantes. Todavia, um número indeterminado de convidados não chegou a dar nota da sua presença nos registos de entrada, pelo que a quantificação mais aproximada dos que se deslocaram ao Hotel Altis, para a Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas, seja, de facto, a de um milhar de pessoas.

Presenças especiais

Pormenorizando a questão das presenças, assinala-se a diversidade de autarcas comunistas que, qualificadamente, participaram como delegados na Conferência, trazendo um saber de experiência feito em todos os escalões de intervenção autárquica: presidências de Câmara e de Juntas de Freguesia, vereações e executivos de Junta, Assembleias Municipais e de Freguesia, abrangendo a generalidade do território nacional e reflectindo um conhecimento

aprofundado dos problemas e realidades locais e regionais.

De assinalar, igualmente, a presença de delegações dos aliados do PCP na CDU - a da Intervenção Democrática constituída por Marcos Antunes e Maria Emília Campos, a do Partido Os Verdes chefiada por Orlando Chão e integrando um representante de Sintra e outro de Aveiro - bem como diversas individualidades, a saber: Alcina Bastos, António Galhordas, António Gonçalves, Almirante Rosa Coutinho, Blasco Hugo Fernandes, Dulce Rebeló, Eduardo Moradas Ferreira, Feliciano David, Herbert Goulart, João Corregedor da Fonseca, Comissário Joaquim Bandeiras Santinhos, José Emílio da Silva, José Salvado Sampaio, Mário Neves, o deputado da CDU na Madeira, Padre Tavares, e o General Vasco Gonçalves.

Trabalho diversificado

O trabalho em Secção ocupou parte da manhã e da tarde, constituindo um dos pratos fortes da iniciativa, com a intervenção aberta a todos os participantes e juntando, à volta de cada tema, multidões interessadas que, às vezes, se viam em palpos de aranha para assistir a tudo o que pretendiam. Como já dissemos, procuraremos obviar a

Luís Sá

O vasto trabalho realizado pela CDU

Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP e responsável do Partido pelo sector das Autarquias, produziu a primeira e circunstanciada intervenção da Conferência, desenvolvendo questões tão importantes como o vasto trabalho realizado pelos comunistas e os seus aliados na CDU, a ofensiva governamental contra o Poder Local, a luta do PCP pelo Poder Local democrático, algumas perspectivas para o próximo mandato e a batalha eleitoral, definida como batalha de todo o Partido.

Dada a impossibilidade de transcrevermos toda a intervenção, seleccionámos a parte que se refere ao vasto trabalho autárquico realizado pelos comunistas e seus aliados na CDU, seguida com particular atenção pelos congressistas e a vasta assistência que transbordava do salão.

"(...) Não é possível numa intervenção, por mais longa que fosse, fazer um balanço completo do imenso trabalho realizado, mesmo se só tivermos em conta este mandato. Mas é uma verdade geralmente reconhecida que os municípios com maioria da CDU estão claramente à frente de autarquias com maioria de outras forças políticas nos mais diversos domínios de actividade. E é também verdade que esse facto resulta de um maior dinamismo, de uma

mais ampla prática democrática e do trabalho e da participação popular. É certo que esta diminuiu em algumas situações. Mas também se manteve e até se desenvolveu noutras, pelas antigas e por novas formas, como acontece no Seixal, em que têm sido acordados protocolos com associações de condóminos em matéria de conservação de zonas verdes. E é com a intervenção directa das populações que se continua a desenvolver a recuperação de bair-

ros clandestinos, como acontece em Loures e Vila Franca de Xira e com a autoconstrução de habitações. A contribuição dos moradores é igualmente decisiva para resolver muitos problemas em numerosas freguesias.

"O trabalho realizado pelo PCP e pela CDU foi essencial para humanizar um pouco a vida em Lisboa e em municípios da sua área metropolitana, combatendo a solidão e o desenraizamento, criando e desenvolvendo laços de solidariedade e entreaajuda, teimando na participação e intervenção popular.

"No capítulo do abastecimento de água, verifica-se que a percentagem de população abrangida era, segundo os últimos números oficiais disponíveis, de 90% no distrito de Setúbal, 84% em Évora e 78% em Beja, enquanto no distrito de Aveiro era de 50%, em Braga de 52%, em Viseu 54%. Não só foi garantido o abastecimento que no passado só abrangia parte reduzida da população como tem havido um cuidado sistemático com a

sua qualidade, traduzida na construção de estações de tratamento, por exemplo, em Castro Verde e na programação de outras para Cuba, Vidigueira, Portel e outros municípios. Há muito a fazer nesta matéria. Mas estamos claramente à frente, não apenas na percentagem da população abrangida como nos cuidados com a qualidade da água. O Governo, porém, tem responsabilidades decisivas que não pode escamotear. O mesmo se passa na área da recolha de esgotos, em que a percentagem da população abrangida é de 78% no distrito de Setúbal, 72% em Évora e 67% em Beja, enquanto no distrito de Leiria é de 35%, no distrito do Porto de 43% e no distrito de Coimbra de 42%. No caso do distrito de Évora, se não contarmos com os «isolados», no fim de 1991 eram servidos com água 97% dos habitantes, com rede de esgotos 93%. Apesar de ser nos municípios de maioria CDU que o tratamento de esgotos está mais avançado, foi generalizada neste mandato a construção

de grandes, pequenas e médias estações de tratamento de águas residuais. Destacam-se pela sua grande dimensão as de Almada/Seixal que, com outras, incluindo na cidade de Lisboa, em que o pelouro cabe ao PCP, permitirão passos gigantescos na despoluição do belo estuário do Tejo. É de realçar também o facto de a CDU ter avançado muito na recolha e tratamento de lixo, tendo iniciado a sua recolha em separado consoante a sua natureza, com vista ao seu tratamento e reciclagem, em concelhos como Santiago de Cacém. Ainda há grandes investimentos a fazer na área de saneamento básico. Mas o facto de a CDU ter tido a coragem política de privilegiar esta área leva a que a mortalidade infantil seja menor nos distritos em que a CDU administra a grande maioria das autarquias locais. Esta é uma verdade profunda, que não há campanhas sem escrúpulos que possam alterar.

"No campo da rede viária de responsabilidade municí-

pal, é justo salientar a remodelação da rede em Avis, Chamusca e Coruche, respectivamente com 29, 20 e 35 quilómetros de estradas abertas, pavimentadas ou profundamente reparadas, para além do esforço que é conservar milhares de quilómetros de estradas (mais de 800 só num município como Coruche). Tenha-se em conta também, por exemplo, que só o município de Ponte de Sor gastou em três anos 429 mil contos só com estradas e arruamentos. Também os municípios urbanos realizaram grandes investimentos nesta área. No caso da Amadora, foram investidos vários milhões de contos, que permitem que em terras como a Brandoa, em que só havia lama, exista hoje asfalto, passeios e ajardinamento.

"No campo do ordenamento do território, é de realçar o profundo e generalizado esforço que foi feito com a elaboração de planos de ordenamento e outras acções, que esbarraram na lentidão, ineficácia e contradições internas



Autárquicas

esse "empobrecimento" resultante da humana falta de ubiquidade, publicando no próximo número os resumos de cada Secção elaborados pelos respectivos relatores, juntamente com as Conclusões do Encontro, que também transferimos por absoluta falta de espaço nesta edição. Todavia, para se ter uma ideia da riqueza e diversidade dos temas abordados, aqui recordamos, uma a uma, as cinco Secções que estiveram em funcionamento:

Secção 1 - Gestão aberta, democrática e participada.

Desburocratização, atendimento, participação popular, informação.

Secção 2 - Desenvolvimento e ordenamento do território. Ambiente. Gestão de Cidades.

Secção 3 - Atribuições, competências e finanças locais. Estatuto das autarquias. Gestão financeira. Política de recursos humanos. Delimitação de Competências entre Administração Central e Local. Responsabilidades da Administração Central.

Secção 4 - Cultura, educação, desporto, juventude e política social.

Secção 5 - Intervenção eleitoral.

Os trabalhos em plenário foram, naturalmente, dedicados às intervenções centrais de dirigentes do Partido - de que aqui damos nota - e à apresentação dos principais documentos saídos da Conferência - a Declaração e as Conclusões (que, recordamos mais uma vez, publicaremos no próximo número).



na Administração Central. Saliente-se também a experiência de elaboração de planos por parte dos municípios para o conjunto de distritos.

"Na área do património cultural, é de realçar o trabalho da Câmara de Évora, ao longo dos anos e que encontrou importantes e inovadores seguimentos neste mandato, de que se pode salientar a organização do Encontro de Cidades Património Mundial e a recuperação do Convento dos Remédios. Saliente-se também, por exemplo, o trabalho de Alcochete, em torno do centro histórico e da Igreja da Misericórdia, de Almada em torno do centro histórico, do Solar dos Zagalos, do Palácio da Cerca e do Convento dos Capuchos, os arranjos exteriores do castelo de Portel e de Sines, o trabalho da Câmara de Beja, particularmente em torno do centro histórico, bem como a recuperação de moinhos de maré no Seixal e na Moita e das embarcações tradicionais do Tejo neste e noutros concelhos ribeirinhos. Refira-se também a reabilitação de zonas históricas de Lisboa, em que o pelouro cabe ao PCP.

"No campo da habitação, as autarquias da CDU têm privilegiado o apoio a cooperativas e à autoconstrução, bem como à recuperação de habitação clandestina. Só no município

de Loures existem 170 bairros e loteamentos clandestinos com planos de recuperação em execução, 15 dos quais com recuperação concluída e com o alvará emitido, correspondendo o investimento neste mandato a cerca de um milhão de contos. Em Vila Franca de Xira, o programa de construção de habitações do movimento cooperativo envolve 2500 fogos, tendo a autarquia cedido terrenos avaliados em 1,5 milhões de contos. Só no distrito de Lisboa ascende a meio milhar o número de fogos construídos por recurso à auto-construção. Há casos de promoção directa de habitação. Esta é uma das áreas que o Governo quer empurrar para as autarquias sem disponibilizar meios financeiros minimamente suficientes. Mas, mesmo assim, a situação não é muito mais grave em Portugal devido à intervenção do Poder Local.

"No campo da cultura, é de realçar a construção de grandes bibliotecas como no Barreiro, Beja, Castro Verde, Montemor-o-Novo, e de centros de cultura e sua animação em numerosos concelhos e o apoio a colectividades e todos os agentes culturais. Realço os cine-teatros de Aljustrel, Barrancos, Castro Verde, Constância, Cuba, Ferreira, Palmela, Serpa e a recuperação do Teatro Garcia de Resende em Évora. Hoje só há espectáculos regulares de cinema e de teatro fora das grandes cidades porque os municípios o garantem. São de referir também múltiplos museus e a sua animação. Há casos interessantes, como o de Sobral de Monte Agraço, que criou um espaço museológico integrado na Adega

Tradicional, que inclui a biblioteca e o arquivo.

"No campo dos equipamentos desportivos, destacam-se os pavilhões gimnodesportivos de Aljustrel, Almada, Avis, Arraiolos, Benavente e Samora Correia, Castro Verde, Coruche, Marinha Grande, Mértola, Mora, Odemira, Ponte de Sor, Serpa, os polidesportivos e courts de ténis de Aljustrel, Castro Verde e Mértola, as piscinas de Avis, Barrancos, Chamusca, Ferreira do Alentejo, Grândola, Montijo, Redondo, Serpa, Vidigueira, os três complexos de piscinas de Loures. Refira-se que no caso de Loures existe um programa de aprendizagem de natação que envolve três mil crianças. Refira-se também à ampliação da piscina municipal da Marinha Grande. Creio que é com emoção que vemos os trabalhadores e as suas famílias disporem de belos equipamentos que permitem a prática de actividades que eram e ainda são em grande parte do País consideradas elitistas e reservadas a pessoas de grandes posses.

"No campo da construção de zonas verdes, de recreio e lazer, pode dizer-se que é uma preocupação generalizada que deu origem a realizações um pouco por toda a parte. É justo salientar, entretanto, o trabalho nesta área do pelouro do ambiente da Câmara de Lisboa, os cinco parques urbanos da Amadora, com destaque para o Parque Central, o Parque Municipal de Cabeço de Montachique em Loures, o parque urbano da zona ribeirinha da Baixa da Banheira, os jardins da Torre da Marinha, das Paivas e arranjo sistemático de zonas verdes no Seixal, o açude em Ponte de Sor, com



espelho de água e área de lazer.

"No campo da política em relação aos idosos, é de destacar a construção de centros de dia em numerosos concelhos, directamente ou apoiando associações. Só em Loures existem 22 centros sob responsabilidade e gestão directa do município. Destacam-se também experiências como a construção de habitações especiais para idosos em Sines.

"Na área da política para a juventude, para além de ser uma preocupação essencial na área educativa, cultural e desportiva, são de destacar acções específicas em numerosos concelhos. A criação de Comissões Municipais de Juventude e o apoio às suas iniciativas e criatividade e às colectividades em que se associam muitos jovens assumiu um carácter muito generalizado.

"Na área da educação, para além da construção de escolas em numerosos concelhos, tem sido dada uma contribuição determinante para a articulação da escola com o meio, e da autarquia com pais e professores, além de terem sido desenvolvidas importantes acções na área da acção social escolar. Só no município de Loures foram construídas sete novas escolas neste mandato, com 40 salas de aula. Em alguns municípios, o ritmo de construção de escolas permitiu passar do regime

duplo ou triplo ao regime normal, com o conseqüente benefício para as crianças, professores e famílias. Em muitos casos a intervenção e os apoios transcendem largamente as responsabilidades municipais. Pode dizer-se que, sobretudo a alguns níveis, o Poder Local evitou uma ruptura maior do sistema de ensino.

"No campo da luta pelo desenvolvimento económico é de destacar a a regulação e o estímulo ao investimento e, em especial, a BARRIND-Feira Industrial e Comercial do Barreiro, a Feira da Actividades Económicas da Marinha Grande, a Montagri-Feira do Porco no Montijo, o apoio à OVIBEJA, a promoção do turismo, do artesanato e da gastronomia com realizações específicas em numerosos concelhos, a gestão do Parque Industrial de Évora e de Beja, a regulação de novos investimentos em Palmela, a criação de zonas industriais e respectivo loteamento em Alcácer do Sal, Alcochete, Alpiarça, Constância, Marinha Grande e a preparação do parque industrial de Vieira de Leiria na Marinha Grande, a construção de novas infra-estruturas da Feira Nacional do Cavalo na Golegã, e do Parque de Exposições de Santiago de Cacém, o fomento do queijo de Serpa e de Nisa e a acção pioneira desta Câmara na área do termalismo, os portos de pesca em Sesimbra e Sines e Porto Covo, o Festi-

val da Sardinha e a FIALI-Feira das Indústrias do Alentejo em Sines, os novos e modelares mercados em numerosos concelhos. Para quem quer ver carência da intervenção da CDU nesta área, sirva de exemplo o caso de Nisa em que, no relatório de actividades de 1992, 24% das despesas são do capítulo «desenvolvimento económico e abastecimento público». Foi, aliás, onde a CDU administra as autarquias que foi maior o aproveitamento dos fundos comunitários e a taxa de execução dos Programas Operacionais.

"No domínio do ambiente, para além da sua presença generalizada desta preocupação nas outras políticas, em particular de ordenamento, zonas verdes e saneamento básico, é de realçar o Centro de Informação e Apoio ao Consumidor do Barreiro, o saneamento e aproveitamento lúdico-paisagístico da Caldeira da Moita, as acções ou a colaboração em políticas de educação ambiental.

"Na área da gestão e recursos humanos são de destacar a criação de serviços de saúde ocupacional, a modernização das instalações de apoio aos trabalhadores das autarquias, a modernização e personalização do atendimento do público em numerosos concelhos, as experiências de desburocratização, com realce de Almada, Nisa e Vila Franca de Xira e de desconcentração acentuada dos serviços municipais, e não só do atendimento do público em casos como o de Nisa. Refiram-se também casos de modernização de instalações, como em Sobral de Monte Agraço que



PCP

criaram condições para melhorar serviços e o atendimento público.

"Foi um conjunto de exemplos longo, mas também extremamente incompleto, de uma obra demasiado extensa para poder ser completamente avaliada. É essencialmente ela, além da luta geral do Partido e do prestígio que vem para os eleitos do trabalho realizado, que nos permite encarar com serenidade e confiança as próximas eleições autárquicas, sobretudo onde nos foi possível pôr em prática, por termos influência para tal, as orientações ricas e multifacetadas do PCP e da CDU para o trabalho autárquico.

"Nesse quadro é igualmente necessário salientar a grande importância do trabalho em minoria, não só no âmbito do controle e fiscalização, mas também na apresentação de alternativas e eventualmente com a responsabilidade de pelouros. É uma grande riqueza do Poder Local permitir estas contribuições de forças em minoria. Foi inteiramente justo que, em situações em que a força maioritária procurou, com a distribuição de pelouros, calar a voz do PCP e da CDU e as suas críticas, tal intenção tenha sido firmemente recusada e os pelouros entregues à força maioritária. Foi o que aconteceu em Cascais.

"Constitui também um motivo de legítimo orgulho e nítida diferenciação da CDU em relação a outras forças políticas o facto de valorizar constantemente o trabalho das freguesias através de actos concretos como a transferência do dobro de recursos financeiros a que a lei obriga os municípios e da delegação de competências. Por isso, as freguesias que administramos têm uma notável obra feita, com a vantagem de a terem realizado mais perto das populações e com mais possibilidades de participação e controlo democrático.

"É óbvio que nem tudo está bem e que há erros e deficiências a corrigir. Mas o trabalho da CDU está claramente à frente de qualquer outra força política. Por outro lado, importa ter a consciência de que hoje são dirigidas às autarquias, porque estão mais perto das populações, pedidos e reivindicações em áreas que cabem à Administração Central. Muitas autarquias gastaram, aliás, verbas avultadas com investimentos que não são da sua competência, como acontece com a cedência de terrenos para equipamentos de saúde e mesmo com a sua construção. Seria um grave erro não avaliar a grandeza da obra realizada e a sua superioridade em relação a outras forças políticas. (...)".

Apontando, mais adiante, algumas perspectivas para o trabalho dos comunistas e da CDU no próximo mandato, o dirigente do PCP afirmou, a dado passo:

"(...) No próximo mandato, entretanto, é justo e adequado levar mais longe a valiosa intervenção específica na luta pelo desenvolvimento económico, assegurar com qualidade a crescente intervenção na área educativa, aprofundar o já amplo trabalho realizado em benefício das crianças, da juventude e dos idosos e organizar acções específicas em benefício da mulher e com a sua participação, tendo em vista contribuir para a igualdade e a realização dos seus direitos. Num momento em que secou o «oásis», que aliás nunca existiu, em que cresce a crise, em que se agravam os problemas dos trabalhadores, em que são desmanteladas empresas, em que aumenta a luta dos agricultores e dos pescadores, é especialmente justo e necessário afirmar que terão com eles e com as suas lutas os eleitos do PCP e da CDU. Da mesma forma, as colectividades e associações populares terão neles os seus melhores aliados. (...)".



Camaradas:

O camarada Luís Sá expôs as grandes linhas das análises, orientações e tarefas que o Comité Central propõe nesta Conferência Nacional do nosso Partido. O camarada Carlos Carvalhas fará o balanço final dos trabalhos. Limitar-me-ei assim a fazer, muito brevemente, cinco observações.

1

Primeira observação:

O poder local democrático é um dos elementos fundamentais integrantes do sistema do poder político na actual República Portuguesa. No poder local conjugam-se formas de democracia representativa (pela eleição dos órgãos autárquicos) e formas de democracia participativa (pela intervenção das populações nas decisões, iniciativas e trabalho concretos para resolver os problemas). O poder local democrático, que se pode justamente considerar um desenvolvimento e aprofundamento criativo da brilhante tradição municipal da nossa história, é uma das grandes conquistas de Abril e um valor insubstituível da democracia portuguesa neste findar do século XX.

Nada de admirar que, no processo contra-revolucionário prosseguido pela política de direita, na ofensiva simultânea contra as cinco vertentes inseparáveis da democracia (a económica, a social, a política, a cultural e a nacional) o Governo do PSD invista contra o poder local democrático. Procure condicionar e tutelar a autonomia das autarquias e as competências dos órgãos autárquicos. Transfira encargos que cabem ao Governo e às suas responsabilidades sem transferir as verbas respectivas. Procure adulterar o próprio sistema democrático e pluralista de eleição, composição e funcionamento dos órgãos autárquicos e as leis eleitorais respectivas. Atente contra os direitos das freguesias. Desencadeie inspeções, inquéritos e sindicâncias com meros fins de especulação política. Bloqueie a regionalização descentralizadora e estebeleça através de Comissões de Coordenação Regional (CCRs) esquemas de ingerência na acção autárquica e de centralização efectiva de competências legítimas das autarquias.

A direita tem assim assestado sérios golpes no poder local.

Mas mau grado a vontade da direita, o poder local continua de pé, com grande vitalidade, com obra realizada, com potencialidades ainda não esgotadas. Isso sucede porque corresponde objectivamente a necessidades da administração local, porque se mostra adequado para resolver muitos dos mais graves problemas das populações e também porque o povo e muitos dos eleitos (nomeadamente os eleitos do PCP e da CDU) têm sabido corajosamente defendê-lo.

É inteiramente justo salientar que, a par da batalha política que o Partido trava a nível institucional e de acções de massas em defesa do poder local democrático, **a melhor defesa é a gestão que os eleitos do PCP e da CDU têm assegurado.**

2

Segunda observação:

A reflexão relativa ao exercício do poder local insere-se na reflexão de extraordinária actualidade em Portugal e no mundo relativa ao **exercício do poder político** em geral.

A experiência mostra que, **a não serem garantidos princípios, métodos e práticas democráticas na constituição e exercício do poder e mecanismos democráticos de fiscalização da acção governativa, a não existir uma elevada consciência cívica, política e ética dos governantes, torna-se possível e até relativamente fácil o abuso do poder, decisões arbitrarias, falsos conceitos de legalidade, uma farsa do Estado de direito e a instauração de sistemas autoritários e ditatoriais.**

A experiência mostra também que **formas de democracia participativa constituem elementos de valor primordial para dificultar a degenerescência antidemocrática do poder político e do Estado.**

Estas observações são válidas (e para nós comunistas a experiência mundial torna obrigatório afirmá-lo e sublinhá-lo) **tanto para o poder político em países capitalistas, como para o poder político em países socialistas.**

Na actual realidade nacional, vive-se precisamente um exemplo esclarecedor do exercício antidemocrático do poder. O Governo do PSD de Cavaco Silva abusa do poder, desrespeita a Constituição e a legalidade, contesta as competências e o seu exercício dos outros órgãos de soberania, procura liquidar a independência dos tribunais, elimina mecanismos de fiscalização da sua própria acção, intenta silenciar a Oposição, ilegaliza direitos vitais dos trabalhadores e dos cidadãos e tenta impor novas leis eleitorais que, revogando aquelas que pelo voto dos portugueses lhe tornaram possível ascender ao poder, lhe venham a permitir manter-se no poder mesmo contra a vontade dos portugueses, expressa em votos.

Como traço característico do poder antidemocrático, o Governo encobre e abafa irregularidades, fraudes e escândalos no pântano de corrupção em que se atola. Em numerosas autarquias, a direita, quando em maioria, exerce o poder segundo este modelo antidemocrático do Governo do PSD e de Cavaco Silva.

Numa tal situação, **adquire particular relevo e significado a forma como nós comunistas nas autarquias compreendemos e praticamos o exercício do poder.**

Álvaro Cunhal

Cinco observações

Trabalho, honestidade, competência tem sido e é o lema da actividade nos órgãos autárquicos dos eleitos do PCP e de outros democratas da CDU.

A orientação traçada é que os eleitos comunistas não procuram com a eleição alcançar vantagens e benefícios pessoais, nem prosseguir em cargos públicos uma carreira profissional, nem satisfazer ambições. **Os eleitos comunistas não procuram com a eleição servir-se do poder mas com o exercício do poder servir o povo e o País.** Os eleitos comunistas têm como orientação e como dever conceber o exercício das suas funções nos órgãos autárquicos, não como uma promoção social e profissional que os sirva mas como uma forma de servir as populações, servir as autarquias e realizar (sempre em ligação estreita com as populações e com o seu apoio e empenhada participação) uma obra para bem dos concelhos, das freguesias, das regiões.

Não temos a pretensão de que por vezes não se verifiquem deficiências, erros, atrasos e faltas. Mas o que nos distingue dos outros partidos é que **lutamos para superar tudo quanto se registre de negativo na nossa acção e para promover, estimular, aperfeiçoar, desenvolver aquilo - e é muito - de positivo e distintivo que há na actuação dos nossos eleitos.**

Por isso é inteiramente justa a apreciação generalizada de que **nas autarquias os comunistas e os outros democratas da CDU são os melhores.**

E justa também outra apreciação: **que tal como nas autarquias os comunistas, pela sua elevada consciência do exercício do poder, são os melhores, assim também, mostrarão sê-lo no Governo quando o povo por sua livre vontade der ao PCP confiança para tal.**

3

Terceira observação:

A obra realizada pelos comunistas e outros democratas da CDU nas autarquias é uma obra notável geralmente reconhecida como tal.

Esta nossa Conferência Nacional muito justamente aponta e salienta os aspectos fundamentais dessa obra no que se refere a infra-estruturas, saneamento básico, abastecimento de águas, electrificação, saúde, ensino, habitação, transportes, modernização de serviços, actividades culturais, desporto, movimento associativo, planeamento participado e integrado, apoio às crianças e idosos, tempos livres, segurança e até contribuição para o desenvolvimento económico local: É uma obra que se traduz (apesar dos gravíssimos problemas gerados pela política do Governo de direita) na melhoria da qualidade de vida assim como do ambiente.

Como atestado da obra realizada é o facto de, apesar das violentas ofensivas contra o PCP e a CDU, apesar das invenções, falsas acusações, intrigas e provocações que o PSD e também muitas vezes o PS desencadeiam contra os nossos eleitos, o PCP e a CDU continuarem a ter tão fortes posições nas autarquias.

Se o PCP e a CDU têm maioria em 50 Câmaras Municipais e centenas de Juntas de Freguesia; se no total de 18 Câmaras Municipais na Área Metropolitana de Lisboa, o PCP e a CDU têm maioria em 11 (além da maioria PCP-PS e outros democratas na Coligação "Por Lisboa"), em confronto com 2 socialistas e 4 do PSD; se nas 53 freguesias da capital em 21 as presidências são do PCP; **se o eleitorado tem continuado a dar-nos (e muitas vezes a reforçar) a sua confiança isso deve-se fundamentalmente às justas orientações e ao trabalho realizado.**

Por isso, quando debatemos a preparação para as eleições do ano corrente, insistimos em que, **além da preparação específica para as eleições, a continuação e mesmo o melhoramento do trabalho dos nossos eleitos, a correcção das deficiências que existam, o cumprimento dos programas onde ainda não estejam totalmente cumpridos, o reforço da ligação dos eleitos com as populações, assim como com os trabalhadores das autarquias, constituem elementos que podem ser determinantes para o resultado das eleições.**

Está-se trabalhando nessa direcção e as informações têm confirmado que com êxito.

4

Quarta observação:

Dizemos que não só é necessário, mas também é possível alcançar os nossos objectivos para as próximas eleições autárquicas: **manter e mesmo reforçar as posições do PCP e da CDU.** Com o Partido Ecologista Os Verdes, com a Intervenção Democrática, com independentes, com todos os nossos valiosos companheiros de luta que daqui fraternalmente saudamos.

Dizemos também que não só é necessário mas inteiramente previsível manter e reforçar a Coligação "Por Lisboa", tendo

PCP

como forças políticas fundamentais o PCP e o PS e contando agora também com a participação além do PEV, da UDP, do PSR e de numerosos independentes. A todos esses companheiros da Coligação daqui saudamos também, considerando que, na batalha eleitoral que vamos travar e no trabalho autárquico que ulteriormente iremos realizar, **importa acima de tudo - sem escamotear diferenças de opinião e a crítica - assegurar o trabalho, a luta e a acção comuns numa dinâmica construtiva digna da confiança da população da capital.**

A coligação "Por Lisboa" é uma realidade de alto valor e significado na situação política actual. Em termos de gestão municipal na capital do País. E também pela arrumação das forças políticas e pela **experiência de unidade** que permitiu e permitirá derrotar a direita e realizar uma obra comum das forças democráticas.

É de lamentar que a Direcção do PS, em vez de tirar desta experiência os devidos ensinamentos - que poderiam em numerosos casos conduzir, por acordos PCP/PS, à derrota da direita e a uma maioria democrática - defina como seu principal objectivo nas eleições autárquicas, não diminuir as posições do PSD, mas tentar diminuir as do PCP e da CDU. É de lamentar que, com tal orientação e como elemento da oposição e combate ao PCP, insira nas suas listas com grande aparato publicitário trans-fugas recentes que passaram de auto-anunciados renovadores de toda a esquerda a acomodados instrumentos do PS, **sem que afinal seja certo para o PS que, com tais candidatos, venha a ganhar mais votos do que aqueles que venha a perder.**

No projecto de resolução submetido à apreciação desta nossa Conferência são desenvolvidas as **linhas de orientação do Partido para defesa do poder local democrático e para o mandato dos nossos eleitos.**

O crédito das orientações traçadas e o programa proposto têm sólido alicerce na prova dada de que, para os comunistas, **programa proposto ao povo não é propaganda para ganhar votos, mas firme propósito de e com as populações realizar uma obra e resolver os problemas existentes.**

Não é infundado optimismo confiar nos resultados que nos propomos alcançar nas eleições.

Se, a nosso desfavor, pesa a colossal campanha anticomunista com o uso alternado ou simultâneo das suas armas complementares (mentira, falsificação, calúnia, intriga, silêncio) e o histórico empenhamento anticomunista de importantes órgãos de comunicação social, a nosso favor pesam a obra realizada, o trabalho, a honestidade e a competência, programas válidos, a concepção diferente e superior do exercício do poder e a apreciação e apreço das populações.

Os trabalhos desta nossa Conferência não só permitirão a definição mais rigorosa das nossas orientações e tarefas, como constituirão um poderoso impulso à nossa actividade para que, nas eleições autárquicas do ano corrente, se confirme **uma grande vitória do PCP e da CDU, que será por esse facto uma vitória do povo e da democracia.**

5

Quinta e última observação:

As eleições autárquicas de 1993 terão tão grande importância na vida nacional que se lhes confere correctamente o lugar de grande acontecimento político do ano.

Os resultados das eleições terão inevitavelmente influência maior ou menor capacidade de defesa do poder local democrático. Terão grande importância no que respeita à solução dos problemas das populações. Terão repercussões imediatas na situação política.

Quando se coloca como tarefa derrotar a direita, não é indiferente que a vitória seja do PCP e da CDU ou seja do PS. O PS infelizmente identifica-se, em numerosos aspectos centrais da situação nacional, com a política do PSD e do Governo. O PS continua tapando com excessos verbais a colaboração com a direita. Continua a definir como principal adversário o PCP. Continua com as irrealistas pretensões de hegemonia e de bipolarização. Com tais orientações e tal acção **não oferece uma real alternativa à direita nem no governo, nem na Assembleia, nem nas autarquias.**

Daí a importância de um grande resultado do PCP e da CDU. Se se pode falar em **voto útil, o verdadeiro voto útil não será no PS mas na CDU.**

Em termos gerais, a tarefa essencial define-se em poucas palavras: **alcançar a confirmação e tudo fazer para o reforço das posições do PCP e da CDU.** Trata-se de um objectivo de que depende a defesa do poder local e a solução dos problemas. Também o avanço para uma viragem na política portuguesa. Tal resultado poderá ser um **factor determinante para a redução da base de apoio do Governo do PSD e para abrir caminho à sua substituição por um Governo democrático.**

A verdade é que depende da força e influência do PCP a concretização futura da convergência democrática indispensável a uma alternativa. A verdade é que o PCP, defensor de sempre da unidade dos democratas, é uma força indispensável para qualquer real alternativa à direita.

A confirmação e reforço da influência e das posições do PCP não corresponde a um interesse estreito do Partido. Corresponde aos interesses dos trabalhadores, do povo, do País, da democracia.

Temos consciência das nossas responsabilidades na vida nacional. Temos sólidas convicções, propostas concretas, capacidade de mobilização. Temos determinação e empenhamento na luta. Temos um partido forte, militante, unido, dinâmico e com profundas raízes no povo.

Há razões para confiar em que, sem menosprezar obstáculos, dificuldades e deficiências, estamos em condições de realizar as tarefas que esta nossa Conferência Nacional decidir.

Viva o Partido Comunista Português!



Carlos Carvalhas "Preparados e unidos para levar a bom termo o próximo mandato"

Camaradas e Amigos:

Queria em primeiro lugar saudar os nossos parceiros da Coligação, o Partido Ecologista «Os Verdes» e a Intervenção Democrática, saudar todos os presentes e todos os nossos amigos que, não sendo membros do PCP, quiseram contribuir com as suas intervenções e partilhar connosco a sua reflexão, as suas propostas, as suas críticas, as suas sugestões.

Chegados ao fim desta nossa Conferência, podemos dizer que o que esteve no cerne de todos os nossos debates nas diversas Secções foi responder a esta grande questão: como melhorar ainda mais as nossas respostas aos problemas dos cidadãos, como tornar ainda mais eficiente a nossa gestão, o exercício do Poder, a participação das populações, o trabalho voluntário, a defesa e a promoção do meio ambiente, da cultura, do desporto e o preenchimento criativo dos tempos livres, como continuar a reforçar o nosso inegável prestígio no Poder Local.

Os comunistas e os seus aliados da CDU estão no Poder Local para servir, com dedicação, os interesses das populações e dos trabalhadores, para cumprirem com desvelo os programas que apresentaram e exercérem os mandatos populares que receberam com dinamismo e eficiência, com confiança e honestidade. São os comunistas e os seus aliados os que se encontram na primeira fila da dinamização dos órgãos autárquicos, na ligação às populações, no estímulo à sua intervenção.

Por isso, quer em relação à nossa gestão em maioria, quer à nossa intervenção em minoria, é usual ouvir das populações, porque aí nos conhecem mais de perto, que nas autarquias os comunistas são os melhores. Orgulhamo-nos de

ter globalmente uma obra valiosa. Sem rejeitar erros e deficiências, a característica fundamental é a existência de muito mais obras realizadas e de mais profundas transformações onde a CDU gere as autarquias e asseguradas com uma gestão democrática e participada.

Esta Conferência, pelas preocupações que manifestou, é disso prova, e é ela própria uma reafirmação daqueles princípios.

As múltiplas reuniões, os diversos encontros e seminários, que temos vindo a realizar com a participação de militantes e não militantes, de eleitos e não eleitos, de técnicos de diferentes áreas e dos trabalhadores das autarquias, permitiram chegar a esta Conferência com um trabalho muito adiantado, quer em relação à reflexão e problematização, quer quanto às propostas de orientação.

Da riquíssima troca de experiências, do balanço do enorme trabalho realizado, e do aprofundamento da reflexão sobre novos problemas e novas respostas, retirámos importantes contribuições para unificar o pensamento, estabelecer democraticamente orientações e preparar a intervenção com êxito no processo eleitoral.

Daqui saímos mais informados, preparados e unidos para levar a bom termo o próximo mandato e mais conscientes de que a preparação das eleições autárquicas - campanha e intervenção da CDU - é uma tarefa de todo o Partido.

E podemos dizer que o é, entre outras, por três ordens de razões:

Em primeiro lugar, pela importância do Poder Local no quadro institucional do Portugal democrático e como instrumento da máxima importância na resolução de muitos problemas das populações.

E, por isso mesmo, o Poder Local tem sido vítima, e continua a estar sujeito, às mais variadas ingerências, imposições e dificuldades financeiras e administrativas por parte do PSD, no quadro da sua política centralista e de vezo autoritário que visa a profunda adulteração do regime democrático consagrado na Constituição.

É conhecido o objectivo do PSD de procurar subverter o carácter democrático do Poder Local, relativamente à sua eleição, composição e mecanismos de participação e decisão, contando infelizmente e não poucas vezes com a concordância e apoio do PS.

Em segundo lugar, porque o PCP e a CDU detêm importantes posições no Poder Local que são essenciais para manter e levar mais longe a obtenção de níveis elevados de satisfação de necessidades básicas das populações.

É também sabido que o objectivo estratégico do PSD, e também do PS, na pré-campanha e nas eleições autárquicas, é o de visar as autarquias da CDU, não com o objectivo hipotético de servir as populações, mas o de servir os interesses hegemónicos desses partidos.

Uma terceira ordem de razões, que nos impõe o envolvimento de todo o Partido na tarefa das eleições autárquicas, é a sua importância para a evolução da situação política nacional e, designadamente, a grande oportunidade que oferecem para, através do voto popular, reprovamos e castigar duramente a injusta e negativa política de Cavaco Silva, do PSD e do seu Governo.

E é também neste quadro que deve ter-se em conta o mais vasto significado e sentido da proposta feita pelo

PCP ao PS, para o exame conjunto da possibilidade de formação de coligações entre os dois partidos, na totalidade ou em parte, dos 18 concelhos actualmente geridos pela direita mas em que as forças democráticas em conjunto são maioritárias em termos de votos.

Ao recusar em considerar seriamente tal possibilidade, que poderia significar a conquista de uma gestão democrática para uma área onde vive mais de um milhão de portugueses, o PS assume a responsabilidade pela eventual conservação pelo PSD de importantes posições autárquicas. E tal postura, só por si, retira qualquer autoridade a previsíveis apelos do PS em relação ao chamado voto útil, nomeadamente as dirigidas ao eleitorado da CDU.

O PS rejeitou uma solução segura e credível para derrotar o PSD em favor das populações. Estamos certos que os eleitores compreenderão quem se mostrou empenhado nesse caminho e quem, rejeitando-o, mostra não estar incomodado com a manutenção da gestão do PSD.

A coligação com o PS em Lisboa é um exemplo. Permite alargar o apoio popular, eleitoral e político que extravasou a influência dos partidos coligados, interrompeu uma gestão ruínoza e deu resposta a importantes problemas da cidade, num trabalho conjunto que é reconhecido como globalmente positivo.

A nova coligação, agora também extensiva à UDP e ao PSR, permitirá alargar o apoio que o PS e a CDU recolham e continuar uma obra positiva na cidade de Lisboa. A importância do êxito das negociações é inegável, abrindo espaço ao trabalho conjunto e criativo das várias



PCP



forças políticas, apesar das diferenças de projectos políticos globais e de projectos autárquicos também diferenciados.

A nossa experiência mostra, também no município de Lisboa, como é importante aprofundar a colegialidade da gestão, o papel das assembleias municipais e das freguesias.

A política do PSD contra as autarquias é parte da sua política centralizadora e autoritária. Nas eleições autárquicas está também em julgamento a política do PSD contra o Poder Local, nomeadamente o corte de verbas, a imposição de encargos, a inviabilização da regionalização e do fortalecimento das freguesias.

Pela nossa parte, dizemos, o Poder Local pode contar com o PCP, em cada autarquia, na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), na Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), na Assembleia da República e no Parlamento Europeu:

Para instituir as regiões administrativas.

Para cumprir a Lei de Finanças Locais e garantir a descentralização administrativa e financeira.

Para fortalecer as freguesias e os seus direitos, para reforçar a colegialidade das câmaras e juntas de freguesia e os poderes das assembleias das autarquias.

Para criar novos mecanismos de intervenção popular e participação dos cidadãos.

Em suma, para defender e reforçar o Poder Local como componente essencial do regime democrático e instrumento insubstituível de melhoria das condições de vida das populações.

Da política-espectáculo à pilhagem nacional

Prosseguindo a política do PSD, as eleições autárquicas dar-se-ão num quadro de crise

económica e financeira e de acentuada degradação social e moral.

É hoje claro, para um cada vez maior número de portugueses, como era balofa e fictícia a modernização do aparelho produtivo e o progresso sustentado do País, alardeados pelo Primeiro-Ministro quando, nas suas tiradas propagandísticas, afirmava que estávamos a «agarrar o pelo-tão da frente» ou a chegar ao «cume da montanha».

O Estado-espectáculo e a política-espectáculo, a catadupa de novas promessas, a propaganda de mirabolantes planos e projectos, não conseguem esconder ou disfarçar nem o agravamento geral dos problemas nacionais, nem os golpes nas condições de vida da população, nem uma política social de retrocesso, nem as vulnerabilidades do aparelho produtivo nacional e o crescente domínio pelo capital estrangeiro de alavancas fundamentais da economia portuguesa, proporcionado pelas privatizações, como é o caso da banca.

O alerta dado por alguma imprensa de que só os espanhóis já «controlam 25% dos nossos bancos», e de que tal facto está a provocar «grande agitação em todo o sector financeiro», só por si deveria ser motivo de reflexão numa economia débil e cada vez mais subcontractada.

Com o Mercado Único, isto é, com a queda das barreiras alfandegárias, técnicas e fiscais, temos agora o embate, sem protecções, da economia portuguesa, a **panela de barro, com a panela de ferro das grandes transnacionais.**

Não deixa de ser esclarecedor que, já no último ano, a evolução da procura global do País tenha sido satisfeita em

grande parte pelas importações. Estima-se que o **volume de bens de consumo importados tenha crescido cerca de 20%, ao mesmo tempo que a produção industrial destes bens diminuía de 4%**! A substituição da produção nacional pela produção estrangeira atinge níveis alarmantes.

Nós acusamos o Governo de, com a sua política, ser o principal responsável pela desvitalização da economia, pela penalização da actividade produtiva, pela grave crise que hoje se verifica em importantes sectores industriais, e pela criminosa política de ruína da nossa agricultura e das nossas pescas.

Nós acusamos o Governo por, com o apoio e cumplicidade do PS, ter aprisionado a política económica e a capacidade de decisão nacionais na sujeição aos critérios da convergência nominal de Maastricht, com todas as graves consequências que os trabalhadores e os portugueses estão a sofrer.

Nós responsabilizamos o Primeiro-Ministro e o seu Governo de, com a precipitada entrada do escudo no mecanismo cambial do sistema monetário e com a política de basófia do escudo forte prejudicado o sector exportador e delapidado milhões de contos em divisas das reservas do País.

Nós responsabilizamos o Primeiro-Ministro e o seu Governo pela desertificação humana e o declínio económico e social de vastas regiões do interior do País.

Nós responsabilizamos o Governo de, com a sua política, estar deliberadamente a reduzir o poder de compra, nomeadamente das camadas mais desfavorecidas, e a

aumentar dramaticamente o desemprego. E não é com o escandaloso cancelamento, pelo ministro do Emprego, da publicação de estatísticas, que se apaga o facto de o desemprego registado ter passado de uma média de 19 mil no primeiro trimestre de 1992, para mais de 20 mil durante o primeiro trimestre do corrente ano.

Nós responsabilizamos o Governo pela continuada insensibilidade face à acentuação das desigualdades, ao alastramento das manchas de pobreza e miséria e à aflitiva situação dos reformados, dos pensionistas e dos deficientes.

Nós responsabilizamos o Governo pelo ataque à segurança social, onde merecem veemente denúncia os projectos para aumentar de 62 anos para 65 anos a idade de reforma das mulheres, e por toda uma política de crescente desresponsabilização em domínios sociais fundamentais e a sua entrega ao negociismo, nomeadamente no campo do ensino e da saúde.

Nós responsabilizamos o Governo de, com a sua política de clientelismo, de fuga ao controlo democrático e de esbulho e espoliação do riquíssimo património público do Sector Empresarial do Estado (SEE), criar o clima e a atmosfera para a multiplicação e banalização dos casos de corrupção e para a utilização de funções públicas e de cargos do Estado para ilegítimos negócios privados.

É significativo que, quando os tribunais julgam figuras que exerceram altos cargos públicos, e quando os escândalos rebentam todos os dias, o Primeiro-Ministro venha agora encenar a postura de grande preocupação, e que o seu ministro da Justiça venha

angelicamente propor legislação para investigar os portugueses e isentar, na prática, os membros do Governo dessa fiscalização. Não tem outro sentido a criação de mecanismos de limitação de liberdades, a pretexto da corrupção, ao mesmo tempo que subtrai a direcção das investigações à magistratura.

E tudo isto vindo de um governo e de um partido que, com a maior hipocrisia, tem usado a sua maioria para impedir os inquéritos parlamentares às privatizações e à utilização dos fundos comunitários.

Nós não esquecemos nem fechamos os olhos à milagrosa especulação, à rápida criação de fantásticas fortunas, como as que foram proporcionadas pelas famosas OPV's, tendo como contraponto a acentuação das desigualdades, o alastramento da pobreza, o aumento das exclusões, as crianças abandonadas à selva das cidades, o isolamento e as dificuldades dos idosos, a proliferação do tráfico de droga e aumento dos toxicodependentes.

A fantástica concentração de riqueza que a política do PSD tem produzido é, no essencial, uma verdadeira pilhagem da riqueza nacional em favor quer da dinastia das velhas famílias que dominaram o País até ao 25 de Abril, quer do pequeno grupo dos novos senhores do dinheiro que, contrariamente às ideias que nos têm sido transmitidas, não são, nem inovadores, nem investidores industriais, mas, na sua grande maioria, especuladores do sector imobiliário, financeiro e comercial.

Os frutos da política do Governo aí estão, na sua inegável crueza e o seu indiscutível dramatismo. Por isso, são

hoje muitas as vozes, e de vários quadrantes, e de vários sectores sociais, que afirmam que esta política está errada.

Mas a alteração da política para dar resposta aos problemas do País e fundamentar uma verdadeira estratégia de desenvolvimento económico e social não passa só pela **diminuição das taxas de juro dos empréstimos e pelo realinhamento do escudo de modo a favorecer as exportações.** Passa pela derrota do objectivo estratégico do PSD, a reconstrução do capitalismo monopolista de Estado. Passa por uma alteração radical da política seguida, no domínio orçamental, fiscal, cambial e monetário, pelo abandono dos critérios monetaristas de Maastricht, pela defesa do aparelho produtivo nacional, modernização industrial, aproveitamento dos nossos recursos, apoio efectivo à agricultura e às pescas, e estímulo ao investimento produtivo criador de empregos. Passa pela defesa das principais alavancas da economia nacional e pela melhoria da nossa especialização produtiva, exige o abandono da economia de casino e o reconhecimento e a dignificação de quem trabalha. Exige o aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural. Exige a convergência das forças democráticas no combate à absolutização do poder e a instauração efectiva de um regime de cariz autoritário ao serviço do grande capital.

Por isso, reafirmamos com toda a clareza, que não aceitamos, nem nunca aceitaremos, as limitações à lei da greve que, através dos chamados serviços mínimos, vêm anulando na prática este direito fundamental dos trabalhadores. Aliás, se a dimensão ética estivesse presente nos critérios de decisão do Governo e se houvesse um pouco de vergonha nos ministérios da tutela, as administrações da CP, da Carris e da TAP já há muito teriam sido demitidas.

Pode o Governo estar certo que não aceitamos nem aceitaremos a escalada na governamentalização do Estado, a escalada no não funcionamento regular das instituições, que não aceitaremos a lei da rolha para a comunicação social através de pudicas revisões da lei da imprensa ou da lei sobre o segredo de Estado.

Pode o Primeiro-Ministro contar com o combate do PCP à impunidade com que os Serviços de Informações, extravasando a lei, se vão assumin-



do como polícia política do Governo, violando direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, que não aceitaremos a repressão dos sindicalistas e dos trabalhadores nas empresas, nem a repressão sobre os dirigentes associativos da PSP. Apoiaremos firmemente o reconhecimento dos seus direitos sindicais.

As eleições autárquicas terão reflexos nacionais

É sabido que o PSD gostaria de disputar as eleições autárquicas num quadro de apatia e resignação face à acentuação do dualismo social e cultural, num quadro em que a sociedade, sem indignação, estivesse acomodada às crescentes desigualdades, habituada às injustiças do quotidiano, e que tivesse perdido a faculdade de intervenção e de revolta.

Mas, os trabalhadores, os agricultores, os jovens, os portugueses e portuguesas, não perderam a capacidade de indignação e de protesto face às injustiças, ao autoritarismo e à prepotência. Não perderam a capacidade de indignação, de intervenção e de luta.

Daqui saudamos as lutas dos trabalhadores pela defesa dos seus postos de trabalho, pelos seus direitos e por um nível de vida digno.

Daqui saudamos a luta dos agricultores e a sua combatividade em defesa da agricultura portuguesa.

Daqui saudamos os protestos e a luta dos estudantes pela reforma do ensino e contra o pagamento das propinas.

Daqui saudamos os eleitos do Poder Local e os seus trabalhadores, que se têm batido pela sua dignificação, bem como todos os sectores e grupos sociais em luta em defesa de uma política democrática, justa e progressista.

Daqui saudamos todos os sectores e camadas sociais, todos os portugueses e portuguesas que, com grande consciência dos seus direitos, com grande combatividade e determinação, têm vindo a erguer um impressionante movimento nacional de resistência, protesto e luta contra a política de direita.

Pela nossa parte, a todos garantimos que continuaremos a empenhar todas as nossas energias para que a política do Governo PSD seja derrotada, para que Cavaco Silva e o PSD sejam impedidos de levar por diante os seus projectos de verdadeira desgraça e desastre nacionais.

Os resultados das eleições autárquicas terão importantes reflexos na situação política nacional e poderão dar uma

importante contribuição para a derrota da política da direita. Serão importantes para as populações e importantes para a construção de uma verdadeira alternativa à política do PSD.

Nós não perdemos de vista o grande objectivo de conquistar para o País uma nova política que dê resposta aos problemas mais urgentes e promova um efectivo desenvolvimento económico e social.

Nós não perdemos de vista o grande e justo objectivo de acumular energias e fortalecer as condições para, tão cedo quanto possível, operar, não uma mudança de caras que, no essencial, continuem a mesma política do PSD, mas uma verdadeira viragem democrática que signifique uma decidida ruptura com os objectivos, os critérios e os métodos da política de direita.

A convergência das forças democráticas é essencial para uma alternativa. Mas a possibilidade dessa convergência será tanto maior quanto mais cidadãos derem o seu apoio ao PCP e à CDU, forças políticas que estão efectivamente ao serviço das populações, com um real projecto de mudança, que cumprem o que prometem, que são consequentes defensores de uma política democrática alternativa.

Pelo património de realizações, pelo estilo de trabalho, pelo cumprimento da palavra dada, pela experiência, dedicação, honestidade e competência, atributos reconhecidos aos eleitos do PCP e da CDU, partimos para as próximas eleições com determinação e confiança, procurando garantir uma grande votação na CDU, que confirme e reforce as suas posições. A confirmação e o reforço da CDU são a maior garantia de uma gestão mais eficaz no interesse das populações, a maior garantia da defesa e promoção do ambiente, da humanização da vida e bem-estar nas cidades e áreas metropolitanas. São um importante factor para a concretização de uma verdadeira alternativa democrática e de uma política democrática, ao serviço dos portugueses e de Portugal.

Na destacada contribuição para o desenvolvimento da luta popular, na oposição firme à política de direita, na apresentação de valiosas propostas construtivas para a solução dos mais diversos problemas do povo e do País, na seriedade e sentido das responsabilidades com que intervém nesta grave conjuntura da vida nacional, de novo se está afirmando o incomparável papel do PCP, como grande força da democracia, como grande força do trabalho, da luta e da esperança.



Declaração da Conferência

1. A Conferência Nacional do PCP realiza-se num momento particularmente importante da preparação das eleições autárquicas e testemunha a atenção que o PCP dedica ao Poder Local e às eleições de Dezembro próximo.

Uma atenção que resulta da importância que as autarquias assumem para a resolução dos problemas das populações, como factor de enriquecimento da vida democrática, de aproximação das populações do poder e como estímulo à democracia participativa.

A confirmação e reforço das posições da CDU constituirá não apenas a garantia de uma gestão mais eficaz no interesse das populações como também um factor de valorização do Poder Local, de defesa da sua autonomia, de salvaguarda do carácter democrático e representativo da constituição dos seus órgãos e um contributo para a luta pela criação das Regiões Administrativas.

2. O PCP e a CDU detêm importantes posições no Poder Local. Responsáveis pela gestão em 50 municípios e 345 freguesias para além de Lisboa onde participam na coligação de forças democráticas que gere o município e 37 freguesias, força determinante na Área Metropolitana de Lisboa e nos seus órgãos e nos municípios de vários distritos, dispendo ainda de numerosos eleitos em outros órgãos autárquicos, o PCP e a CDU desempenham uma actividade de enorme importância na defesa e valorização do Poder Local, na elevação das condições de vida e bem-estar das populações e no progresso e desenvolvimento dos concelhos e regiões.

3. A Conferência Nacional do PCP sublinha positivamente o trabalho realizado pelos eleitos do PCP e da CDU no actual mandato. No essencial, e tendo em conta as possibilidades e meios de actuação do Poder Local e apesar dos condicionamentos decorrentes da política de direita do Governo, o trabalho e a obra realizada corresponderam aos programas eleitorais apresentados e à vontade e aspirações dos cidadãos.

Sem prejuízo de deficiências e dificuldades que importa corrigir e superar, a obra realizada confirma em termos globais a justeza das opções e a confiança manifestada pelas populações e atesta a reconhecida capacidade de gestão da CDU nas autarquias locais.

Constitui um valioso contributo e um ponto de referência para o novo mandato o facto de as coligações que o PCP integra terem assegurado a consolidação dos níveis de cobertura de redes de infra-estruturas básicas e o prosseguimento da criação de sistemas de tratamento e destino final de resíduos sólidos e águas residuais, a diversificação e reforço da actividade sociocultural, o prosseguimento do trabalho de planeamento participado e integrado visando um ordenamento harmonioso do território, a contribuição para o desenvolvimento económico local e regional e o esforço para garantir uma melhor e mais pronta resposta aos municípios dando continuidade à actividade prosseguida em mandatos anteriores.

Sempre exigentes com o seu próprio trabalho, os eleitos do PCP procurarão elevar a capacidade de resposta e a qualidade de serviços prestados, encontrar soluções novas para novos problemas, corresponder a novas e mais exigentes solicitações, manter e ampliar uma linha e um estilo de gestão democrático, participado e ligado ao povo.

4. Os trabalhos da Conferência confirmaram as áreas de intervenção e as linhas de trabalho fundamentais para o próximo mandato tendo por objectivos essenciais a contínua melhoria das condições de vida materiais e culturais da população, a dinamização e reforço da vida colectiva e da democracia participativa e um desenvolvimento integrado em que se conjuguem e complementem as componentes físicas, económicas, sociais, culturais e ambientais.

Sublinha-se assim a importância que devem continuar a merecer as acções de planeamento municipal e intermunicipal, de dinamização do desenvolvimento económico local e regional, de uma planificação e gestão adequada da rede de equipamentos colectivos, de melhoria das componentes

ambientais de vida urbana e rural, da garantia de uma prestação com qualidade das funções que estão cometidas às autarquias, de promoção e democratização da actividade sociocultural, da valorização da participação dos trabalhadores das autarquias, e da modernização, personalização e humanização de serviços e da sua relação com as populações.

Na esteira do trabalho realizado, será preocupação essencial do PCP e dos seus eleitos a humanização da vida e o bem-estar nas cidades e áreas metropolitanas, o ordenamento do litoral com garantia dos equilíbrios ecológicos essenciais e do desenvolvimento sustentado e a luta pelo desenvolvimento do interior do País e pela correcção das assimetrias regionais.

5. A Conferência Nacional, confirmando a exigente batalha eleitoral que as eleições autárquicas constituem, apela ao empenhamento de todo o Partido e a uma intensa intervenção dinamizadora das suas organizações e militantes que assegure quer uma grande concentração de esforços e energias nas tarefas especificamente eleitorais, quer o prosseguimento do trabalho e acção no poder local e a articulação e conjugação das outras principais tarefas e frentes de intervenção do Partido na vida nacional com os objectivos definidos para as eleições autárquicas.

Assume de momento uma particular importância o trabalho com vista à apresentação de candidaturas a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias, à dinamização da CDU e das suas estruturas locais confirmando-a como um amplo espaço unitário de participação democrática, à prestação de contas da acção desenvolvida e ao processo de debate e auscultação pública na elaboração dos programas eleitorais.

6. O trabalho realizado pelos eleitos da CDU nas mais diversas situações em todo o território nacional, o seu património de propostas, soluções e estilo de trabalho, o amplo descontentamento com a política do governo do PSD, a positiva diferenciação da CDU em relação ao PS que, em termos de política nacional e de projecto autárquico, mantém graves aproximações com a política da direita, tornam perfeitamente legítimo considerar que está ao alcance do Partido concretizar, nos resultados das eleições autárquicas, os objectivos globais definidos no seu XIV Congresso, designadamente:

- a confirmação e reforço das posições do PCP e CDU nos municípios e freguesias onde hoje é maioritária;
- a conquista da presidência em novos municípios e freguesias;
- a ampliação das posições que hoje detém em situação de minoria e a obtenção de mandatos em autarquias onde actualmente não tem representação;
- o enfraquecimento das posições da direita contribuindo para uma sua clara derrota que favoreça a luta e o caminho para uma alternativa democrática.

7. O PCP parte com confiança para as próximas eleições autárquicas. Pelo prestígio conquistado no trabalho realizado, pelo respeito adquirido pelos compromissos assumidos, pela experiência, dedicação, honestidade e competência reconhecidas aos eleitos do PCP e da CDU:

Em todo o País, o apoio ao PCP e à CDU e o voto na CDU são a melhor garantia para assegurar uma presença necessária e útil para as populações em todas as autarquias, são a melhor forma de condenar a política de direita e dar mais força à luta por uma política democrática.

Um forte e alargado empenhamento do PCP e de todo o seu colectivo partidário, dos «Verdes», da Intervenção Democrática e de milhares de outros democratas, com e sem filiação partidária, na campanha eleitoral permitirá garantir em Dezembro próximo uma grande votação na CDU que confirme e reforce as suas posições e que constitua um contributo para uma alternativa democrática na vida política do País.

Um minuto de silêncio

Uma notícia trágica ensombrou, subitamente, a sessão plenária de encerramento: vítima de um brutal acidente de viação quando se deslocava do Algarve para a Conferência, falecera o camarada **José Rodrigues Martins**, que cumpria o segundo mandato como presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu de Messines, a maior Freguesia do Concelho de Silves, e se preparava para encabeçar de novo a lista da CDU na sua autarquia, nas próximas eleições.

Um impressionante minuto de silêncio, cumprido comovidamente pelas cerca de 1000 pessoas presentes, prestou imediata homenagem ao camarada, figura de muito prestígio na sua região.

TRABALHADORES

Calendário

HORA VÔO TIME FLIGHT	ORIGEM FROM	OBSERVAÇÕES REMARKS
10:35 TP 162	PARIS/ORY	CONFIRMADO
10:40 TP 481	PARIS/ORY	CONFIRMADO
10:50 A1A 472	LON/HEATHROW	CONFIRMADO 11:50
11:00 LH 4609	DUSSELDORF	CHEGADA 10:55
12:05 TP 451	LON/HEATHROW	CONFIRMADO
12:20 AZ 474	PARIS/ORY	CONFIRMADO 12:30
12:30 TP 184	PARIS/ORY	CANCELADO
12:35 TP 333	BOSTON/TEG	
12:50 AZ 147	PARIS/ORY	
13:10 SK 520	PARIS/ORY	
13:25 SN 831	PARIS/ORY	
13:30 TP 3106	PARIS/ORY	

Uma das acções principais incidirá na TAP

Acções deste mês, anunciadas pela CGTP:

10 a 14 — Semana de luta pelos salários (12, 13 e 14: greve na TAP; 13: greve nas empresas metalomecânicas; concentração — com representação nacional — dos sectores de limpeza e recolha de lixo das Câmaras).

17 a 21 — Semana de luta pelo direito à Saúde (20: Manifestação da PSP — Concentração, com representação nacional, dos sectores operários das Câmaras).

24 a 28 — Semana de luta pelo emprego (26: Concentração dos reformados da CP; 27: Greve nacional dos professores; 28: Concentração-manifestação nacional do STAL).

31 a 4.6 — Semana de luta pelos direitos. 5 de Junho — Jornada Nacional.

Pescadores de Peniche dirigem-se ao Primeiro-Ministro

Reclamada uma Comissão e um Plano nacionais

As remunerações dos pescadores diminuíram drasticamente. Numa exposição, sexta-feira, ao Primeiro-Ministro, o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Distrito de Leiria, depois de constatar «a existência de uma crise generalizada na pesca em Peniche», considera que «os baixos preços pagos em lota aos pescadores não se reflectem nos preços praticados pela generalidade dos comerciantes quando vendem o pescado aos consumidores».

Depois de várias considerações sobre factos como o

de «devolver ao mar toneladas de pescado que não se conseguem vender» e de o mercado português continuar «a ser invadido por peixe importados de países terceiros», o Sindicato propõe ao chefe do Governo que «a pesca em Peniche seja declarada como sector em situação económica de crise»; que «seja criado um fundo compensatório para subsidiar os pescadores, que há vários meses não auferem rendimentos mínimos»; que «sejam criados apoios ao escoamento de todo o pescado capturado, com a garantia

de preços compensatórios à produção»; que sejam fornecidos «os necessários apoios às empresas conserveiras e congeladoras, que lhes permitam realizar acordos com as organizações de produtores de Peniche, com o objectivo de permitir escoar toda a sardinha capturada pelas embarcações de cerco deste porto de pesca»; que se regulamentem «as taxas de comercialização do pescado, tendo em vista a reintrodução de taxas de margens máximas após a primeira venda».

O Sindicato propõe ainda «a criação de uma Comissão

Nacional, com o objectivo de discutir os problemas de fundo, que afectam a pesca, e preparar o futuro». Dessa Comissão devem fazer parte o Governo, a Federação dos Sindicatos da Pesca, representantes dos armadores de todos os segmentos da pesca nacional e técnicos ligados ao sector.

Por último, o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Distrito de Leiria expõe a necessidade de «elaborar um Plano Nacional para as Pescas, para fazer face aos desafios que se colocam ao País neste início do século XXI».

Zenroren em Portugal

Durante uma visita ao nosso país, uma delegação da Zenroren (Confederação Nacional dos Trabalhadores Japoneses), recebida pela CGTP, reconheceu a «crescente influência dos grandes grupos económicos a nível mundial e, em particular, dos japoneses».

A complexidade de situações desse tipo e doutras semelhantes, a existência de

«uma nova ordem internacional mais injusta e preocupante», bem como «a ofensiva generalizada» das políticas neoliberais contra os direitos dos trabalhadores a todos os níveis» foram ponderadas pelas duas organizações sindicais, a semana passada.

As respectivas delegações estiveram de acordo «em aprofundar a sua cooperação,

num intercâmbio permanente de informações e experiências, numa perspectiva de desenvolvimento da solidariedade».

A delegação da Zenroren, chefiada por Takaji Kamogawa, vice-presidente, «manteve contactos com as diferentes estruturas da sua congénere portuguesa», designadamente com a direcção da CGTP-IN, União dos

Sindicatos de Setúbal e as organizações sindicais dos estaleiros da Solisnor.

Segundo a Central portuguesa, além do já expresso, a visita destinou-se a «conhecer a realidade do movimento sindical e dos trabalhadores portugueses, suas aspirações, reivindicações e lutas, face à integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.»

Pára hoje a Mague e outras empresas do grupo

Com uma concentração junto à sede da Senete, em Lisboa, hoje às 4 da tarde, os trabalhadores da metalomecânica pesada da Mague, Sorefame, Sermague, Metalsines, MSET e SMM, todas pertencentes àquele grupo fazem hoje greve no 2º período de trabalho.

O anunciado «desmembramento/desmantelamento das empresas e os despedimentos» são os motivos da luta, divulgados em 10 do corrente pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

Por seu lado, a comissão de trabalhadores (CT) da Mague acrescenta às razões da greve a recusa da alienação do património, a discriminação salarial, a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e a viabilização das empresas do grupo.

Ao contrário do anunciado pela FSMMP, a CT da Mague refere que o período de greve é de 24 horas.

Numa nota recente, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul e Ilhas protestava por motivos idênticos.

«A multinacional ABB, através do grupo Senete, sublinhava, continua a destruir o sector da metalomecânica pesada».

Segundo o Sindicato, «as reestruturações apresentadas apenas têm tido como principal objectivo o despedimento dos trabalhadores».

Em vez das «reestruturações» para despedir, o Sindicato propunha «mais formação profissional, modernização dos serviços, redução do horário de trabalho, reconversões, mais agressividade na área comercial».

Um processo de despedimentos estava entretanto a decorrer na Plasquisa, «a coberto da Lei e em nome da crise», sabia o «Avante!» através de fonte sindical em Setúbal.

Outras greves têm decorrido ultimamente em grandes empresas, não só da metalomecânica como do sector químico e nas indústrias eléctricas.

São conhecidos os casos da Cablea, na HR Teixeira Ramalho, bem como na indústria naval e na Eurofer.

Cuidado com as reformas

— avisam os sindicatos

Numa nota de 5 do corrente, a União de Sindicatos de Setúbal, organização intermédia da CGTP, revela factos e faz considerações sobre o estado da Segurança Social. Pelo seu interesse, merecedor da mais ampla difusão, transcreve-se na íntegra a nota emitida pela USS sob o título «Cuidado! O Governo vira-se para a Segurança Social».

1. Os trabalhadores pagam a Segurança Social que não têm. Governo e patronato acumulam dívidas.

A situação é verdadeiramente escandalosa: enquanto os trabalhadores, descontando dos seus salários, pagam mais de 90 por cento das receitas da Segurança Social, o Governo, no período Cavaço Silva (1986-93) já deve mais de 360 milhões de contos que não transferiu do OE (Orçamento do Estado) e a dívida do patronato já vai nos 300 milhões de contos.

2. O cinismo igualitário.

Desde há 30 anos que as mulheres adquiriram o direito à reforma aos 62 anos. A reforma para os homens é aos 65 anos. Cinicamente, invocando a igualdade, em vez de ajudar, melhorando, a idade da reforma dos homens para os 62 anos, o Governo pretende igualar, piorando, a idade da reforma das mulheres para os 65 anos. Cinicamente, o Governo quer fazer esquecer que são as mulheres as mais atingidas pelo desemprego e que são as mulheres que, ao longo de toda a sua vida de trabalho, sofrem a desigualdade social que resulta da sua condição de mulher na nossa sociedade, com salários mais baixos e com a sobrecarga das responsabilidades e tarefas familiares.

3. Pensionistas e reformados: O Governo não os esquece...

O Governo pretende ainda alterar a base de cálculo das pensões de reforma. No seu esquema, para atingir o máximo de 80 por cento do salário que é possível agora com 36,5 anos de contribuições, passariam a ser necessários 40 anos de descontos.

Por um lado, promove as reformas antecipadas e pré-reformas, por outro, agrava as condições de reforma. Aos pensionistas com pensão de invalidez permanente, estabelecida antes de 1 de Janeiro de 1988, ou no âmbito da reestruturação de empresas ou sectores de actividades, o Governo quer agora pôr em causa a sua situação, podendo vir a transformar reformados em desempregados, em alguns casos mesmo sem direito a subsídio de desemprego.

Com esta política, o Governo vai passando da desresponsabilização à irresponsabilidade social.

4. CGTP luta e exige melhor Segurança Social.

A CGTP e as suas estruturas estão a desenvolver uma campanha nacional de esclarecimento sobre a Segurança Social. A USS realiza em 7 de Maio uma jornada distrital de esclarecimento público, com distribuição de documentos e bancas de apoio em diversas localidades.

Valor das reformas e pensões impedem uma vida digna

Por iniciativa do PCP, a situação dos idosos e a problemática da exclusão social estiveram em debate no Parlamento. O retrato feito, onde relevam as péssimas condições de vida de largos extractos da população, não deixa dúvidas quanto às responsabilidades do Governo nesta matéria. Incorporada com esta situação, a bancada comunista avança com um projecto de lei que fixa um rendimento mínimo de subsistência.

Com 32,7 por cento de pobres (a maior percentagem no quadro da Comunidade Europeia), Portugal continua a registar níveis extremamente baixos nos montantes das pensões, sendo ainda o país onde

Protecção dos dados pessoais

A Assembleia da República apreciou no passado dia 5 uma proposta de resolução relativa à convenção para protecção das pessoas no domínio do tratamento automatizado de dados de carácter pessoal. Trata-se de uma matéria respeitante à tutela dos direitos dos cidadãos no campo da informática, que está intimamente associada à lei de protecção de dados pessoais, cuja regulamentação conhece injustificados atrasos.

Para isso mesmo chamou a atenção a deputada comunista Odete Santos, não sem, noutro plano, ao apreciar os termos da Convenção, deixar de assinalar que o seu conteúdo está "conforme à Constituição", contém os princípios orientadores de qualquer lei de protecção de dados pessoais e acolhe o "núcleo irreduzível da privacidade" consagrado na Lei Fundamental.

Nota de reparo mereceu porém a possibilidade de derrogação de direitos dos cidadãos prevista em certas normas da Convenção, relativamente às quais, sublinhou Odete Santos, importa verificar se são compatíveis com o texto constitucional.

Trabalhadores aduaneiros

Os graves problemas com que se confrontam os trabalhadores aduaneiros voltaram a ser chamados à ordem do dia da agenda parlamentar. Foi na passada sexta-feira, e a iniciativa voltou a partir da bancada comunista, que apresentou um conjunto de propostas destinadas a minorar a situação destes milhares de trabalhadores e suas famílias.

O deputado Arménio Carlos levantou concretamente a questão de ser dada uma resposta urgente à situação criada aos milhares de trabalhadores que perderam não apenas o seu posto de trabalho, mas também a sua própria profissão.

Acusando o Governo de insensibilidade face aos problemas sociais, Arménio Carlos recordou que nem sequer foram cumpridas as medidas estabelecidas no diploma que institui medidas de apoio ao sector dos despachantes oficiais, assinalando a propósito o caso da formação profissional, neste momento abrangendo apenas pouco mais de duas centenas de trabalhadores.

Segurança dos Cidadãos

Foi agendado para o próximo dia 20 um projecto de lei do PCP relativo à criação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos. A realizar no próprio dia da manifestação nacional dos polícias pelos direitos sindicais e contra a repressão dos seus dirigentes, o debate em torno desta matéria assume uma grande importância, tanto na perspectiva do Poder Local, como da segurança dos cidadãos.

Determinante na criação destes Conselhos Municipais está sobretudo a ideia de que a prevenção deve constituir a regra fundamental no domínio da segurança e para esse objectivo concorre a indispensável capacidade das forças policiais, a sua presença e acção, tanto mais eficaz quando associada à intervenção das comunidades locais, das autarquias, das escolas, das populações.

Economia tem presidentes

A Comissão Parlamentar de Economia e Finanças elegeu consensualmente na última sexta-feira os presidentes das três subcomissões respectivas, pondo deste modo termo à polémica desencadeada na véspera entre os deputados do PSD, e da oposição.

As três subcomissões das contas públicas, indústria e energia, e comércio e turismo, serão presididas, respectivamente, por Octávio Teixeira (PCP), Rui Rio (PSD), e Lobo Xavier (CDS).

Estes nomes, recorde-se, tinham sido apontados no dia anterior, após uma reunião dos coordenadores da Comissão de Economia, mas o PSD, por um lado, e os partidos da oposição, por outro, chegaram a conclusões diferentes.

Rui Carp, assegurou que a reunião não tinha sido conclusiva, enquanto a oposição garantiu que o coordenador da comissão de economia tinha dado o seu aval aos nomes indicados, acabando posteriormente por ser desautorizado pelos seus colegas do PSD.

escasseiam de forma flagrante o número de equipamentos para idosos (lares, centros de dia e apoio domiciliário) e onde se fazem sentir crescentemente as carências no acesso aos cuidados básicos de saúde.

Nem sempre convenientemente lembrada, esta é apenas uma pequena parcela da realidade que caracteriza a situação em que se encontram os idosos em Portugal, um quadro que não pode ser dissociado da problemática da exclusão social. Faz hoje oito dias, por iniciativa do PCP, o tema dominou o debate parlamentar, permitindo apurar um retrato revelador do estado a que chegou o flagelo da exclusão social e da pobreza no nosso país.

Foi um debate oportuno, na altura em que se assinala o "Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade Entre Gerações", a partir do qual, para além da denúncia de situações verdadeiramente escandalosas - e este não foi seguramente um mérito menor -, foi possível definir com linear clareza os responsáveis por um sistema que levou a que Portugal seja dos países da Comunidade onde os trabalhadores mais desconfiam para a Segurança Social e seja simultaneamente aquele que dedica a menor parcela do Produto Interno Bruto às despesas neste capítulo.

Apolónia Teixeira, em nome da bancada comunista,

analizando de forma pormenorizada algumas das causas que explicam a situação a que se chegou, não hesitou em apontar o dedo acusatório ao Governo, a quem responsabilizou pela "situação de ruptura" existente, a qual, disse, atinge tal dimensão, que, "põe em causa a prestação de apoios sociais vitais", levando mesmo ao ponto de provocar atrasos na atribuição do subsídio de desemprego, como no caso do Porto onde são já 35 mil o número de indivíduos atingidos por esta situação.

O enfraquecimento das receitas do sistema devido a uma política que levou ao aumento das dívidas do patronato à Segurança Social (atinge hoje os cerca de 300 milhões de contos) e a insuficiência de verbais transferidas do OE para a cobertura dos regimes não contributivos, foram duas das razões apontadas por Apolónia Teixeira, que não deixou de verberar o facto de igualmente estarem a ser abusivamente utilizadas verbas da Segurança Social para custear despesas que não são da sua responsabilidade.

Escamoteando esta realidade e os dados concretos que a confirmam, o ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, optou no seu discurso por enaltecer a acção governamental, garantindo que em 1985 teve "início uma nova era" para os idosos em Portugal.

Números preocupantes

Levados ao conhecimento da Câmara pela bancada comunista, os números relativos à situação dos idosos constituem um retrato que elucida exemplarmente a situação a que se chegou em Portugal neste domínio. De acordo com um estudo da Eurostat, citado no decorrer do debate pelos deputados comunistas Lino de Carvalho, Apolónia Teixeira e Arménio Carlos, a situação financeira das pessoas idosas no nosso país é das mais baixas no conjunto da Comunidade.

Apenas três por cento das pessoas idosas em Portugal consideram-se satisfeitas com o seu nível de vida, em contraste com os 68% na Dinamarca, 43% na Holanda, 25% na vizinha Espanha ou mesmo os 6% na Grécia, sendo ainda assinalável que 80 por cento dos inquiridos responsabilizam o Governo por nada ter feito para melhorar as suas condições de vida.

A população portuguesa com mais de 60 anos passou de 11,5 por cento em 1960 para 18,6 por cento em 1990, prevendo-se que atinja mais de 25 por cento em 2020.

Significativo é ainda o número de pensionistas e reformados - mais de 2 milhões e 300 mil -, sendo que destes cerca de um milhão e 200 mil recebem pensões que não excedem os 17600 escudos.

O número de pobres ascende a cerca de um terço da população portuguesa.

"Este Governo, tal como os anteriores - contrapôs a deputada comunista - apesar da propaganda, da demagogia, das promessas de maior justiça social, não tem tido a coragem nem a vontade política para tomar decisões que alterem profunda e radicalmente a situação de efectiva injustiça social de milhares e milhares de reformados e outras camadas da população, tornando cada vez mais incerto o futuro das novas gerações de idosos".

Um futuro que poderia ser diferente se, como lembrou Apolónia Teixeira, o Governo não fizesse orelhas moucas à generalidade das propostas que nos últimos anos

têm vindo a ser apresentadas pela oposição, designadamente pelo PCP, visando a melhoria das condições de vida de largos milhares de cidadãos idosos e pensionistas.

Um objectivo que voltou a estar presente em duas novas propostas subscritas pela bancada comunista, apresentadas no próprio dia do debate, uma, fixando um rendimento mínimo de subsistência a todos os cidadãos portugueses residentes em Portugal, a outra, sob a forma de projecto de resolução, preconizando a elaboração de estudos e sua publicação sobre a situação dos idosos e a problemática da exclusão social.

Novo Estatuto do SNS Governo alija responsabilidades e põe em causa cuidados de saúde

O Governo quer alijar "ainda mais as suas responsabilidades no domínio da saúde dos portugueses e impor-lhes o pagamento dos cuidados prestados no quadro dos serviços públicos". Quem o afirma é o deputado comunista Luís Peixoto, em intervenção produzida na última sessão plenária da passada semana, a propósito do novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

Chamado à ratificação por iniciativa da sua bancada, no próprio dia em que foi publicado em Diário da República, este Estatuto visa ainda empurrar os portugueses para os braços das seguradoras e outros esquemas privados de saúde, sem perder de vista, como denunciou Luís Peixoto, a privatização dos serviços que sejam lucrativos, de que resultarão no seu conjunto um aumento incontrolável de custos quer para o Estado quer para os utentes, e uma acentuada degradação do ensino e da formação profissional dos profissionais de saúde.

Entretanto, para a formação comunista, a razão de ser deste novo Estatuto não pode deixar de ser interpretada como mais uma peça inserida no propósito do Executivo de levar por diante uma política de "cariz fortemente económico, de uma forma exageradamente economicista", baseada na prestação de cuidados de saúde assente em "esquemas privados, segurados, convenções, geradoras de injustiças e desigualdades, apenas visando o lucro fácil".

Do que se trata, pois, apesar de Portugal gastar apenas 4 por cento do PIB com a saúde, valor muito abaixo dos 8 por cento que constitui a média dos países

da OCDE, é de implementar um esquema que nem sequer é inédito, e que teve efeitos desastrosos onde foi aplicado.

É o caso dos Estados Unidos da América, país com grandes tradições de seguros, mas onde mais de 34 milhões de norte-americanos, como lembrou Luís Peixoto, não têm qualquer cobertura médica, sendo gastos cerca de 1/3 dos significativos aumentos de custos dos últimos anos, não na prestação de cuidados, mas sim em burocracia.

Num outro plano, a bancada comunista considera ainda que o novo Estatuto do SNS contraria princípios constitucionalmente consagrados, chamando simultaneamente a atenção para o facto de não salvaguardar os interesses dos trabalhadores e por insistir na "escandalosa situação do regime de instalação das ARS's".

Urge renegociar os acordos de pescas

"A adesão de Portugal à CEE tem tido resultados globalmente negativos para as pescas portuguesas, pelo que é preciso que o Governo português proponha em Bruxelas a renegociação da política comum das pescas, de forma a defender os interesses dos pescadores e dos armadores portugueses". A afirmação é do deputado comunista António Murteira e foi proferida na passada semana, em Peniche, no decorrer de uma conferência de imprensa destinada a apresentar os resultados de uma visita por si efectuada à região.

Realizada na sequência de anteriores deslocações a Aveiro e Setúbal, onde efectuou reuniões com sindicatos de pescadores e organizações de armadores, esta deslocação de António Murteira a Peniche insere-se numa acção do Grupo Parlamentar do PCP orientada para avaliar a actual situação das pescas e consequente apresentação de um

conjunto de medidas no Parlamento capazes de relançar o sector.

No encontro com os jornalistas, o deputado comunista defendeu também a análise rápida de questões como as quotas de pesca, a importação de pescado de países terceiros e os apoios à exportação de conservas portuguesas.

Indispensável, do seu ponto de vista, é a alteração de muitos dos aspectos da política interna para o sector das pescas, referindo nomeadamente a necessidade de accionar mecanismos que assegurem o escoamento e preços compensadores para o pescado e medidas que evitem a concorrência desleal.

António Murteira fez ainda o anúncio de uma proposta da sua bancada no sentido de ser publicado o Regime Jurídico de Regulação do Trabalho Individual a Bordo de Embarcações, de forma a criar melhores condições de trabalho aos pescadores.



Trabalhadores do Pinto e Sotto Mayor querem ser pagos

Reunião em Coimbra denuncia ameaças e intimidações aos trabalhadores e aprova moção por maioria esmagadora exigindo o pagamento dos subsídios de valorização

Convocada pelos Sindicatos dos Bancários da zona Norte, Centro Sul e Ilhas, em Coimbra, uma reunião nacional do BPSM que reuniu cerca de 1500 trabalhadores e aprovou, por larga maioria, uma moção condenando o clima de instabilidade social criado pela administração do Banco.

Os trabalhadores repudiaram as pressões e retaliações desencadeadas pela administração e insistem em receber os subsídios de valorização técnica e profissional, que lhes estão em dívida há mais de dez anos.

Recorde-se que estes subsídios foram criados pelo Conselho do Gestão do BPSM, em 5 de Janeiro de 1983, e rondavam os 10 por cento do salário. No entanto, a gestão do banco nunca procedeu ao seu pagamento, apesar de várias instâncias judiciais terem dado razão aos trabalhadores, nomeadamente o Supremo Tribunal de Justiça, que, em Dezembro de 1992, confirmou o direito ao recebimento dos subsídios desde 1 de Janeiro de 1983 e no futuro.

Neste momento, estão em tribunal já mais de 1400 acções, a que se junta cerca de

um milhar de procurações que ainda não deram origem a processos. É esta situação que a administração do Banco tenta abafar e inverter recorrendo à ameaça e intimidação dos trabalhadores para que não interponham e desistam das suas acções judiciais. Numa palavra, o BPSM não quer pagar o que deve e tenta obrigar os trabalhadores a não reclamarem o que lhes é devido.

Com cumplicidade tácita do Governo, o único accionista do banco, que opta pelo silêncio recusando ouvir sindicatos e trabalhadores, a administração decidiu enviar quadros e hierarquias à reunião de Coimbra com a indicação expressa de boicotarem os trabalhos, impedindo a aprovação de uma moção. De facto, embora o início da reunião estivesse marcado para as 14 horas, logo pelas 10 horas da manhã vários quadros ocupavam lugares na sala.

Contudo, muitos decidiram não comparecer e outros que foram a Coimbra não actuaram conforme as ordens recebidas. Assim se explica o êxito da reunião, que condenou veementemente as práticas da administração, responsabilizan-

do-a por, juntamente com o Governo, «criar dificuldades ao bom funcionamento e desenvolvimento do banco».

A moção aprovada manifesta «total apoio às iniciativas assumidas pelos sindicatos e à continuação da sua intervenção de apoio aos trabalhadores e na exigência da urgente resolução deste conflito», afirmando a intenção de continuar a resistir «às ofensas dos legítimos direitos dos trabalhadores, consagrados no ACTV do sector bancário, na lei e na Constituição da República Portuguesa».

O documento exige igualmente «uma gestão que acautele e defenda a instituição perante situações tão estranhas quanto o foram os processos indemnizatórios face a Champalimaud e o Banco Mello», numa referência aos 10 milhões de contos que António Champalimaud recebeu pelo Banco Pinto e Sotto Mayor.

Os trabalhadores do BPSM demonstraram estar decididos a não ceder à intimidação, dando mais uma vez provas de grande determinação, firmeza e convicção nas razões da sua luta.

Comissão Coordenadora Nacional da CDU apresenta proposta para Autárquicas/93

1. A Proposta da CDU para as Autárquicas/93 será apresentada pelo Professor Avelãs Nunes, no decurso de um jantar que reunirá mais de 200 activistas da CDU em representação de todas as regiões do País, decidiu a Comissão Coordenadora Nacional da CDU na sua reunião de 6 de Maio.

Esta iniciativa nacional da CDU (Coligação Democrática Unitária) terá lugar em 21 de Maio, às 20.00 horas, em Lisboa, constituindo simultaneamente um encontro com a Comunicação Social, no qual intervirão também Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, Isabel de Castro, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», e Blasco Hugo Fernandes, Presidente da Comissão Directiva da Intervenção Democrática.

2. Apreciando as recentes Comemorações do 25 de Abril e as manifestações do 1.º de Maio, a Comissão Coordenadora regista a diversidade de acções promovidas em todo o País pelas Autarquias ou organizações populares e pelo movimento sindical, com destaque para os grandes desfiles e comícios realizados em Lisboa.

Alegria e determinação, confiança e combatividade, marcaram a identificação popular com os ideais democráticos e progressistas da Revolução de Abril e envolveram os protestos do mundo laboral contra a política económica e social do Governo do PSD.

O Governo e os dirigentes do PSD estiveram ausentes do 25 de Abril. Anularam as habituais comemorações oficiais a nível do poder central, sendo os grandes responsáveis pela não realização da Sessão Solene da Assembleia da República.

3. O Governo acentua o seu pendor repressivo e o seu farisaísmo. As cargas policiais contra agricultores e estudantes que se manifestavam em Lisboa ou a acção intimidatória contra jovens angolanos durante a vigília pela Paz em Angola e as «infiltrações» e vigilância do SIS em relação ao movimento estudantil são acções impróprias dum regime democrático, que justificam veementemente protesto da Coordenadora Nacional da CDU. Os projectos de legislação anticorrupção que o Governo pretende consagrar e que as organizações representativas das profissões jurídicas (Ordem dos Advogados e Sindicatos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público) fortemente contestaram, considerando-os «perigosos para a própria essência do regime democrático», permitiriam ao Governo bloquear a investigação de casos que lhe fossem incómodos.

4. O Governo acentua também o seu carácter autoritário e a sua incapacidade para o diálogo democrático. Negocia com a CEE o Fundo de Coesão para 1993, prossegue a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional e prepara-se para comprometer o novo Quadro Comunitário de Apoio (1994/99) sem efectiva participação das autarquias locais, principais obreiras do sucesso de realização financeira do actual QCA, mantendo no maior secretismo matérias como programas, verbas, planeamento anual, estruturas de gestão. A Coordenadora Nacional da CDU faz suas as exigências de diálogo e participação defendidas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e sublinha, mais uma vez, que a inexistência das Regiões Administrativas implicará forte perda de eficácia na utilização dos fundos comunitários.

5. A realização, com o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, da Conferência Internacional sobre a Poluição Marítima e de Estuários, com vista à aplicação pelas comunidades locais dos programas de acção ambiental para o século XXI aprovados na ECO 92 do Rio de Janeiro nesta área temáti-

ca, dá grande relevo ao papel das autarquias na defesa do ambiente e confirma assim a justeza da actuação dos Municípios onde a CDU é força maioritária.

Dos trabalhos da Conferência resultou claramente a necessidade de integração da componente ambiental nas políticas governamentais de desenvolvimento económico e social, numa linha de desenvolvimento sustentável.

Foi igualmente reconhecido que o poder local deve participar nos planos e programas de acção ambiental e que devem ser colocados à disposição das autarquias os meios financeiros adequados.

A Coordenadora Nacional denuncia o facto de as atitudes autoritárias e sectárias do Governo do PSD não terem propiciado até agora condições para uma acção conjugada entre os poderes central e local, que assegurasse continuidade à aplicação de medidas de defesa do ambiente em Portugal. O descalabro da política ambiental do Governo não é apenas expressão da sua comprovada incompetência, é também resultado da sua impotência para a cooperação institucional e o diálogo democrático.

A Coordenadora Nacional da CDU alerta ainda para a indispensável vigilância da opinião pública portuguesa em relação aos planos hidrológico e nuclear espanhóis que podem atentar contra as condições ambientais do nosso país.

6. A crise económica, social e moral em que o país mergulha não tem solução sem mudança da política governativa.

O reforço da CDU no poder local, garantindo melhores condições de resposta às aspirações das populações e comunidades locais, será decisivo contributo para a inflexão política que o País exige.

O entusiasmo crescente dos activistas da Coligação na preparação do próximo acto eleitoral — que a Comissão Coordenadora Nacional saúda vivamente — constitui um forte motivo de esperança de que serão positivos para a CDU e para o País os resultados das Autárquicas/93.

Reafirmar a composição das listas dos candidatos, estabelecer as linhas programáticas e desenhar as acções de campanha, são as grandes tarefas a resolver até ao fim do Verão.

A Coordenadora Nacional exorta as estruturas locais da CDU à mobilização de novos activistas e ao aprofundamento da audição das populações, para a valorização das propostas a apresentar ao eleitorado e concretização de uma forte, dinâmica e confiante campanha eleitoral.

Lisboa, 7 de Maio de 1993

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU

JCP contesta a nova PGA

A Organização do Ensino Secundário da JCP acusa o Governo de criar uma nova barreira no acesso ao Ensino Superior através da imposição da prova-afecção que «vem substituir a malfadada PGA».

Para os estudantes comunistas, que estiveram reunidos domingo passado, em Almada, num encontro de quadros e dirigentes associativos, «o acesso ao Ensino Superior deve passar pelas médias do Ensino Secundário (10.º, 11.º e 12.º anos) e por provas específicas, acabando com o *numerus clausus* num espaço de três anos».

Os jovens presentes discutiram ainda a reforma educativa e o novo sistema de avaliação, concluindo que «em vez de procurar garantir com sucesso o cumprimento da

escolaridade obrigatória», o Governo pretende com o novo sistema dificultar a permanência dos alunos e «baixar administrativamente as estatísticas do insucesso escolar».

Para além disso, «ao passar um certificado de frequência no 9.º ano aos estudantes que não passaram nos exames finais fomenta o abandono escolar, empurrando os jovens mais cedo para o mundo do trabalho».

A JCP defende a melhoria das «infra-estruturas, da formação de professores, dos materiais didácticos e toda a situação escolar».

A reunião realçou a «grande importância» do movimento associativo «que é hoje um largo espaço de jovem debate, criatividade e acção, bem como um espaço de formação humana».

Faleceu Dalila Maia

Realizou-se no passado dia 26 de Abril, em Abrantes, o funeral de Dalila Marques Maia, casada com o dr. José Vasco, médico naquela cidade e presidente da Assembleia Municipal, e cunhada de Mário Sacramento, distinto médico e combatente antifascista.

A falecida foi sempre uma lutadora antifascista e conseqüente democrata. Foi presa pela PIDE em 18 de Outubro de 1947, em Coimbra, com apenas 22 anos, sendo libertada em 12 de Dezembro do mesmo ano, sob a fiança de 30 mil escudos, após o que foi absolvida em Tribunal Plenário realizado em 12 Agosto do ano seguinte.

CAMARADAS FALECIDOS



RUI PEDRO

O camarada Rui Pedro faleceu no domingo, vitimado por um acidente vascular, quando se encontrava ainda convalescente da insuficiência cardíaca e respiratória de que padecia desde Fevereiro. Rui Pedro, de 48 anos, natural de Lisboa, desempenhava no momento de adoeecer um papel na peça «Primavera Negra», colagem de textos de Raul Brandão, em cena na «Cornucópia». Era também, na altura, editor do «Jornal da Tarde» da Antena 1. Profissional da Rádio e do Teatro, trabalhou na Rádio Universidade, nas antigas Emissora Nacional e Rádio Clube Português, e na Rádio Renascença, donde veio a ser despedido em 1973 por assumir publicamente posições contra o regime fascista. Depois do 25 de Abril, voltaria a ser despedido da Renascença por se solidarizar com outros jornalistas despedidos e, depois do 25 de Novembro de 75, foi despedido também da RCP. Membro do PCP, a quem deu voz em programas, tempos de antena e grandes realizações partidárias, foi durante alguns anos funcionário do Partido. Era um jornalista e actor prestigiado junto dos camaradas de trabalho e do público.

O Secretariado do Comité Central do PCP, em telegrama de condolências enviado à família, regista a «profunda mágoa» com que «tomámos conhecimento do falecimento do camarada Rui Pedro — homem generoso e solidário, profissional exemplar, militante comunista sempre disponível para dedicar a sua capacidade e o seu talento à actividade do PCP».

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, em nota da passada segunda-feira, convidando os militantes a integrarem o funeral que se realizou anteriormente, partindo do Sindicato dos Jornalistas para o jazigo da família em Torres Novas, refere o falecimento do camarada Rui Pedro como «um acontecimento triste que empobreceu o Teatro, o Jornalismo e a Rádio, actividades em que se desdobrou ao longo de cerca de 30 anos. Militante do PCP, assumiu no Partido diversas responsabilidades nas organizações do Teatro e dos Jornalistas, tendo sido responsável pela Organização da Comunicação Social de Lisboa».

JOSÉ MARTINS

Vítima de acidente de viação quando viajava para Lisboa, onde iria participar na

Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local, faleceu no passado sábado o camarada José Rodrigues Martins, de 63 anos, natural de São Bartolomeu de Messines, onde residia. Motorista e comerciante reformado, esteve desde cedo ligado aos movimentos democráticos e antifascistas. Aderiu ao Partido logo após o 25 de Abril de 1974 e fez parte desde então da Comissão de Freguesia. Foi dirigente das maiores colectividades da vila e fez parte da comissão administrativa e de todas as juntas de freguesia após a revolução. O reconhecimento da sua actividade levou a que a lista da CDU, que encabeçou em 1986, conquistasse a maioria absoluta dos votos para a Assembleia de Freguesia. Cumpria actualmente o segundo mandato como presidente da Junta. Fazia parte da Coordenadora Concelhia de Silves da CDU e do plenário da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP.

JOSÉ ABEL

Faleceu há um mês, em Paris, o camarada José Abel, de 45 anos de idade. Artista de rara sensibilidade no sector da animação, com grande prestígio entre os maiores criadores da banda desenhada e do filme de desenhos animados, diplomado pelo Instituto de Animação de Bruxelas, José Abel trabalhou com Goscinny, Urdezo, Moris e Spielberg, em Paris, Los Angeles, Bruxelas, Budapeste e Montreal. Foi um dos criadores da BD e dos filmes de Astérix e de Lucky Luke. Com outros associados, fundou em Paris o Estúdio de Animação José Abel e, na altura do seu falecimento, trabalhava na preparação de filmes de animação com base nos desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro. Colaborou algum tempo no «Avante!», com trabalhos da sua especialidade.

FRANCISCO BALÃO

Faleceu, no passado dia 4 de Abril, o camarada Francisco Maria Balão, que contava 90 anos de idade. Natural do Escoural, residia em Barreilava, concelho de Mafra. Antifascista de longa data, esteve preso de 1948 a 1951.

VALDEMAR e TERESA TORRES

Vitimados na sequência de um acidente ocorrido junto à sua residência, faleceram os camaradas Valdemar Ferreira da Silva Torres e a sua companheira, Teresa Torres. O camarada Valdemar, velho e prestigiado militante do Partido, foi activista sindical e dirigente têxtil.

MANUEL SALAZAR

Com 36 anos de idade, faleceu, vítima de doença, o camarada Manuel Joaquim Salazar de Brito, membro da Célula da EDP/Porto.



Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da Redacção do «Avante!» apresenta as mais sinceras condolências.

Madeira PS com CDS outra vez?

Reunida no passado dia 3 do corrente, a Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP, que analisou a situação social e política na região, criticou o facto de não ter havido sessão solene comemorativa do 25 de Abril na Assembleia Regional, acusando o PSD de, «quando estão em jogo interesses dos grupos económicos ligados aos seus dirigentes regionais», vir sempre a público «gritar que estão a pôr em causa a Autonomia» e de ter recusado agora as comemorações do 25 de Abril «que proporcionou exactamente que a Autonomia pudesse existir».

A DORAM, que entretanto avaliou positivamente as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio organizadas pelo movimento sindical na Região, considerou, por outro lado, «muito positivo o trabalho que os militantes do Partido e os seus aliados na CDU vêm desenvolvendo junto das populações, nomeadamente nas zonas altas do Funchal, na resolução dos problemas concretos, e decidiu tomar medi-

das para reforçar e alargar ainda mais o contacto directo com a população».

O documento divulgado pela DORAM em conferência de imprensa, na sequência da sua reunião, debruça-se entretanto sobre a situação social, considerando «muito preocupante o encerramento de empresas e o aumento crescente de despedimentos», «assim como a repressão, que com maior intensidade se faz sentir em especial sobre os dirigentes e activistas sindicais», dando abundantes exemplos registados em empresas e sectores.

Sobre as eleições para os órgãos do Poder Local, o documento aprovado refere:

«A DORAM do PCP considerou preocupantes notícias vindas a público que indiciam a possibilidade de o PS vir a reeditar a coligação com o CDS, nas próximas eleições autárquicas, não deixando de ser significativo que o PS ainda não se tenha demarcado de tão triste experiência de alianças com a direita. A prática tem demonstrado que o PS/Regional,

apreçoando-se como partido de esquerda, recusa assumir posições concretas nesse sentido, recusando qualquer entendimento que permita uma real alternativa ao PSD.

«Em face da recusa sistemática do PS ao diálogo, apesar das propostas do PCP nesse sentido, a DORAM do PCP prepara candidaturas em todos os concelhos da Região, no âmbito da CDU. Estando assegurada a formação dessas listas, a DORAM continuará a desenvolver esforços para que as candidaturas da CDU sejam o mais amplas possível.

«Tendo em vista fazer um balanço ao trabalho realizado na preparação destas eleições, assim como a definição dos objectivos eleitorais da CDU, a DORAM, junto com os seus aliados na CDU, deu o seu acordo à realização de um Encontro Regional da CDU a realizar no próximo dia 6 de Junho. Para participar neste Encontro está já convidado Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP e responsável pela área do Poder Local.»

A situação social em Beja e o trabalho político

O Executivo da DORBE do PCP, que reuniu em Beja no passado dia 3, tornou pública uma nota em que divulga a análise feita então sobre o trabalho realizado na preparação das próximas eleições autárquicas, considerando que as listas da CDU «estão em fase adiantada de elaboração».

E adianta:

«Já divulgados os cabeças de lista às Câmaras de Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Barrancos e Ourique, estão programadas sessões públicas de apresentação dos candidatos às presidências das Câmaras de Mértola (15 de Maio), Beja (23 de Maio), Moura (29 de Maio), Serpa (5 de

Junho), Cuba (12 de Junho) e Vidigueira (19 de Junho).

«As candidaturas às Câmaras de Castro Verde, Alvito, Almodôvar e Odemira, sem data de divulgação marcada, serão anunciadas oportunamente, o prazo também estabelecido para conclusão da elaboração total das listas de todos os Órgãos (Câmaras, Assembleias Municipais e de Freguesia).

«Para apreciação e decisão sobre os problemas relacionados com o acto eleitoral foi convocado um plenário da DORBE para as 21 horas do dia 14 de Maio.»

Mais adiante, analisando a situação social no distrito, a DORBE conclui

que esta é «aceleradamente degradante». E refere a recente paralisação da Piritas Alentejanas, os despedimentos no Hospital de Beja, na Pátria de Moira, no Matadouro Industrial e na Segurança Social, a indefinição do futuro dos trabalhadores da Base Aérea nº 11, as preocupações da Função Pública, a falta de métodos, as dificuldades e custos dos Serviços de Saúde, a insegurança dos reformados e idosos como «flagrantes exemplos da política errada que o actual Governo tem vindo a praticar».

Solidarizando-se com as lutas que as populações do distrito têm vindo a travar e dando apoio às acções reivindicativas marcadas para os próximos tempos, a DORBE saudou também os muitos participantes, no distrito, nas jornadas do 25 de Abril e 1º de Maio.

Finalmente, a DORBE adianta que em 23 do corrente se vai realizar a habitual homenagem à memória de Catarina Eufémia, em Baleizão, que contará com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido.

Camaradas de Bragança

No próximo dia 20 de Maio, às 19 horas, vai realizar-se, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião para a qual se convidam todos os camaradas naturais do distrito de Bragança e que residam actualmente nos distritos de Lisboa e Setúbal. Pretende-se, entre outras questões, debater o trabalho ligado às eleições autárquicas e o apoio que os camaradas poderão vir a dar a esse trabalho.

Higiene, segurança e saúde no trabalho

Vai realizar-se amanhã, dia 14 de Maio, às 21 horas, no Centro Jean Monnet — Largo Jean Monnet, 1-6º, em Lisboa, um debate sobre «Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho». Promovido pela Área da Saúde e dos Assuntos Sociais do PCP e pelo Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, este debate não interessa apenas aos técnicos, mas a muitos trabalhadores, em especial aos sindicalistas.



Angola À espera da paz

A situação em Angola é "de marcha rumo à liberdade e democracia, quer a Unita aceite ou não". É a apreciação da situação do país pelo general Jao de Matos, chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, numa cerimónia realizada há dias e em que foram indicadas nomeações de vários oficiais gerais, incluindo alguns ex-militares da Unita.

Uma apreciação optimista - num quadro muito difícil - que entretanto corresponde sem dúvida ao voto de um povo a que vem sendo negado o direito fundamental à paz.

Nestes mesmos dias prossegue a maratona negociada de Abidjan. Os pontos relacionados com a libertação de prisioneiros,

cláusula do triplo zero, neutralidade da polícia, liberdade de imprensa, extensão da administração central do Estado e ajudas humanitárias, estão já acertados e solucionados.

A preocupação de momento deriva da recusa da Unita em aceitar a retirada das suas tropas das cidades e vilas que ocupa ilegalmente. Para o general Higinio Carneiro, mem-

bro e porta-voz da delegação governamental às conversações, a "grande diferença continua em saber-

se situar o momento em que as forças militares da Unita se deverão retirar das cidades, vilas e povoações que ocupam actualmente". Entretanto, a Assembleia Nacional angolana prossegue os seus trabalhos na perspectiva de reconstrução do país. Em causa, neste momento, a análise das propostas de enriquecimento do seu plano de actividades até ao fim do ano e elaboração de novas leis.

Sob a presidência de Fernando França Van-Dunem, a Assembleia tem já em carteira, por recomendação do Conselho de Ministros, a elaboração de leis sobre a defesa do consumidor, prisão preventiva, criação de um Tribunal de Contas e o projecto de lei de Segurança Nacional.

A revisão da Lei Constitucional também está em análise e tem provocado acesos debates.

Calcula-se que em toda Angola existam mais de dois milhões de pessoas carecidas de alimentos devido à guerra e à prolongada seca.

Mensagem a Nqakula

Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido Comunista Português, enviou a Charles Nqakula, secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano, a seguinte mensagem:

Ao tomar conhecimento da sua eleição para o cargo de Secretário-Geral do PC Sul-Africano, enviamos-lhe as nossas fraternais felicitações.

Nas difíceis e honrosas novas responsabilidades, desejamos-lhe a si, camarada Charles Nqakula, e aos comunistas sul-africanos os maiores êxitos na luta pela liquidação total do regime do apartheid e pela instauração de um regime democrático e multi-racial na África do Sul.

Continuando a agir para que se reforcem as relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o PC Sul-Africano, enviamos-lhe, camarada Charles Nqakula, as nossas fraternais saudações.

Médicos contra armas nucleares

A luta contra a disseminação das armas nucleares requer que as potências nucleares enfrentem as contradições inerentes nas suas políticas de não proliferação. Elas não podem esperar que outros Estados renunciem às armas nucleares enquanto elas próprias se apoiarem nelas", afirma-se em texto divulgado pela Associação dos Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear, no quadro do debate, pela Assembleia Mundial da Saúde, órgão máximo da organização Mundial de Saúde (OMS), de uma resolução sobre "Os efeitos das armas nucleares na saúde e no ambiente".

No documento dos médicos portugueses sublinha-se que "a produção, armazenamento e uso de armas químicas e biológicas estão ilegalizadas por convenções internacionais", enquanto, por outro lado, "apesar de décadas de negociações e acordos o arsenal nuclear mundial totaliza 50 mil ogivas e o número de estados nuclearizados aumenta".

A Associação defende ser "claramente necessária uma nova abordagem para o desarmamento nuclear. Com a crescente ameaça de proliferação nuclear o mundo necessita de agir com mais rapidez para banir as armas nucleares - as mais letais e indiscriminadas armas de destruição massiva".

A ser aprovada pela Assembleia Mundial de Saúde, a resolução sobre "Os efeitos das armas nucleares na saúde e no ambiente", autoriza a OMS a pedir ao Tribunal de Justiça Internacional (Tribunal de Haia) uma opinião sobre a legalidade de usar armas nucleares tendo em conta o direito internacional.

Os apoiantes desta resolução defendem que uma opinião emanada do Tribunal de Haia é urgentemente necessária, pois "o processo regulador necessário para a prevenção primária dos riscos das armas nucleares para a saúde não pode ser formulado sem uma clara definição do estatuto legal do uso destas armas".

Esta resolução foi apoiada por 14 países na Assembleia Mundial de Saúde do ano passado, mas os Estados Unidos e a Grã-Bretanha lideram a corrente que propôs o seu adiamento.

No texto divulgado pelos médicos portugueses sublinha-se que "existem actualmente onze países que se sabe possuem armas nucleares, e mais nove que se suspeita estejam a desenvolver programas nucleares". O que torna urgentes "esforços mundiais a favor da não proliferação e do desarmamento".

Nesta perspectiva defende-se que "a afirmação pelo Tribunal de Haia de que o uso de armas nucleares é ilegal seria um passo substancial no sentido de deslegitimar as armas nucleares como instrumentos apropriados de poder militar ou político".

"Uma decisão nesse sentido - sublinha-se - multiplicará os esforços das nações, incluindo as nucleares, para o reforço do Tratado de Não Proliferação e trará significativos progressos para a assinatura de um tratado que proíba totalmente os ensaios nucleares".

E conclui-se: "Durante 50 anos os povos do mundo têm tido o desejo de abolir a bomba. Talvez uma decisão do Tribunal de Haia abra o caminho".

Apelo Dos parlamentares de todo o mundo

"O grito de revolta e indignação de todo o povo angolano face à cruel guerra que desde Outubro de 1992 assola todo o país, causa milhares de mortos, destrói cidades e aglomerados populacionais, desalojou e separou mais de um milhão de pessoas, sob o comando pessoal de Jonas Savimbi e os seus principais seguidores, apenas com o objectivo de conseguir pelas armas o que lhe foi negado pelo voto popular livre e justo, é a causa do apelo que o Parlamento angolano lança por ocasião da sua primeira reunião extraordinária aos parlamentos do mundo inteiro", afirma-se em documento datado 6 de Abril, e de que - pela actualidade que mantém - aqui divulgamos alguns extractos fundamentais.

No Apelo inserido neste documento, pede-se aos parlamentares de todo o mundo para agirem junto dos respectivos governos no sentido de condenar e exercer pressões sobre a Unita, cessando todo o tipo de apoios "enquanto a mesma não abandonar a guerra e não observar escrupulosamente os Acordos de Paz"; condenar os que prestam apoio logístico e bélico a Savimbi; apoiar o governo angolano na sua acção pela paz e a reconstrução do país; criar um vasto movimento de solidariedade activa com as populações; adoptar uma resposta internacional "rigorosa e adequada".

Bicesse

Longas e difíceis negociações foram desenvolvidas, tendo-se conseguido que, em 31 de Maio de 1991, em Bicesse (Portugal), fosse solenemente assinado o Acordo de Paz para Angola, prevendo uma série de medidas que as partes se comprometeram a cumprir, nomeadamente o cessar-fogo, o acantonamento, o desarmamento e a desmobilização das forças armadas em presença, a extensão da administração pelo governo a todo o território nacional, a formação de um exército único a partir dos elementos das forças armadas dos co-sinatários do Acordo e a fixação de eleições legislativas e presidenciais para 29 e 30 de Setembro de 1992.

Quadro cronológico

• Em 27 de Setembro de 1992, o MPLA e a UNITA declararam aceitar os resultados que saíssem das eleições e a ideia de um governo de unidade e reconciliação nacional após as eleições e em 28 de Setembro o governo e a Unita anunciaram a extinção das FAPLA e das FALA e a criação de um exército nacional único. Em 29 e 30 de Setembro de 1992 foram realizadas em Angola as eleições multipartidárias legislativas e presidenciais. (...) Em 3 de Outubro, pela rádio da Unita, Savimbi recusou-se a aceitar os resultados eleitorais, ordenando a deserção dos seus oficiais gerais e superiores do recém-formado exército único, as Forças Armadas Angolanas (FAA).

• A partir de 6 de Outubro, a Unita iniciou uma ampla movimentação das suas tropas, desenvolvendo acções militares entre as populações indefesas (...) O Conselho de Segurança das Nações Unidas manifestou a sua preocupação relativamente à contestação dos resultados eleitorais (...) Em resposta, a direcção da Unita, ameaçando com a "somalização do país", exigiu a não publicação dos resultados eleitorais e, em 15 de Outubro, faz explodir um paiol da força aérea nas imediações do aeroporto de Luanda, causando o pânico em toda a cidade capital. Após ter havido uma minuciosa verificação do processo eleitoral e dos resultados

da votação pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), pelos próprios responsáveis da Unita e pela UNAVEM, os resultados foram divulgados no dia 17 de Outubro de 1992. No mesmo dia, as eleições foram proclamadas como sendo geralmente livres e justas pelas Nações Unidas.

• Imediatamente, os desmandos e acções armadas da Unita aumentaram de intensidade, tornando-se evidente a concretização do seu plano de tomada do poder pela força, através da tentativa de tomada da capital do país, que produziu os acontecimentos de 29 e 30 de Novembro de 1992 e da ocupação das cidades de Caxito e Ndalatando, respectivamente capitais das províncias do Bengo e do Kwanza Norte e de ataques a outras cidades, criando-se um clima de violência generalizado.

• Perante a não funcionalidade da Comissão Conjunta Político-Militar, uma delegação do governo e uma representação da Unita reuniram-se no dia 24 de Novembro de 1992 sob mediação da representante do secretário-geral da ONU, na capital da província do Namibe, a fim de se encontrar a forma de retomar o processo de paz. Este encontro, que se efectuou na mesma data em que se realizou a investidura da Assembleia Nacional, não passou de mais uma simulação da Direcção da Unita, pois em menos de 48 horas, 26 e 27 de Novembro, as suas forças ocuparam a capital da província do Uíge e a cidade de Negage no Norte do país (...).

• Em 9 de Dezembro, a direcção da Unita indicou, através da sua rádio, alguns nomes para integrar o Parlamento, o governo e as FAA. Em 12 de Janeiro, dirigentes da Unita anunciaram publicamente a sua intenção de tomar assento na Assembleia Nacional. Contudo, todas estas manifestações não impediram a escalada desta guerra irracional provocada pela Direcção da Unita e os seus apoiantes sul-africanos, zairenses e outros, incluindo mercenários e que se tem traduzido em autênticos genocídios e destruições, em proporções superiores às que se verificaram ao longo dos 16 anos de guerra em Angola.

Resolução 811

Em 12 de Março de 1993, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 811, na qual, de entre outras, condena as persistentes violações dos acordos de paz e a rejeição dos resultados das eleições pela Unita, a sua recusa em tomar parte nas instituições políticas estabelecidas na base das mesmas eleições, a sua falta de engajamento nas negociações com o governo de Angola e a sua retirada das Forças Armadas Angolanas e a tomada pela força de capitais de província e de municípios e o reacender das hostilidades, exige que a Unita aceite sem reservas o resultado das eleições e que até 30 de Março se demonstre passos concretos no cumprimento dos acordos de paz, exige firmemente um imediato cessar-fogo em todo o país e a retomada imediata e sem pré-condições do diálogo sob os auspícios da ONU para que se estabeleça um calendário para conclusão da implementação dos acordos. Ao mesmo tempo, responsabiliza qualquer das partes que se recusar a tomar parte no mesmo, admitindo a tomada de medidas apropriadas com base na carta das Nações Unidas, convida o secretário-geral a organizar um encontro até 30 de Abril, ao mais alto nível possível, entre o governo de Angola e a Unita com vista a assegurar a implementação plena dos Acordos de Paz.

Delegação do PCP na Índia

Entre 4 e 9 de Maio esteve de visita à Índia, a convite do Partido Comunista da Índia (Marxista), o camarada Albano Nunes, membro do Secretariado do CC do PCP.

Albano Nunes representou o Partido Comunista Português no seminário internacional sobre «A situação internacional contemporânea e a validade do marxismo» que teve lugar em Calcutá, capital do Estado de Bengala Ocidental (que contou com a participação de 21 partidos comunistas e operários) e usou da palavra num comício organizado pelo PCI (M) em que participaram cerca de 15 000 pessoas.

Albano Nunes encontrou-se com o camarada H. Singh Surjeet, Secretário-Geral do PCI (M), com o camarada Sitaram Yechuri, membro do Bureau Político, e com outros responsáveis do PCI (M). No dia 8 efectuou uma visita a Durgapore, cidade de grandes tradições revolucionárias.



Imagem do grande comício organizado, no dia 7 de Maio, pelo PCI (M) em Calcutá para assinalar o 175.º aniversário do nascimento de Karl Marx

Aí encontrou-se com o Secretário Distrital do PCI (M), outros dirigentes do Partido, do Estado e das organizações populares, visitou uma empresa siderúrgica e participou num importante comício de solidariedade.

Ainda em Calcutá, encontrou-se com uma delegação do Partido Comunista da Índia dirigida pelo seu Secretário-Geral, camarada Indragit Gupta, e da qual faziam também parte os camaradas M. Farooqui e A. B. Bardhan,

membros do Secretariado do PCI.

Encontrou-se também com Madan Bhandari, Secretário-Geral do Partido Comunista do Nepal (UML) e com dirigentes de outros Partidos presentes no Seminário.

Bósnia

Adiada a ameaça de intervenção militar

A ameaça de acrescentar guerra à guerra na Bósnia parece estar de momento afastada com a decisão dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia de excluírem uma intervenção militar a curto prazo na Bósnia-Herzegovina. Uma ameaça entretanto não completamente arredada, pois continua a afirmar-se que «todas as opções se mantêm em aberto», enquanto os Estados Unidos anunciam um adiamento da decisão sobre uma eventual intervenção militar directa, até serem conhecidos os resultados do referendo que deverá ter lugar entre os sérvios bósnios no próximo fim-de-semana.

No terreno concreto do quotidiano das populações, a guerra deslocou-se para o centro do país, onde as forças croatas intensificaram a sua ofensiva contra os muçulmanos e os processos — mútuos — de limpeza étnica, atingem proporções dramáticas.

Sarajevo, Tuzla, Gorazde e Bihac, cidades de maioria muçulmana, foram declaradas «zonas de segurança» pelo Conselho de Segurança da ONU.

A posição agora assumida por Belgrado tenderá a forçar uma opção política no que respeita aos sérvios da Bósnia.

A reacção à decisão do Parlamento dos sérvios bósnios de organizar um referendo, a 15 e 16 de Maio, é significativa.

Considerando como «irresponsável» tal decisão, recomendada pelo líder dos sérvios bósnios, Radovan Karadzic, o governo da Sérvia (integrando a actual Jugoslávia), afirma, em comunicado, que «o povo não deve servir de desculpa aos dirigentes sérvios bósnios» e que «a República da Sérvia continuará a

Alto Comissariado da ONU para os refugiados em Zenica, «a limpeza étnica atingiu agora o rubro». Em diferentes zonas, croatas e muçulmanos espalham o terror para forçar as populações de outra etnia ou religião a fugir.

Na prática, os mapas — e as relações de poder — estão a ser traçados no terreno, pelas armas e pela expulsão e massacre das populações.

Apesar da opção não militar para já assumida

os Estados Unidos dispõem na zona de uma força de ataque, graças às suas bases na Europa e à sua frota no Adriático.

Cerca de 600 «marines» encontram-se ao largo da costa do Adriático, a bordo do porta-aviões «Theodore Roosevelt», com capacidade para operar com 90 caças F-15 e F-18.

Estes «marines» podem ser rapidamente reforçados com 2200 efectivos, que se encontram actualmente em visita a portos de Espanha.

Além dos aparelhos a bordo do «Roosevelt», os Estados Unidos têm na Alemanha três bases aéreas equipadas com caça-bombardeiros F-16, F-15 e aviões de reconhecimento «Awacs».

Estes aparelhos podem também ser utilizados a partir das bases norte-americanas de Aviano (Itália) e Incirlik (Turquia).

Os Estados Unidos têm também na Alemanha a 1.ª Divisão blindada, estacionada em Ansbach e equipada com 350 tanques M-1, 300 veículos blindados Bradley, um milhar de camiões e 72 peças de artilharia. O transporte por comboio destes armamentos não deve demorar mais de uma dezena de horas.

Os mapas — e as relações de poder — estão a ser traçados no terreno, pelas armas e pela expulsão e massacre das populações.

ajudar sem reservas os feridos e refugiados da Bósnia, mas não pode tolerar mais que certos dirigentes sérvios bósnios vivam confortavelmente em Belgrado, oferecendo ao seu povo uma política de sacrifício e pobreza».

Entretanto, do centro do país, chegam notícias alarmantes da cidade de Mostar, onde a população não croata estaria a ser expulsa da cidade pelas forças do exército croata da Bósnia.

Segundo Jorge de La Mota, representante do

pela Comunidade Europeia, mantém-se a ameaça de nova escalada na guerra com uma possível intervenção militar externa.

O governo bósnio pediu-a uma vez mais, explicitamente, dirigindo-se ao Conselho de Segurança da ONU para que autorize a NATO a «utilizar todos os meios disponíveis». Posição igualmente defendida pela Organização da Conferência Islâmica.

Independentemente de decisões no sentido de uma intervenção militar,

Cuba

Embargo económico decretado pelos Estados Unidos contra Cuba há cerca de 30 anos custou ao governo de Fidel Castro mais de 40 mil milhões de dólares, revela um documento oficial divulgado em Havana.

O Instituto de Investigações Económicas da Junta Central de Planificação (JUCEPLAN) revela num estudo que, até 1990, os números de prejuízos directos pelo bloqueio são considerados «conservadores», pois só se recolheram dados que foram possíveis quantificar de maneira fiável.

O embargo começou em 1960, um ano depois da chegada ao poder de Fidel Castro, com a supressão de uma parte da quota açucareira desse ano, apesar da sua oficialização só ter ocorrido em 1962.

Os Estados Unidos cortaram relações diplomáticas com Cuba em 3 de Janeiro de 1961.

Em 2 de Janeiro de 1962, o então presidente norte-americano John F. Kennedy promulgou o embargo económico total à ilha, que se manteve até hoje.

China

Um inquérito recentemente publicado indica que a maioria dos trabalhadores chineses acredita que a democracia ajuda o desenvolvimento económico, mas muitos mostram-se contrários as reformas económicas do governo.

O inquérito, realizado no ano passado pela Federação Estatal do Trabalho, descobriu uma preocupação generalizada sobre a política governamental de transformação de uma economia centralizada para uma economia de mercado.

Um em cada cinco trabalhadores manifestou-se contra as reformas e 17 por cento disse não querer comprometer-se.

Os resultados foram publicados no jornal oficial de língua inglesa «China Daily».

Setenta e sete por cento dos trabalhadores afirmou que a democracia ajuda o desenvolvimento económico e que «a construção da democracia depende da concretização do sistema legal do país».

Brasil

Dezenas de milhar de estudantes manifestaram-se, sem incidentes, em numerosas cidades do Brasil a favor do ensino gratuito e contra o aumento do número de escolas privadas.

Os jovens, cerca de 10 mil em São Paulo e Rio de Janeiro, desfilarão com as caras pintadas, como acontecia nas manifestações contra o antigo presidente Collor de Mello.

Nuclear

O número total de reactores nucleares em funcionamento ou em construção em todo o mundo em 1992 era de 496, revelou um estudo preparado pela Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA).

Deste número, 424 centrais situadas em 29 países encontram-se em funcionamento, enquanto as outras 72 estão em fase de construção.

Os Estados Unidos possuem 109 centrais atómicas, seguidos pela França, 56, Japão, 44, Reino Unido, 37, Rússia, 28, Canadá e Alemanha, com 21 cada.

Dezoito dos 72 reactores em construção encontram-se na Rússia, de acordo com o estudo da AIEA.

Rússia

A Comissão Constitucional do Parlamento Russo rejeitou o projecto de Constituição do presidente Boris Ieltsin com base de redacção de uma versão final.

O texto elaborado por uma equipa presidencial «apresenta um certo número de normas que é preciso utilizar como elemento de trabalho» na redacção de uma versão final, mas «certos pontos limitam fundamentalmente os direitos económicos, políticos e sociais do homem e do cidadão», lê-se numa resolução aprovada pela Comissão.

Espanha

Milhares de pessoas oriundas da América Latina, África e Europa participaram num desfile, em Madrid, para exprimir a sua repulsa pela xenofobia e solidariedade com «a ideia de uma Comunidade aberta, sem racistas».

Fontes do governo regional de Madrid, que organizou a marcha, disseram que a manifestação «contra o racismo» reuniu cerca de oito mil pessoas que presenciaram actuações de meia centena de artistas, instalados em seis plataformas móveis.

«Um mundo sem cor: uma raça, a raça humana», «guerra ao racismo» e «o futuro é uma cor» foram as palavras de ordem mais gritadas pelos manifestantes.

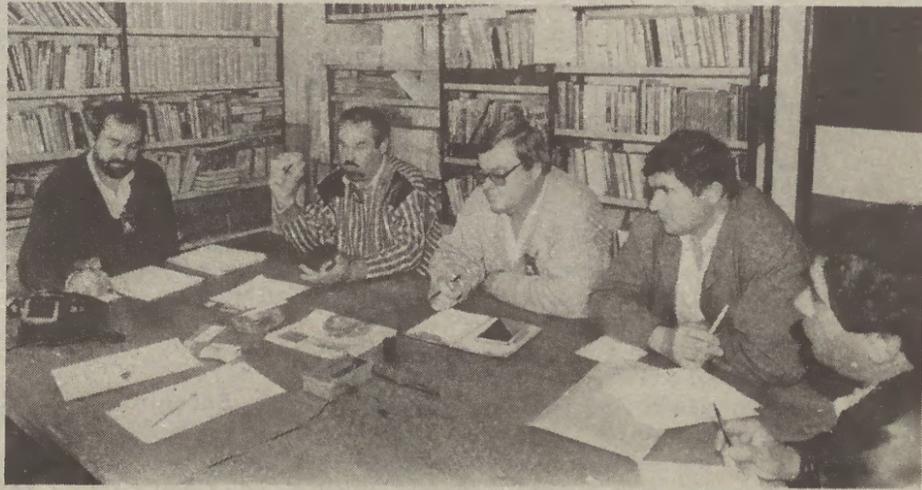
Lisnave/Solisnor

■ Pedro Tadeu

MELLO EMBOLSA MILHÕES MELLO DESPEDE MILHARES

Uma «estratégia de recuperação do sector de reparação naval em Portugal de acordo com as normas da Comunidade Europeia» foi apresentada em Setembro do ano passado pelo administrador da Lisnave, José Manuel de Mello, ao Governo de Cavaco Silva. O plano incluía a venda do terreno onde está instalado o estaleiro da Margueira e o despedimento de quatro mil trabalhadores. O Governo apressou-se a criar uma comissão interministerial para estudo da proposta. Em Fevereiro deste ano, os trabalhos estão concluídos e, como diz o texto da nova versão do plano a que o «Avante!» teve acesso: «as principais diferenças introduzidas» dizem respeito «ao plano social (originariamente concebido na base da reforma aos 50 anos por um período de cinco anos e em pensões vitalícias), sobre o tempo de ajustamento (de três anos, para se articular com o plano social) e sobre as contas previsionais de exploração (na medida em que se alteram os prazos de aplicação da estratégia de recuperação)». Resumindo: tudo ficou como no projecto inicial, alterando-se apenas o que economicamente era irrealista ou socialmente impraticável.

O plano depois apresentado, tem sido, portanto, acarinhado pelo Governo e desenvolvido à margem dos trabalhadores, contrariando a própria Lei que afirma que os seus órgãos representativos têm obrigatoriamente de ser ouvi-



Representantes dos trabalhadores da Lisnave e da Setenave/Solisnor denunciaram a situação ao «Avante!». Da esquerda para a direita: Vicente Merendas, membro do executivo e da comissão de trabalhadores da Lisnave e membro dirigente da estrutura sindical conjunta às duas empresas; Fernando Parreira, membro do executivo de célula da Lisnave e do secretariado da comissão intersindical António Cardador, membro do secretariado de célula da Setenave/Solisnor e dirigente do sindicato dos metalúrgicos Joaquim Caçoete, da comissão de trabalhadores e da célula da Setenave/Solisnor. Por fim, Pires, do executivo da célula da Lisnave e do secretariado da comissão intersindical

dos e têm de se pronunciar quando uma empresa sofre alterações deste tipo.

Crime social

Para os representantes dos trabalhadores das duas empresas, estamos perante «um crime social porque se pretende despedir quatro mil trabalhadores - ainda por cima operários altamente qualificados, com uma capacidade tecnológica avançada e que são necessários aos estaleiros».

«Os próprios relatórios e contas dos anos anteriores testemunham que nos trabalhos realizados na Lisnave e na Solisnor o número de horas vendidas é superior à capacidade

instalada. Isto testemunha que para responder à fatia de mercado que a Lisnave e a Solisnor têm à necessidade de recorrer a um número elevado de horas extraordinárias, a recorrer a empreiteiros ou a adjudicar trabalho para o exterior». A afirmação é de Fernando Parreira, membro do secretariado da comissão intersindical da Lisnave.

O próprio plano, já depois de trabalhado com a comissão interministerial, confirma essas afirmações ao dizer, textualmente, sobre a situação actual do mercado e da frota naval mundial: «a degradação atingida por muitas unidades (a frota de petroleiros e combinados está concentrada no intervalo de idade de 15 a 19 anos) poderá tornar economicamente recomendável o seu desmantelamento, mas as novas unidades que as substituírem deverão obedecer a normas de reparação mais rigorosas. Nos casos em que a substituição não se puder realizar (o que será o resultado mais provável de uma persistente crise económica mundial), a necessidade de reparações de manutenção implicará o recurso a estaleiros de reparação».

É a previsão de um mercado em crescimento para o sector da reparação naval. No entanto, no dizer desse plano (sublinhe-se de novo, já depois de reapreciado por uma

A arte de bem despedir

Alguns excertos do relatório de «recuperação» da indústria naval, entretanto devolvido, para reapreciação, à comissão interministerial que o concluiu, são denunciadoras das intenções que, a nível nacional, se pretendem introduzir no domínio da precarização do mercado de trabalho. Aqui se aconselha a leitura:

«A experiência da Lisnave revela em que medida a rigidez na gestão do factor humano conduz à rigidez da estrutura organizativa, tendo como efeito conjunto a perda da sua capacidade para se ajustar a flutuações de mercado (...). Neste sentido, esta proposta de reestruturação, que se dedica especificamente ao sector de reparação naval, tem um campo de aplicação que é mais geral e pode servir de linha de orientação para outros sectores e para outras empresas, ao mesmo tempo que permite ao poder político definir as suas modalidades de intervenção dentro do que é possível no quadro das regras comunitárias».

Mais adiante:

«O facto de este modelo ter como base as rescisões negociadas dos contratos de trabalho impõe que não haja uma fórmula geral aplicável em todas as circunstâncias: cada caso individual tem de ser considerado em função dos dispositivos que lhe possam ser aplicados e, por isso mesmo, cada caso individual depende das oportunidades futuras que possam ser abertas para depois da rescisão do contrato de trabalho. Isto é, a rescisão do contrato de trabalho não deve ser vista como o corte de qualquer relação do trabalhador com o mercado de trabalho, mesmo no caso de ter chegado à idade de reforma. A única circunstância em que haverá um corte entre o trabalhador e a empresa é o caso da recusa de negociação, implicando o recurso ao dispositivo de despedimento colectivo».

Noutro passo:

«O principal factor gerador destas variantes é a admissão, por decisão política, de uma alteração da idade de reforma, permitindo assim o recurso à negociação de reformas antecipadas, com a evidente vantagem de assim diminuir a pressão sobre o número de desempregados. A possibilidade de utilizar esta modalidade permitiria organizar uma combinação de rescisões de contratos de trabalho com reformas antecipadas que se apresenta mais favorável do ponto de vista dos efeitos político-sociais, que não implicam um esforço financeiro excessivo e que concretizam o objectivo empresarial de recuperação de condições de equilíbrio».

Concretizando:

«Neste termos, tem sentido útil equacionar três hipóteses básicas para o programa de redução de capacidade no factor humano:

«-HIP 1: utilização do quadro legal de rescisões dos contratos de trabalho e de despedimento colectivo para os casos em que a rescisão negociada não for possível; (esta será a única hipótese a que se pode recorrer na falta de uma decisão política específica para a reestruturação do sector naval)

«-HIP 2: concessão da possibilidade de reforma aos 55 anos pelo menos por um período de 5 anos, com bonificação na equivalência da entrada de contribuições até ao limite de 10 anos para os trabalhadores que tenham uma antiguidade contributiva superior a 20 anos; passado este período de cinco anos, a empresa passaria a utilizar directamente o diploma das pré-reformas, mantendo assim o mesmo dispositivo de rejuvenescimento aplicado a uma estrutura etária da população activa muito envelhecida. (está generalizado o princípio da reforma aos 55 anos no sector da construção e reparação naval em todos os membros da Comunidade Europeia - com a excepção de Portugal).

(O relatório afirma ser esta a hipótese mais barata, daria 1200 rescisões na Setenave mais 600 reformas antecipadas e na Lisnave 1600 reformas antecipadas e 600 rescisões. A empresa entraria com cerca de 10 milhões de contos e o Estado pouco mais de 18 milhões sendo grande parte desse dinheiro pago ao longo dos anos, ao contrário da hipótese anterior).

«-HIP 3: concessão da possibilidade de reforma aos 50 anos, pelo período de um ano, com bonificação na equivalência da entrada de contribuições até ao limite de 10 anos para os trabalhadores que tenham uma antiguidade contributiva superior a 20 anos».

Um último aviso:

«A fórmula para o dispositivo de redução de capacidade no factor humano depende do entendimento que for possível estabelecer entre a Lisnave e a Setenave para a aplicação conjunta do mesmo tipo de procedimentos, na medida em que é da responsabilidade do Estado a resolução dos mil e 200 trabalhadores da Setenave que estavam afectos à actividade de construção e que cessa em Março. De facto, é de toda a conveniência que esse modelo comum seja acordado com a Setenave e com o Ministério da Indústria de modo a que não haja propostas diferenciadas».



Manifestação conjunta há algumas semanas de trabalhadores da Lisnave e da Setenave/Solisnor. Para os dirigentes sindicais só a luta poderá impedir a concretização dos objectivos da administração da Lisnave. Foi essa luta que levou já ao reenvio da proposta de reestruturação do sector naval para o Grupo Interministerial a analisar segunda vez, apesar de anteriormente a ideia ter sido entusiasticamente recebida pelo Governo

O que quer José Manuel de Mello?

- Vender o terreno da Margueira por 30 milhões de contos.
- Despedir quatro mil trabalhadores gastando 10 milhões.
- Cobrir passivos e dívidas à banca.
- Concentrar o sector da reconstrução naval nas instalações da Setenave.
- Posicionar-se favoravelmente para a segunda fase de privatização dos estaleiros de Viana do Castelo.
- Flexibilizar o mercado de trabalho introduzindo, a nível nacional, com a aceitação das suas propostas por parte do Governo, novos mecanismos de precarização do emprego.
- Ter, na prática, o monopólio da indústria naval, livre de influências do Estado.

ciada, de meios financeiros gerados pela Lisnave, em alternativa ao que teria de ser o necessários recurso a fundos públicos».

No que diz respeito à Lisnave, dos 30 milhões de contos que a empresa pensa conseguir com a venda da Margueira

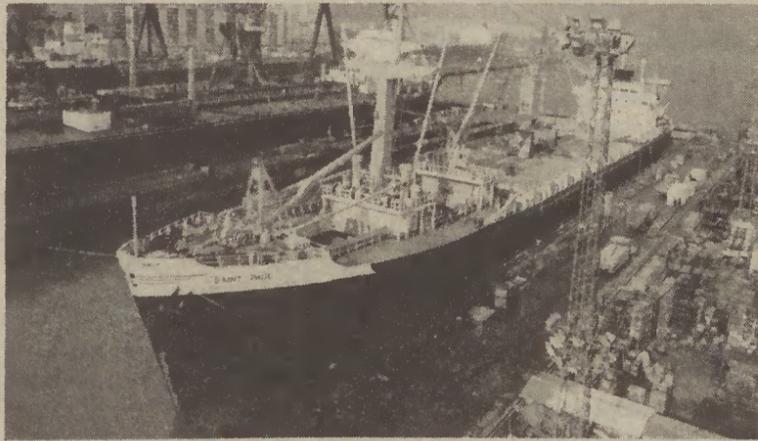
somente 10 milhões serão destinados ao pagamento de indemnizações aos despedidos. Uma média de dois mil e 500 contos para cada um...

Viabilidade

Vicente Merendas, dirigente sindical da estrutura que representa conjuntamente a Lisnave e a Setenave/Solisnor, lembra que «estas duas empresas já tiveram 17 mil trabalhadores. Já foram redimensionadas e agora não chegam a ter 6500 trabalhadores».

Em termos estratégicos nacionais, os trabalhadores pensam que «há condições efectivas para que este país (que reúne condições excepcionais para estas actividades, conforme dizem os próprios armadores) avance nesta indústria, já que a nossa colocação geográfica é privilegiada pois estamos no caminho dos próprios petroleiros».

(Continua na pág. 18)



A caminho do monopólio

José Manuel de Mello desenvolveu ao longo dos anos toda uma estratégia que tem como fim último conseguir a propriedade de todo o sector da indústria naval no nosso país. A primeira fase de concretização desse plano acontece quando a Lisnave adquire o capital social da Solisnor. A partir daqui, o José de Mello fica com o estaleiro da Margueira (com terrenos valiosos) e com o estaleiro da Setenave da Mitrena (com capacidade de expansão). Com a posse destes dois estaleiros é possível a José Manuel de Mello apresentar este plano que consiste no encerramento da Lisnave e na venda daqueles terrenos da Mitrena e a passagem da actividade para os estaleiros da Setenave com a abertura de mais uma doca. Pelo meio seriam despedidos quatro mil trabalhadores.

Com este plano, a Setenave desaparece e o Governo «livra-se» de uma empresa nacionalizada. O estaleiro de Viana do Castelo, que também vai ser privatizado, poderá também cair nas mãos do capitalista, caso o seu plano de «reconversão da indústria naval» seja aplicado em todas as suas vertentes.

«A operação que está em curso garante a José de Mello o controlo da Setenave para a reparação naval da fatia de mercado que possui, dispondo de um mínimo de trabalhadores efectivos e com a possibilidade de usar um tecido laboral mais vulnerável», afirma-nos Fernando Parreira, membro da comissão intersindical da Lisnave. «Entretanto os 70 milhões de contos que fazem o passivo financeiro da Lisnave - grande parte criado com a compra das outras empresas, já que o grupo possui mais de 30 empresas - serão limpos com o negócio agora proposto e com as perspectivas abertas no sector imobiliário e na concessão de fundos do Orçamento de Estado, da Comunidade e da própria Expo 98 (para a construção de uma uma linha de transporte público fluvial), entre outros».

Cumplicidades

Tudo isto surge com evidente cumplicidade governamental, que se apressou a criar uma comissão interministerial para apreciação do plano. Cumplicidade que vem já do tempo da criação da Solisnor, empresa que exploraria, por concessão, as instalações da Setenave.

«Na altura, Alemães, Noruegueses e Dinamarqueses estiveram interessados na Setenave, apresentando-se escudados atrás de gestores portugueses. José de Mello conseguiu afastá-los e convenceu o Estado a não ficar accionista da Lisnave através desta nova empresa, a Solisnor. Ele surge inicialmente juntamente com a Soponata e com a norueguesa Bramen para arrendar os estaleiros da Setenave e com o tempo conseguiu afastar esses dois parceiros», conta António Cardador, membro da comissão de trabalhadores da Setenave/Solisnor que acusa: «isto só foi possível com um envolvimento, desde o início, do Governo que permitiu esta "jogada" da aquisição da Solisnor».

Na história da Lisnave recorda-se que, mesmo depois do 25 de Abril, José de Mello ficou ligado à empresa, conseguindo mais tarde ser reeleito presidente do conselho de administração. «Foi através da Lisnave que José de Mello executou uma política para conseguir de volta os privilégios do passado», dizem os representantes dos trabalhadores. Mello avançou então com vários processos: processo de reabilitação da Lisnave que cortou regalias sociais aos trabalhadores; o processo de despedimento colectivo que pôs na rua qualquer coisa como 10 mil pessoas; foi a exigência da articulação da Lisnave com a Setenave como solução para o futuro. Já em 1981, José de Mello apresentara ao então primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão um plano de reestruturação que, em algumas linhas essenciais, era semelhante ao actual.

«A luta então desenvolvida pelos trabalhadores impediu a sua concretização». Para Vicente Merendas, um dos dirigentes sindicais da estrutura representativa das duas empresas, «a proposta do fecho da Margueira só é possível por José de Mello controlar a Setenave/Solisnor» já que se «a gestão desta última estivesse nas mãos de outra entidade, a solução "para o sector naval" apresentada por ele nunca seria esta, nem nunca envolveria a venda da Margueira».

Encerramento e venda da Margueira que «logo por azar, foi considerado o melhor estaleiro de reparação naval do mundo e que facturou, nos últimos três anos, 600 milhões de dólares, ou seja, divisas que entraram no País no valor superior a 80 milhões de contos».

comissão interministerial), é o próprio mercado que justifica os 4000 despedimentos pretendidos e o encerramento de um estaleiro: «a necessidade de redução de capacidade do factor humano é imposta por razões de mercado. Essas mesmas razões de mercado justificam que haja uma redução de oferta, com o encerramento da sua unidade na Margueira, com reconversão do estaleiro da Mitrena e com reestruturação geral da empresa (reformulação da sua estrutura de departamentos e divisões, introdução de um fundo de gestão social, promoção de uma rede de empresas subcontratantes em áreas de negócio que não sejam essenciais ou que variem acentuadamente com as conjunturas de mercado)».

Despedir

«O que eles pretendem é substituir trabalhadores efectivos por trabalhadores subcontratados», diz Fernando Parreira, «situação em que a exploração é mais agravada, onde há trabalho quando há piques de carga elevados, mas não há trabalho em outras épocas ou se o trabalhador se "portar mal" que é como quem diz, quando defende os seus direitos».

Para pagar estes despedimentos, e outros na indústria naval que o plano da Lisnave admite, conta-se com diversas fontes: «para a Lisnave, a fonte de financiamento é a única disponível: a comercialização do terreno onde está instalado o estaleiro da Margueira. Para a Setenave e para os estaleiros de Viana do Castelo (se for decidida a inclusão destes últimos na estratégia proposta para todo o sector), o financiamento de redução de capacidade do factor humano poderá resultar de uma aplicação integrada, devidamente nego-

As mudanças para Almada

Para o negócio proposto ao Governo por José Manuel de Mello poder ser concretizado em todas as suas vertentes, há uma condição que tem de ser preenchida: nada menos que uma mudança estratégica no futuro desenvolvimento e ordenamento territorial da Grande Lisboa. A pretendida extinção e venda do estaleiro da Margueira deixa disponíveis, em Almada, nada menos que 50 hectares de terreno cujas potencialidades são apresentadas pela proposta da administração da Lisnave ao Governo em torno das seguintes perspectivas: o desenvolvimento urbano de Almada, a alegada «subida» de estatuto desta cidade da margem do sul Tejo a pólo central da vida urbana, a resolução de problemas de trânsito de ligação entre as duas margens através de uma rede de transportes fluviais.

Uma resolução aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal de Almada em 26 de Fevereiro passado colocou largas reservas a este plano de José de Mello, lembrando todo o demorado processo que levou a ultimar o Plano Director Municipal (PDM), que no dizer da moção, «não foi trabalho realizado de ânimo leve», estando nele integrado o pólo tecnológico que tem como co-participantes a Câmara e a Lisnave, que implica um apoio do PEDIP na ordem de um milhão e 20 mil contos». O PDM de Almada, aliás, sublinha a necessidade de uma maior diversificação da base económica e modernização dos processos produtivos no concelho, o que sem a modernização da Lisnave - e não com a sua extinção - poderá ficar definitivamente comprometido.

Entretanto, na passada sexta-feira, o PS, contrariando a sua posição de Fevereiro passado na Assembleia Municipal, apresentou uma proposta para a revisão do PDM de Almada com vista à adaptação do espaço da Margueira à realidade de ordenamento urbano proposta por José de Mello. A proposta mereceu o voto contrário da CDU e levou o executivo da célula da Lisnave do PCP a considerar ser essa uma posição «inqualificá-

vel», chamando a atenção dos trabalhadores da empresa para as posições de elementos socialistas dentro da Lisnave.

Dinheiros da CEE

O problema do confronto do projecto de venda da Margueira com os objectivos estratégicos do PDM de Almada é de resto colocado na própria proposta da Lisnave: «Esta integração cria, no prazo imediato, problemas de adaptação do Plano Director Municipal, que foi elaborado sem ter em conta esta nova oportunidade. Reconhece-se a existência do problema, muito mais uma consequência das circunstâncias do que de qualquer intenção deliberada, mas sublinha-se em contrapartida a importância da oportunidade que assim fica aberta: apesar das dificuldades que podem ser colocadas por esta necessidade de adaptação do PDM, elas são mais do que compensadas pelo valor gerado por esta nova linha de desenvolvimento», afirma-se.

O que «compensa» para José de Mello são as receitas que se podem criar com o aproveitamento imobiliário do espaço e a construção de uma rede de transportes fluviais. Mello lembra mesmo ao Governo que «em diferentes aspectos, estes programas de utilização futura do terreno da Margueira e das infra-estruturas que nele estão instaladas são susceptíveis de ter participação de fundos comunitários».

Para a Câmara, o desacordo é «total» em relação a um aproveitamento imobiliário da zona, já que isso iria contrariar «os objectivos estratégicos de desenvolvimento do concelho».

Outro custo que a edilidade não quer pagar é o conjunto de inevitáveis consequências socioeconómicas que a redução laboral ou desactivação da Lisnave causariam: «ainda todos temos bem presente o que significaram para Almada, há poucos anos atrás, os despedimentos em massa de trabalhadores da indústria naval», lembra a moção da Assembleia Municipal.

Lisnave/Solisnor

E Vicente Merendas conclui: «lembramos que é a Lisnave que constrói a Setenave».

O argumento fundamental da direcção da Lisnave sustenta-se na situação económica da empresa. O relatório e contas da Lisnave referente a 1992, aprovado em Março passado, apresenta resultados de cerca de 8 milhões de contos de prejuízos, número que é posto em causa pelos representantes dos trabalhadores. «É um número fabricado do ponto de vista contabilístico para transmitir ao Governo e à opinião pública uma imagem de inviabilidade do estaleiro, quando, por outro lado, os problemas financeiros da Lisnave teriam sido resolvidos se tivessem aplicado em tempo útil medidas de financiamento financeiro da empresa, na base das propostas que os trabalhadores têm vindo a apresentar ao longo dos anos». Apesar disso, no ano anterior, antes da «ideia» deste plano, a empresa apresentou números positivos no resultado da sua actividade.

«Em 1991, a administração da Lisnave apresentou um plano onde se afirmava positivamente a viabilidade e o futuro da empresa, com perspectivas animadoras até, pelo menos, o ano dois mil, com um estudo elaborado, rigoroso, feito por técnicos estrangeiros. De 1991 para 92 houve uma mudança tão radical no mercado que permitisse esta alteração?» A pergunta de Fernando Parreira fica registada.

O fim da construção naval

O plano da Lisnave prevê, na prática, o fim da construção naval no nosso país, ficando a indústria restringida ao sector da reconstrução. Essa política tem sido já seguida na Setenave/Solisnor. Para os trabalhadores da Setenave, é necessário «reconverter tecnologicamente o estaleiro de forma a poder concorrer internacionalmente na área da construção naval, para o qual está dedicado a Setenave, apesar de essa componente ter sido desactivada por José de Mello com o apadrinhamento do Governo». António Cardador, membro da Comissão de Trabalhadores da Setenave, produz estas afirmações e baseia-se em alguns dos valores apresentados nos quadros desta página. No nosso país existem 45 navios com mais de 10 anos, a frota nacional perdeu nos últimos 15 anos mais de metade dos seus navios e dos 16 navios entrados só dois foram construídos no nosso país. O valor gasto com afretamento de navios estrangeiros que transportam as nossas importações e exportações sobe de ano para ano, e os indicadores apontam para um gasto entre 1990 e 1992 da ordem dos 500 milhões de contos. «O que não teria sido possível fazer com esse dinheiro para reestruturar todo o sector?», pergunta Joaquim Caçoete, da Comissão de Trabalhadores da Setenave/Solisnor.

Frotas de comércio nacional

TIPO DE NAVIO	NAVIO (N.º)	IDADE MÉDIA 1982
Passageiros	2	29.5
Carga Geral	19	22.6
Frigoríficos	1	11.0
Granaleiros	8	18.6
Petroleiros	11	14.4
Transporte de Gás	2	10.0
Transporte Prod. Químicos	1	18.0
Porta-Contentores	17	11.8
Batelões	3	31.7
TOTAL	64	17.8

Saída de divisas por recurso a navios estrangeiros

(Milhões de Escudos)

ANOS	AFRETAMENTOS	FRETES	TOTAL
1981	9 048.6	24 147.9	33 196.5
1982	9 050.4	29 845.9	38 896.3
1983	9 486.3	34 796.3	44 282.6
1984	12 914.2	45 817.8	58 732.0
1985	11 323.6	52 353.7	63 677.3
1986	10 927.3	57 221.5	68 148.8
1987	13 834.6	77 758.8	91 593.4
1988	19 020.2	101 483.9	120 504.1
1989	19 629.6	118 932.8	138 562.4

DGNTM - DSEE - Div. Estudos

Questões de alternativas

■ Domingos Lopes

Ninguém contesta, hoje, que os países desenvolvidos do chamado mundo ocidental vivem uma crise económica. Apesar dos festejos de há três anos pelas derrotas do socialismo organizados por uma Comissão Internacional conjunta composta por famílias conservadoras e social-democratas, as marchas de triunfo foram, pouco a pouco, sendo substituídas por outras músicas bem mais tristes. No princípio, com o fim do socialismo na Europa, a social-democracia julgou que tinha chegado a sua hora. E festejou com a direita as derrotas de um ideal de esquerda.

A social-democracia não capitalizou com a derrota do socialismo, nem com o desaparecimento do muro de Berlim e do Tratado de Varsóvia. No Centro e Leste da Europa não tiveram pitada de êxito na sua luta para substituírem os comunistas.

Se antes dos acontecimentos do Leste da Europa, no Ocidente, a democracia acusava um sério déficite participativo, quer quando estavam no poder os conservadores e liberais, quer quando estavam os socialistas, hoje o déficite atinge índices alarmantes, mas certas contradições manifestam-se mais à vontade.

Durante a existência da URSS e de outros países socialistas no Ocidente havia como que um toque a reunir anticomunista. As grandes divergências entre famílias políticas e até entre países eram secundarizados face ao "perigo" do socialismo. As classes dominantes ocidentais aprenderam muito e mostraram, no pós-guerra, uma enorme capacidade para distinguir entre o essencial que as unia, e o secundário que as dividia.

Um exemplo típico do que acabamos de afirmar é o que ocorre na Itália. Para impedir que o PCI chegasse ao governo tudo valeu para a Democracia Cristã, o Partido Socialista e quase todos os outros partidos. Até foi encomendado o assassinato de Aldo Moro, o dirigente da Democracia Cristã que era mais permeável à entrada do PCI para o governo.

Contra o voto dos cidadãos, os EUA, a NATO, dirigentes da CEE pressionaram e ameaçaram caso o PCI fosse para o governo.

Mas eis que na "nova" ordem já não só não é preciso o toque a reunir anticomunista, como o próprio PCI deixou de ser comunista, e aí temos revelações após revelações de parte das misérias de dirigentes políticos italianos que apostaram nessa linha política.

Desaparecido o socialismo a tendência no Ocidente é consolidar um-faz-de-conta-de-alternância.

Partidos do tipo PSD de Cavaco ou PS de Guterres, PSOE de Gonzalez e PP de Aznar, DC de Andreotti e PSI de Craxi, em quase nada se distinguem. As linhas de diferenciação são tão cinzentas que o cidadão comum, em geral, vota mais para castigar um ou outro, que por convicção no programa alternativo de um ou do outro. E isso leva o cidadão a afastar-se da vida pública e de preocupações cívicas. Com tanto escândalo a fustigar aqueles partidos, os cidadãos associam mecanicamente política a corrupção e jogo de influências.

Observa-se este fenómeno em Itália. Decretada artificialmente a falência do sistema imperante na Itália, os dirigentes, para se manterem ao leme dos negócios, acusam o método proporcional dos crimes por eles (dirigentes) cometidos. Por isso, mudaram ou vão mudar o nome de partidos e dirigentes, e garantir por via de um novo sistema eleitoral em que se dificulta ao máximo a influência eleitoral de forças que se não identifiquem com os interesses capitalistas dominantes.

Através desta política pretende-se que de futuro haja apenas dois grandes partidos eleitorais: a Democracia Cristã e o social-democrata (PDS de Ocheto). Assim, por um exercício de engenharia eleitoral, apoiado num exercício de hipocrisia sem limites, e aproveitando o desprezo dos cidadãos pela corrupção, os chefes do sistema da corrupção vão poder continuar a governar sobre outra

forma e de modo mais seguro, depois de terem "incriminado" o método proporcional.

E social-democratas do PS de Craxi, e social-democratas do PDS, e democratas cristãos da DC, e outros estão de acordo em responsabilizar um método cuja única responsabilidade era dar guarida às aspirações do povo italiano, frustradas pela coligação entre a DC e o PS de Craxi.

Torna-se assim um acto de desperdício votar no PS para castigar a política de direita do PSD.

A história do PS pós-25 de Abril está ligada à colaboração e cooperação com o PSD e o CDS. O PS "sozinho" foi sempre um PS muito mal acompanhado.

O programa económico do PS é no essencial idêntico ao do PSD. Em relação às grandes linhas mestras da política governamental é difícil encontrarem-se na política do PS pilares separadores.

A linha de acção de Guterres de pedir a demissão deste ou daquele ministro e de desresponsabilização pessoal de Cavaco pela acção dos ministros mais combatidos pela população (mas que fazem a política de Cavaco), é um exemplo da incapacidade do PS de cortar com a direita.

António Guterres e o PS insistem na política que levou à derrota de Constâncio, de Almeida Santos e de Sampaio. O PS, em vez de aprofundar linhas de trabalho proficuas e interessantes como a da Coligação em Lisboa, persiste no macaquear o PSD na questão da maioria absoluta.

Ora, a maioria absoluta, sendo legítimo aspirar-se a ela, e obtê-la, não deixa no caso português (mas não só) de mostrar que, em nome da estabilidade, os governos PSD de maioria absoluta manifestaram um real desprezo pela Assembleia da República procedendo à sua governamentalização e erigiram como figura de actuação uma

subespécie de regime de partido único.

Sempre que os socialistas receberam os votos em nome de uma suposta política de esquerda, alcançaram o poder, realizaram uma política de direita que hoje está a ser fortemente penalizada.

Voltar a cometer esse erro seria desastroso, tanto mais quanto as posições do PS sobre a lei eleitoral não permitem descansar quanto a um eventual golpe de Estado legal que seria acabar com o sistema proporcional, a fim de que o PS e o PSD possam entre si repartir o poder político, como já, em parte, repartem.

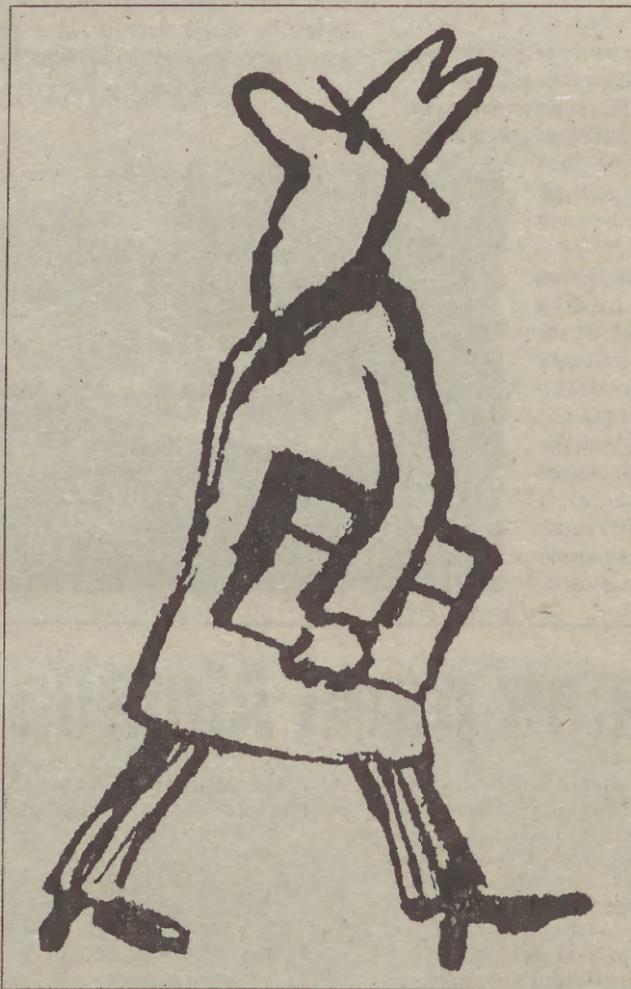
E quando se invoca a aproximação do deputado ao eleitor, de verá dizer-se, em abono da verdade, que não é aproximação, mas de afastamento que se trata quando um partido com 40% dos votos obtém cerca de 80% dos deputados (França), pois isso signifi-

fica que mais de 40% dos votantes não se identificam com os eleitos, porque antes votaram noutros.

Em vez de perseguirem políticas liberais que os levem ao poder, de cortarem com as raízes de esquerda, de virarem as costas aos problemas populares, os socialistas vivem uma crise e, de momento, a resposta à crise é repetir em piores condições a mesma desastrosa receita.

A construção de uma alternativa credível é essencial para a consumação da derrota e substituição do Governo PSD. Os socialistas, os comunistas e outros partidos democráticos são forças indispensáveis a essa alternativa.

Mas é evidente que os socialistas sozinhos não são, aqui como além fronteiras, garantia de dar uma guinada política que eleve a democracia a novas formas de participação do cidadão, e às novas grandes reformas que o próximo século reclama e que supõem um corte com o passado. As misérias das democracias ocidentais não se combatem com a política de direita que as realizou, ou por partidos socialistas realizadas, mas sim pela esquerda e com a esquerda.



Este ano há dois sorteios para as EP's

O esforço de promoção da venda antecipada da EP inclui este ano uma novidade: a realização, não de um único, mas sim de dois sorteios que premiarão talões de entradas permanentes na Festa. Quanto mais cedo for comprada a EP maiores possibilidades há de se ser contemplado com um dos seis prémios em causa, já que os concorrentes ao 1.º sorteio integrarão (com excepção dos premiados) o lote de participantes no segundo sorteio.

O prazo final para entrega de talões nos serviços administrativos da Festa (na Avenida António Serpa ou na Atalaia) termina, já, no próximo dia 10 de Julho, realizando-se o sorteio no dia seguinte, no decorrer da Jornada de Trabalho que nesse fim-de-semana ocorrerá no terreno da Festa. O mesmo processo será seguido para o segundo sorteio, terminando o prazo de entrega a 28 de Agosto e realizando-se o sorteio a 29.

Os resultados dos dois sorteios serão publicados no

«Avante!» nos dias 15, 22 e 29 de Julho (para o primeiro sorteio) e 2, 9 e 16 de Setembro (para o segundo sorteio). Os prémios podem ser reclamados nos serviços administrativos da Festa, na Avenida António Serpa 26, 2.º esquerdo em Lisboa, com a apresentação do bilhete premiado. Os prazos para levantamento dos prémios terminam a 30 de Setembro no que diz respeito ao primeiro sorteio, e a 30 de Novembro em relação ao segundo sorteio.

O prémios para o sorteio de 11 de Julho são, do primeiro ao terceiro: um vale de férias/viagens no valor de 250 contos; um vale de material fotográfico no valor de 100 contos e um vale de livros no valor de 60 contos. Os prémios para o último sorteio são um vale de férias/viagens no valor de 125 contos; uma máquina de lavar louça (de bancada) e um vale de livros no valor de 40 contos.

FESTA 1993
Avante!



Mudanças na rede eléctrica

Talvez o trabalho mais importante da preparação Festa seja aquele que não se vê. Estamos a falar do trabalho que está enterrado no chão ou cujos resultados ficam escondidos durante os três dias da iniciativa. Rede eléctrica, esgotos, água. As modificações no terreno da Atalaia que permitem a sua protecção, valorização e adaptação sustentada ao cumprimento do seu objectivo principal. Rega, plantação, remoção de terras, defesa contra a erosão, arborização.

São as infra-estruturas que permitem o funcionamento com qualidade da Festa do «Avante!» e que aos olhos de milhares de visitantes acabam por desaparecer sob o jugo espectacular da música, da cor e da luz, afinal a razão de ser do sucesso desta iniciativa. Mas de todo esse espectáculo só é possível se bem sucedidos forem estes trabalhos, por vezes algo ignorados.

Muitos devem lembrar-se dos cortes de energia ocorridos na edição da Festa do ano passado, em algumas zonas da Atalaia. Na altura, o problema foi debelado através de soluções de recurso que, no entanto, permitiram o funcionamento das diversas actividades afectadas. Tal como já então noticiáramos, foi posteriormente necessário proceder a um estudo profundo de reapreciação do desenho e implantação da rede primária de electricidade - que é, digamos, o «esqueleto» onde está suportado o sis-

tema de distribuição de energia da Festa - e mesmo da forma como se tem, ano após ano, construído a chamada rede secundária.

As modificações que entretanto se decidiram levar a cabo, já este ano, levam a organização da Festa a afirmar que cortes de energia em zonas tão largas da Atalaia não irão mais acontecer, independentemente dos imprevistos que possam sempre ocorrer, já que foi refeita toda a rede primária da zona afectada o ano passado, com a substituição e recolocação de centenas de metros de cabo eléctrico, trabalho que em termos financeiros representou um importante esforço suplementar para o orçamento deste ano da Festa.

É, no entanto, mais profunda a remodelação que se pretende efectuar, com uma mudança qualitativa importante: a introdução de um maior número de troços de cabo transportados aereamente e a consequente diminuição do número de cabos enterrados. Para além da óbvia diminuição do número de agressões ao terreno - já que se deixa de enterrar e desenterrar a rede, sempre que haja necessidade de proceder a qualquer alteração ou reparação - esse investimento irá reduzir o esforço e o tempo necessários para realizar qualquer tipo de modificações.

Os trabalhos (acompanhados por dois engenheiros electrotécnicos) e o

projecto, que será executado no seu todo em fases distribuídas ao longo dos próximos anos, implicará a multiplicação do número de armários de distribuição e de disjuntores, para além de um «apertar» da malha da rede, que diminuirá a extensão das zonas onde a ocorrência de qualquer problema origine um corte de fornecimento, tornando mais fácil e rápida a detecção e reparação de avarias.

O 1º Sorteio da EP é já no dia 11 de Julho e o 2º Sorteio a 29 de Agosto

Sorteios a realizar em Jornadas de Trabalho na Atalaia

E os prémios...

1.º Sorteio

1.º prémio

— Vale de férias/viagens no valor de 250 contos

2.º prémio

— Vale de material fotográfico no valor de 100 contos da



3.º prémio

— Vale de livros no valor de 60 contos da Editorial CAMINHO

2º Sorteio

1º Prémio

— Vale de férias/viagens no valor de 125 contos;

2º Prémio

— 1 máquina de lavar louça (de bancada);

3º Prémio

— Vale de livros no valor de 40 contos da Editorial CAMINHO



Começando pela iluminação e passando pelo funcionamento de todo o tipo de máquinas, dos equipamentos de som ou de cozinha, o correcto fornecimento de energia eléctrica é essencial para o sucesso da Festa

Um
livro
por
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

Roteiro do povo

1. «Romanceiro do Povo Miúdo. Memórias e Confissões de José Ricardo», «explicação, notas e edição» de Lino Lima, Editorial Avante!, VII-1991 — é uma das mais interessantes contribuições de base marxista-leninista, das várias que já vão começando a surgir, dedicadas à história do regime salazarista, a caminho do seu derrube e extinção revolucionários.

Esta e outras obras estão no centro da luta por um melhor conhecimento do conteúdo e das formas do avanço da acção popular social, económica e política de massas sob o salazarismo, — afinal da própria história do advento do Partido Comunista Português (PCP) como vanguarda da classe operária e dos sectores sociais antifascistas e anti-colonialistas e patrióticas pelo triunfo da soberania e independência nacionais, da paz, da liberdade e igualdade social e política em Portugal.

Neste livro, que abarca todo o processo e movimento democráticos desse período e o papel nele no desempenho pela iniciativa comunista, o que sobretudo avulta é o grande relevo político e a real auto-

local e nacional os democratas do distrito de Braga que o seguem. A nível local permitiu-lhes aguentar e acabar por vencer a campanha que foi desencadeada contra eles pelos velhos caciques bracarense e os poucos que os acompanharam.» (Pág. 144.)

Nesta acção dos progressistas de Braga, paredes meias com Porto e Coimbra, muitas vezes aparecem citados nomes de comunistas e outros democratas, como Lino Lima, Santos Simões, Humberto Soeiro, Vítor Sá, Armando Bacelar, Elisa Amado, Armando e Raul de Castro, António Ramos de Almeida, Joaquim Namorado, César Anjo Filho e tantos outros.

Ler-se-á ainda, a págs. 146: «A chamada "luta legal" é só uma face do combate que se trava no distrito de Braga contra o fascismo. Clandestinamente, prossegue outra, conduzida pelo Partido Comunista, que mobiliza militantes, cria células nas empresas, distribui o Avante! e outros documentos da propaganda clandestina, fomenta reivindicações dos trabalhadores, organiza protestos contra a falta de géneros alimentícios, os despedimentos e outras arbitrariedades, procura intervir nos sindicatos e educa política e civicamente. É uma luta cheia de perigos, que às vezes conduz a prisões de militantes seguidas de processos, julgamentos nos tribunais políticos e condenações pesadas. Isso já sucedeu em Fafe, Guimarães e Famalicão. As prisões são sempre acompanhadas de brutalidades e violências da polícia que, no caso de Joaquim Lemos de Oliveira, operário de Fafe, aparecido morto numa cela das prisões privativas da PIDE, no Porto, atingiu o máximo dramatismo.»

2. Mas o «Romanceiro do Povo Miúdo», se não é exclusivamente Lisboa, também não é só Braga. Nem apenas Portugal. Que, como se diz na citação de José Ramos

Tinhorão que o encabeça, a história popular não são só letras capitais: «A história do povo é uma história que corre como um rio subterrâneo por debaixo da história oficial.» E a consagração da capacidade de resistência popular começa desde logo, neste livro, por um capítulo vivido sobretudo no Norte, no início do séc. XIX: «O povo miúdo escorraça os franceses.» (Pág. 21/27.)

Depois, sucessivamente, e citando apenas referências mais destacadas, encontramos, em Ciede e Famalicão, Camilo Castelo Branco, «sem simpatia mútua», «numa mera relação de acasos» com estas gentes e terras nortenhas (p. 42). Como viveremos em 1919 as incursões monárquicas contra a I República, e os seus editais em Famalicão, que ameaçam «proceder na repressão de hostilidades», «com o emprego da violência, que irá até ao extremo se tanto for necessário (p. 45). Como ainda é descrita a brutal exploração do operariado, no final da I República, em fábricas e oficinas de Famalicão: «trabalhava-se enquanto o corpo aguentava». «(...) o patrão

apercebia-se de que o trabalhador estava gasto e despedia-o, sem ter obrigação de lhe pagar qualquer indemnização» (p. 48). Acompanharemos igualmente as grandes lutas dos estudantes de Coimbra. (Págs. 63/87.)

Mais tarde, a partir de 18.VIII de 1936, a vida ibérica é dominada pela Guerra de Espanha (págs. 67/68): «A Espanha era um caldeirão que fervia e toda a gente esperava que rebentasse. A Frente Popular tinha ganho as eleições, começava a fazer uma reforma agrária, expropriando grandes propriedades não cultivadas, mas os trabalhadores agrícolas, os *braceros*, aprofundavam-na e ocupavam algumas terras na Andaluzia, zona do latifúndio. Os monárquicos, os filiados da CEDA, partido da direita de Gil Robles, os fascistas da Falange de Primo de Rivera, os latifundiários, o exército, estavam alarmados, temiam as alterações que tocassem seus bens e privilégios e tentavam deitar abaixo o Governo por todos os meios. A Igreja sentia-se atacada por uma série de reformas anticlericais (...)

Todos esses procuravam derrubar o Governo por qualquer forma (...) Os requetés, partidários da monarquia e a milícia falangista, que copiava Hitler e Mussolini, faziam exercícios militares quase às escâncaras (...)

«Do outro lado, os anarquistas, que tinham uma grande influência na Catalunha e na Andaluzia, procediam a atentados individuais, lançavam bombas, incendiavam igrejas e conventos.» Tudo se completava e conjugava...

Como é natural, «a Guerra Civil em Espanha constituía a nossa primeira preocupação (...) A derrota das tropas fascistas italianas em Guadalajara deu-nos porém uma grande esperança de que a vitória ainda seria possível. E talvez o tivesse sido se a França, onde governava a Frente Popular e era primeiro-ministro o socialista Léon-Blum, não se tivesse metido na fantochada do que se chamou «não intervenção», encerrando a fronteira dos Pirinéus e recusando-se a vender material de guerra ao "governo legítimo" de Espanha. Foi a URSS que principalmente abasteceu os exércitos republicanos» (p. 75).

Claro que «o governo salazarista organizou também uma milícia, tal como acontecia nos outros países fascistas. Foi a Legião Portuguesa, os Camisas Verdes, uma tropa fundamentalmente destinada a combater os comunistas, que «não tinham pátrias, estavam "a soldo de Moscovo", eram "pelo amor livre", e "hereges", que, "na Espanha, incendiavam igrejas e conventos e matavam padres. A maioria dos portugueses, creio eu, acreditava nisto, porque a propaganda era auxiliada pelos actos dos anarquistas espanhóis, (...)» (p. 77).

3. Em Portugal, a par da colaboração com o fascismo internacional, o que também se vai desenvolvendo é o Estado policial.

A caminho da cadeia estavam desde logo os que ajudavam os republicanos espanhóis, como Artur Mirandela — mais tarde, no rescaldo da revolta de Beja, ponto de apoio do perseguido General Humberto Delgado — que «andou por montes e vales (na região de Bragança) à procura de foragidos republicanos que abrigava (...) e depois ele ou um filho traziam ao Porto e entregavam a quem os fazia seguir,

livres das garras fascistas.» «Chegou a adoptar e fazer "sua filha" uam criança de um casal de democratas espanhóis, entregues às autoridades fascistas que os fizeram fuzilar.» (Págs. 76/77.)

Escreve Lino Lima: «A PVDE era soberana. Um dos seus directores durante muitos anos, o capitão (Agostinho) Lourenço, disse que «só há uma pessoa em Portugal que eu não posso prender. É o doutor Salazar». E, depois de um silêncio, acrescentou: «E talvez também não possa prender o Presidente da República (p. 79).

«Um exemplo dramático desta política de perseguição — escreve Lino Lima — é o de Maria Isabel Aboim Inglês» (p. 196): viúva desde 1942, mãe de cinco filhos, é impedida pelo ministro da Instrução, Mário de Figueiredo, de reger, mãe de cinco filhos, as cadeiras de História da Filosofia Antiga e Filosofia Medieval; em 1949, dois dias antes das eleições, vê encerrado pelas autoridades o colégio que anos antes criara. Seguidamente, é mesmo proibida de dar lições em sua casa, «caçando-lhe» o Conselho de Ministros o seu diploma de professora! Monta um atelier de costura. Convidada a ensinar numa universidade brasileira, prepara-se para partir e encerra-o. Mas as autoridades salazaristas não lhe concedem o passaporte e é obrigada a permanecer no País. Morre repentinamente em 7. III. 1963.

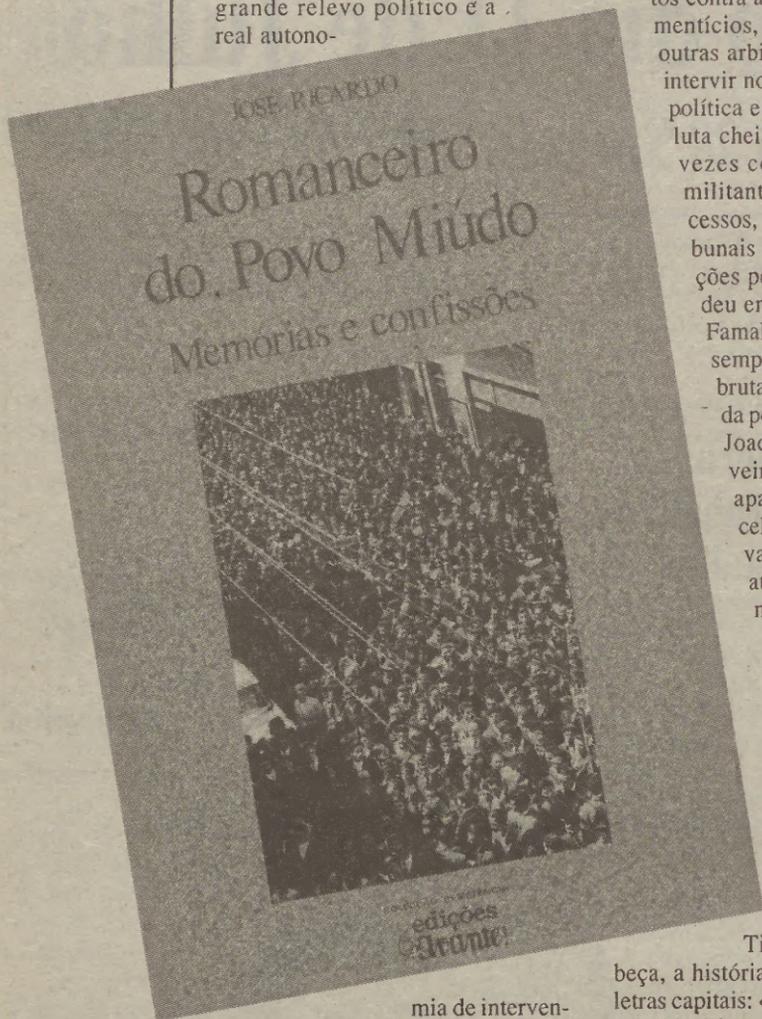
Em todo este panorama repressivo, regra geral os mais procurados, tanto pela sua determinação, acção multifacetada e organização, como pela natureza revolucionária da classe que servem, são os comunistas. E, desde 1941, Lino Lima era militante do PCP, militante da reorganização do Partido (págs. 13,86). E assim, quase se pode dizer que foi muito natural que desde cedo tivesse conhecido o cárcere, o «Patachón» (chefe de brigada da PIDE do Porto, Pinto Soares) (p. 114), os calabouços e a «maldita cela 5» da cadeia da Rua do Heroísmo (p. 167).

Esse será o caminho da sujeição à violência e à opressão, preso ou em liberdade, que várias vezes percorrerá com o PCP, com o MUD e depois com o MND, lado a lado com o Professor Ruy Luís Gomes, a Eng.ª Virgínia Moura, o Dr. José Morgado e tantos outros.

É a via que conduzirá também à fraternidade da sala 2A do Aljube de Lisboa, onde passará largos meses com Manuel Guedes, Francisco Salgado Zenha, Emílio Campos Lima; mas sobretudo, pela sua grandeza humana de grande dirigente operário, com Manuel Rodrigues da Silva, «um personagem inesquecível», um resistente inquebrantável que passará na prisão cerca de 23 anos, dos quais 9 anos e quatro meses no Tarrafal, sem ser objecto de qualquer julgamento (págs. 171/183)!

Uma estrada limpa que mais ainda o ajudará a ver e condenar com os olhos abertos, a guerra colonial e o colonialismo português em Goa e em Angola, na Guiné ou em Moçambique — contra Salazar ou Caetano, Kaulza, Spínola ou Schultz (págs. 251/262).

E que os manterá atentos e vigilantes contra riscos e perigos que podem renascer, em plena democracia, negando-a — tanto em novas formas opressivas e atentatórias da independência e soberania nacionais, como no próprio adensamento da exploração e da corrupção, num Estado crescentemente monopolista.



mia de intervenção dos democratas e comunistas do distrito de Braga. De facto, são eles que, inúmeras vezes com espírito de novidade, instigam e dirigem a recriação e aplicação, no quadro específico da comunidade regional do Noroeste do País, da síntese nacional de pensamento e acção para que também vão largamente contribuindo.

É Lino Lima (José Ricardo) que escreve: «Ter conseguido rebentar com as pretensões de hegemonia política das velhas figuras, que procuravam detê-la numa mão fechada, no velho estilo caciqueiro, foi o primeiro passo para transferir a iniciativa política para as mãos daqueles que entendem ser a luta de massas e de unidade e mobilização dos mais amplos sectores não monopolistas da sociedade (que claramente englobam os antimonopolistas), o caminho para combater e derrotar o fascismo.

«Este tipo de acção política, séria e consciente, sem ligeirezas ou demagogias, tem prestigiado a nível

A pesada factura de uma política antijuvenil

■ António Filipe

O IV Congresso da JCP analisou com particular detalhe os principais aspectos e consequências da chamada política de Juventude do Governo PSD nos últimos quatro anos. O balanço é claramente negativo. Mais uma vez, as promessas com que o PSD conseguiu convencer muitos milhares de jovens ficaram por cumprir. Mais uma vez, as expectativas de muitos jovens que acreditavam nessas promessas saíram goradas.

Há sete anos que o PSD governa sozinho. Há mais 13 que integra o Governo em áreas-chave para a política de Juventude.

O que se alterou de essencial para melhor, para a generalidade dos jovens portugueses? O que ganharam os jovens trabalhadores com o Governo PSD, senão mais precariedade no emprego e menos direitos sociais? Que benefícios tiveram os trabalhadores-estudantes com os governos PSD, primeiro responsável pelo incumprimento do seu Estatuto? O que fizeram os governos PSD de tantos milhões de contos que entraram em Portugal para financiar o sistema de formação profissional, para além

de promover acções descoordenadas e alimentar a ganância de alguns empresários corruptos? O que melhorou efectivamente no sistema educativo, que se vê hoje a braços com uma situação de crise e instabilidade generalizadas? Que novas possibilidades foram dadas aos jovens para terem acesso a uma habitação condigna?

Já passou tempo suficiente para podermos concluir que as promessas do PSD ficaram todas no papel. Nos anos que passaram, não faltaram oportunidades para superar atrasos e para melhorar as condições de vida, de trabalho e de estudo dos jovens portugueses. Não faltaram centenas de milhões de contos dos Fundos Comunitários que poderiam ter sido decisivos na superação do atraso dos sistemas educativo e de formação profissional. Não faltou uma situação económica internacional com condições excepcionais, que tão cedo não se repetirão, para o desenvolvimento económico e para o melhoramento das condições de vida.

Não faltaram as oportunidades, mas faltou a vontade política. E hoje, com o mundo capitalista em crise, com a recessão instalada e para ficar em Portugal, os jovens começaram a pagar mais dolorosamente a factura da política neoliberal do PSD, alheia a quaisquer direitos dos jovens ou quaisquer princípios de justiça social.

Couto dos Santos já fez um ano como ministro da Educação. Não merece felicitações. A acção deste ministro não veio alterar em nada a natureza essencial da política educativa que o PSD tem vindo, de há 13 anos para cá, a pôr em prática. Esta política tem vindo a afundar ministros atrás de ministros e cada um que aparece consegue ser pior que os anteriores e, prosseguindo a mesma política, agravar a situação em que encontra o sistema educativo.

Entre o disparate e a repressão

O ministro Couto dos Santos não é excepção. E se por alguma coisa ele se destaca é por ter transformado o disparate em discurso oficial do Estado e por ter transformado a arrogância, a prepotência, a provocação, a ameaça e mesmo o recurso à repressão em formas de actuação do Governo face aos justos protestos e manifestações dos estudantes.

O PSD recusa-se a entender a Educação e o Ensino como direitos sociais fundamentais e como elementos essenciais de desenvolvimento e de progresso económico, social e cultural. O PSD concebe a Educação e o Ensino como meros privilégios individuais e assume o projecto de uma sociedade dividida entre os que possam pagar esse privilégio e os que não podendo se vêem condenados ao insucesso e abandono escolares.

Esta orientação estratégica traduz-se numa política educativa que aponta para a desvalorização da escola pública e particularmente do ensino básico obrigatório e para a descapitalização do sistema de ensino público, a todos os níveis, estrangulando o crescimento dos meios financeiros que o suportam, provocando a sua descaracterização e degradação, privilegiando o crescimento do ensino privado, inculcando a ideia de que quem quiser estudar tem de possuir meios económicos para suportar os custos reais do ensino.

A convergência do sistema educativo português com os sistemas educativos dos restantes países da Comunidade Europeia em termos de sucesso e de níveis de escolaridade, superando uma situação de profundo atraso educativo nacional, que foi anunciada há cerca de 5 anos pelo próprio Governo como um objectivo estratégico, nunca passou de ficção.

Nunca se realizou, apesar dos fundos comunitários, o esforço de investimento que seria necessário para atingir taxas de escolaridade próximas das que existem nos demais países da Comunidade Europeia.

Os governos PSD têm vindo a restringir deliberadamente o acesso ao Ensino Superior Público através de sistemas de *numerus clausus*, mais ou menos encapitados, que limitam drasticamente as possibilidades de ingresso, introduzem graves injustiças no acesso ao Ensino Superior e consolidam a posição de Portugal como o país mais atrasado da Comunidade Europeia ao nível da capacidade de oferta do Ensino Superior, mesmo considerando o crescimento anárquico e des-

talou e que a destruição de postos de trabalho é uma realidade diária.

Acentuou-se o ataque aos direitos dos jovens trabalhadores. O alcance social dos regimes de protecção no desemprego é diminuto. Os horários de trabalho são dos mais elevados da Europa. Faltam condições de higiene e segurança no trabalho. Continua a vergonha do trabalho infantil. O sistema de formação profissional continua inconsequente e a servir para o enriquecimento de clientelas que metem ao bolso muitos milhares de contos dos fundos comunitários.

Os trabalhadores-estudantes continuam a ser preteridos na efectivação dos seus direitos, a deparar com maiores dificuldades na frequência dos estudos e a não ver aplicado o seu Estatuto legal.

A falta de acesso à habitação. O Serviço Militar Obrigatório que se reduz antes das eleições e se prolonga depois, num quadro em que a profissionalização das Forças Armadas começa a aparecer como objectivo mal disfarçado do Governo. A falta de meios e condições de

atendimento e tratamento de tantos milhares de jovens vítimas de toxicoddependência. A incerteza de tantos jovens quanto ao futuro, são também traços marcantes das consequências negativas da acção governativa do PSD.

Há uns anos atrás, o Governo lançou, com todo o aparato e toda a demagogia, a tão falada política global e integrada de Juventude.

Movimentou avultados meios financeiros. Criou o Instituto da Juventude. Instalou Centros de Juventude em quase todos os distritos. Apostou na propaganda. Criou uma rede de informação dirigida aos jovens. Criou um conjunto de programas destinados a envolver largos milhares de jovens. Incumbiu membros do Governo de se dedicarem exclusivamente a pôr estas acções em prática.

Com esta política, o Governo PSD pretendeu e pretende controlar o associativismo e o activismo juvenil. Substituir a livre iniciativa dos jovens pelo seu envolvimento em acções promovidas pelo Governo. Gerir os apoios ao associativismo juvenil em função das simpatias partidárias, pondo em causa a sua autonomia e independência.

Os contornos mais recentes desta política são particularmente graves. A confusão entre a JSD e o aparelho de Estado é escandalosa. Não há qualquer transparência na gestão dos dinheiros públicos para a área da Juventude. Os apoios ao associativismo juvenil têm vindo a ser drasticamente diminuídos de ano para ano e são geridos, sem qualquer pudor, em função de interesses partidários. São manifestos e escandalosos os cortes de apoios ao Conselho Nacional da Juventude e à Associação Académica de Coimbra a partir do momento em que essas estruturas passaram a assumir posições críticas em relação à política do Governo. Sucederam-se as ingerências e as chantagens sobre as associações juvenis.

Muito mais do que criticar a política do Governo PSD, o IV Congresso da JCP apresentou um conjunto de propostas e reivindicações para uma política que resolva efectivamente os problemas dos jovens. Estas propostas e reivindicações, contantes da Base Programática para o desenvolvimento da acção e da luta da Juventude Portuguesa aprovada pelo Congresso, correspondem às mais profundas aspirações da Juventude Portuguesa e traduzem um projecto político de defesa e consolidação do regime democrático-constitucional, de garantia e desenvolvimento da democracia política, de construção da democracia económica, social e cultural e de afirmação da soberania nacional.

A Base Programática aprovada pela JCP no seu IV Congresso, que assume como objectivos prioritários e essenciais a luta pelo direito ao ensino, ao emprego estável e com condições dignas, à habitação, à saúde, a uma vida independente, a uma ampla participação social, constitui o ponto de partida para uma política alternativa, capaz de responder aos problemas mais gritantes com que se debate a Juventude e capaz de mobilizar as energias dos jovens num grande projecto para transformar Portugal num país mais democrático, mais participado, mais justo, mais humano e mais jovem.



prestigante do Ensino Superior Privado que esta política provocou.

O Governo PSD inviabiliza financeiramente o investimento no Ensino Superior Público e mesmo o seu funcionamento normal. Mantém a acção social escolar a níveis escandalosos e decidiu recentemente extinguir os Serviços Sociais Universitários e passar os seus encargos para as Universidades, sem que se saiba a opinião dos estudantes ou das próprias instituições.

No entanto, o exemplo mais flagrante da prepotência, do ataque ao Ensino Superior Público, da tentativa de acentuar a elitização social no acesso e frequência do Ensino Superior e de alienar as responsabilidades do Estado para com o financiamento do Ensino Superior Público, está na absurda Lei das Propinas, que pretende ser um primeiro passo no sentido de impor aos estudantes e às suas famílias o pagamento do chamado custo real de ensino e contrariar a progressiva gratuidade do acesso aos graus mais elevados de ensino que a nossa Constituição estabelece.

Não se sabe até onde chegará o ministro da Educação no seu desvario para impor o aumento das propinas. Fracassou a tentativa de convencer os estudantes da bondade do aumento. Fracassaram tentativas sucessivas de instrumentalização do movimento associativo. Caíram no ridículo as ameaças mais absurdas aos estudantes. Não se sabe até onde levará a desorientação do ministro, mas sabe-se seguramente que os estudantes continuarão a recusar o aumento das propinas e a lutar com firmeza e coragem contra a aplicação desta lei iníqua e violadora de um direito fundamental.

Ataque a direitos

Não é apenas ao nível da Educação que se faz sentir o carácter antijuvenil da política do Governo. Também a situação que se vive no mundo do trabalho, que afecta duramente muitos milhares de jovens trabalhadores é reveladora da natureza antijuvenil do PSD.

A precarização dos vínculos laborais que se tem vindo a acentuar de há vários anos é geradora de uma completa instabilidade na vida dos jovens trabalhadores, e torna-se ainda mais grave, agora que a recessão se ins-

EM FOCO

(In)Segurança Social do nosso futuro

Falar de segurança social hoje, em Portugal, é quase como tocar um sinal de alarme. Em sucessivas intervenções públicas, responsáveis dos mais diversos sectores vêm falando em ruptura financeira da segurança social, apontando atrasos no pagamento de subsídios e criando, objectivamente, uma situação de alarmismo.

Afinal, há ou não razão para alarme? Essa a questão a que a CGTP-IN, através de Maria do Carmo Tavares, Américo Nunes e Manuel Lopes, veio responder a semana passada, numa conferência de imprensa em que foi feito o ponto da situação.

Para a central sindical, a situação, sendo preocupante, está no entanto a ser manipulada de molde a criar o pano de fundo para medidas, algumas já tomadas e outras em preparação, que restringem na prática o direito fundamental dos trabalhadores e da população à segurança social.

De acordo com um documento divulgado na referida conferência de imprensa, a CGTP-IN, que recusa a situação de alarmismo, não deixa de responsabilizar o Governo pelos problemas financeiros que afectam o sector e que poderão vir a agravar-se, ao mesmo tempo que recorda que há muito vem chamando a atenção para a escassez de financiamento pelo Estado da segurança social, para a utilização abusiva que muitas vezes se faz dos seus dinheiros, para as elevadas dívidas do patronato, para a evasão e a fuga, etc.

Esta situação - considera a CGTP-IN - é hoje agravada pelos despedimentos em massa e pelo orçamento da segurança social para 1993. Na verdade, como compreender a redução da despesa com o subsídio de desemprego, quando o próprio Governo prevê o agravamento do desemprego? Ou que, quando eram claros maiores constrangimentos para a segurança social, não se tenha reforçado o financiamento do Estado, não sendo sequer integralmente cumpridas as obrigações que a lei estabelece, designadamente em relação ao regime não contributivo e à acção social? Ou ainda que as contribuições sobre os salários dos trabalhadores continuem a financiar a política de emprego, a formação profissional, as reestruturações, a acção social, o regime não contributivo?

Debate público

Para a CGTP-IN, os problemas financeiros respeitantes à segurança social devem ser esclarecidos e publicamente debatidos, até porque o crescimento do desemprego e o irrealismo do orçamento para 1993 agravam uma situação que há muito se mantém.

Em primeiro lugar - refere a central sindical -, existem desequilíbrios acentuados por regimes da segurança social. O regime geral engloba sub-regimes e situações contributivas especiais que têm peso no financiamento, sobretudo no que respeita aos independentes. Constitui um escândalo que neste regime (que abrange 783 mil beneficiários activos em 1990) os descontos se façam sobre valores que em 80 por cento dos casos não excedem um salário mínimo nacional, mesmo quando se trata de administradores e directores. Existem ainda outros casos escandalosos, como o dos jogadores de futebol, para além de dever ainda ter-se presente que o regime especial dos agrícolas é quase não contributivo.

Estas situações, considera a CGTP, aliadas ao facto de o Orçamento do Estado não financiar devidamente a segurança social, levam a que o peso do financiamento acabe por recair nos trabalhadores por conta de outrem, que são também quem mais suporta a carga dos impostos, acabando por financiar activos com maior nível de rendimento, tais como administradores e directores, industriais, comerciantes, etc.

Em segundo lugar, acusa a central, o Governo não cumprir as obrigações legais sobre o financiamento da segurança social, designadamente no que respeita ao regime não contributivo e à acção social; a CGTP defende a necessidade de um maior financiamento pelo facto de muitas prestações terem um carácter universal (abrangem

toda a população), pelo que não devem ser só financiadas pelos descontos sobre os salários.

Acresce, por outro lado, que o volume da evasão e de dívidas de contribuições é muito elevado. De acordo com os dados disponíveis, a dívida de contribuições ascende a 250 milhões de contos no primeiro trimestre de 1992, tendendo a situação a agravar-se com o abrandamento da actividade económica e a recessão na indústria. Afirmam a CGTP que existem indicações de que o número de contribuintes a não cumprirem acordos de pagamentos de dívidas está a crescer fortemente, ao mesmo tempo que existem práticas de subdeclaração de salários que determinam elevados montantes de fugas, a par da situação escandalosa da proliferação de falsos independentes (por-



que de facto são trabalhadores assalariados), perante a completa passividade da segurança social.

Como se isto fora pouco, há ainda a acrescentar que a segurança social financia cada vez mais a política de emprego e de formação profissional, suportando despesas que não lhe deveriam caber. Pressiona-se a saída antecipada do mercado de trabalho, a partir dos 55, 50 e menos anos de idade; Governo e patronato intensificam os despedimentos com promessas de "facilidades" no acesso a prestações da segurança social, invocando mais tarde "abusos" quando as despesas disparam; determina-se que a segurança social financie os apoios ao primeiro emprego, através de redução e isenção de contribuições, o que leva ao rápido crescimento do número de trabalhadores abrangidos: cerca de 270 mil em 1991, contra 7500 em 1986.

Segurança em causa

No documento a que nos vimos reportando, a CGTP-IN salienta o facto de o Governo ter implementado medidas que limitam o acesso ao subsídio de doença; que visam obrigar os desempregados a prestar uma espécie de serviço cívico; que prevêem a revisão das situações de pensão por invalidez; que apontam para o aumento da idade de reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos; que pretendem rever o cálculo das pensões de reforma, não para as aproximar dos salários, mas para reduzir os valores das futuras pensões.

São medidas e intenções que que naturalmente a CGTP-IN não está de acordo, considerando não ser legítimo invocar "abusos" para justificar tal política, pois a segurança social dispõe de meios de controlo e fiscalização com que pode combater os abusos, se de facto existem, sem pôr em causa o direito à segurança social.

Para a Intersindical, a revisão que se pretende fazer das situações de invalidez é desumana, imoral e injusta, uma vez que pode transformar esses pensionistas em desempregados e, a prazo, em pessoas sem qualquer protecção social.

A propósito, sublinha-se a situação de profunda instabilidade criada para centenas de milhares de pessoas: em Dezembro de 1990, o número de pensionistas de invalidez ascendia a 479 461. E alerta-se para a profunda hipocrisia que é dizer que se trata de uma situação normal de verificação, admitida por lei, quando o que se pretende de facto é reduzir as despesas com as pensões.

Afirmando-se disposta a lutar contra a elevação da

idade de reforma das mulheres, a CGTP-IN chama a atenção para o facto de que as gerações que nos próximos anos entrarem na reforma serão trabalhadores que ingressaram muito cedo no mercado de emprego e que, na generalidade dos casos, ocuparam postos de trabalho com elevado desgaste físico, com longos horários e más condições de trabalho.

O problema de fundo

Para a central sindical, o problema de fundo que hoje se coloca em relação à segurança social não é o de elevar

a idade de reforma, mas o que resulta do facto de os trabalhadores serem compelidos a abandonar os empregos por serem considerados "velhos" pelas empresas, não aos 62 ou aos 65 anos, mas aos 55, aos 50, aos 45 e até menos anos. Será esta tendência, a não ser travada, que conduzirá ao desastre social.

Para a CGTP-IN, seria uma ironia trágica que, num país com um tão baixo nível de pensões de reforma e num ano em que se celebra o Ano Europeu das Pessoas Idosas e da Solidariedade entre Gerações, fosse diminuído o valor das pensões, através de uma nova fórmula de cálculo.

Diferente é a posição defendida pela central, para quem é necessário moralizar verdadeiramente o sistema. É nesse sentido que a CGTP-IN

defende:

- Há que reforçar o financiamento. As dívidas ascendem hoje a cerca de 300 milhões de contos, sem contabilizar os juros. A situação nalguns distritos é extremamente grave com taxas globais de cobrança baixíssimas: 28 por cento em Leiria; Guarda, 34 por cento; Santarém, 54 por cento. Tem de se pôr cobro a manobras do patronato, que faz acordos para pagar as dívidas para obter dinheiros do Fundo Social Europeu e, logo que recebe o dinheiro, deixa de cumprir os acordos;

- Há que exigir que o Governo cumpra as suas obrigações de financiamento. E não o faz. A CGTP-IN calcula que os Governos Cavaco Silva não transferiram 360 milhões de contos, só no que respeita à cobertura do regime não contributivo, à despesa de acção social e ao défice do regime dos ferroviários;

- Há que fiscalizar, não para pôr em causa direitos, mas para pôr cobro a muitas situações profundamente injustas e imorais. A CGTP-IN tem informação vinda de alguns centros regionais de que por ordens superiores a fiscalização está a ser bloqueada sob a invocação de redução de despesas;

- Há que pôr cobro a situações escandalosas existentes nalguns regimes, como as que foram referidas para os independentes. É necessário uma fiscalização adequada para contrariar a tendência para a consideração como independentes de trabalhadores que trabalham de facto por conta de outrem;

- Há que garantir a participação efectiva dos trabalhadores, porque são eles, é o seu dinheiro que financia na quase totalidade a segurança social. Esta participação é hoje teórica porque, na prática, não é efectuada. É indamiável que o Governo tome medidas que se dizem de "reforma da segurança social" sem ouvir os trabalhadores, que são quem assegura, através dos descontos sobre os salários, a segurança social;

- Há que garantir uma gestão transparente na acção social. Todos os anos são transferidos elevados montantes (que crescem a ritmo superior aos das prestações), de que se não prestam contas adequadas;

- Há que reforçar a informação aos beneficiários e ao público em geral. Como admitir que em Maio de 1993 não esteja publicada a Conta relativa a 1991? Como admitir que numa situação como a que hoje se vive, com despedimentos em massa, encerramentos e falências de empresas, os últimos dados sobre as contribuições em dívida respeitem a Agosto de 1992?

Como afirma a CGTP-IN, é tempo de dizer basta! A segurança social não pode ser usada para servir objectivos e clientelas partidárias.

EM FOCO

Maastricht aos trambolhões em Londres

■ Manoel de Lencastre

A semana passada trouxe ao gabinete britânico mais duas profundas humilhações: a primeira, foi obra da histórica e catastrófica derrota sofrida na eleição parcial de Newbury (área conservadora por excelência) onde a maioria governamental de 12 357 votos foi pulverizada pelos liberais cujo candidato venceu com 22 055 votos de diferença, uma alteração percentual contra os «tories» de 28,4% – e a maioria absoluta nos Comuns passou para, apenas, 19 lugares; a segunda, foi constituída pelo resultado das manobras do funcionário Major relativamente ao Tratado de Maastricht, originando um conflito com o Parlamento e passando para a esfera dos Tribunais o cada vez mais moroso e complicado processo. Maastricht cambaleou. Não caiu ainda. Mas a possibilidade da sua inutilização ergue-se, agora, com renovado vigor.

Notícias da recuperação

1. A «Iveco», empresa subsidiária da Fiat e a segunda produtora europeia de veículos comerciais, incluindo camiões, depois da «Mercedes» e da «Renault-Volvo», voltou a anunciar prejuízos: em 1992 (67 milhões de libras), os quais, acumulados aos de 1971 (72 milhões) atestam da situação da empresa bem como da realidade de um mercado extremamente volátil. As vendas na Europa desceram poderosamente – a «Iveco-Pegaso» (Espanha) a «Iveco-Ford», a «Iveco-Magirus», todas perderam dinheiro.

2. De acordo com uma consulta realizada pela agência «Mori» para o «Financial Times», mais de 40% dos trabalhadores em toda a Grã-Bretanha mostram-se preocupados pelo espectro de virem a perder os seus empregos durante os próximos 12 meses.

3. A «GPA» (Guinness Peat Aviation), já analisada nestas colunas, entrou na última curva da estrada que a conduzirá à falência. Dívidas: 5,5 mil milhões de dólares aos Bancos, mais um par de milhares de milhões a múltiplos portadores de títulos de várias espécies em todo o mundo. Para onde vai Tony Ryan, esse inspirado filho de um ferroviário?

4. Na Suíça, acaba de ser batido o «record» das falências: 9819, um aumento de 28% em relação ao ano de 1991.

5. As vendas de automóveis novos, em França, caíram 12% durante o ano de 1992. Mas nos primeiros três meses do ano corrente já diminuíram cerca de 20%.

6. A Casa Branca confirmou que a recuperação americana não mostra bases sólidas. Na realidade, todos os índices principais que permitem avaliar a evolução da situação económica mostram sensíveis quebras.

7. Trafalgar House, um dos maiores conglomerados britânicos, acaba de proceder à venda em leilão de algumas dúzias de «villas» e casas diversas que construíra em Portugal. Não admira – os prejuízos referidos ao período de Novembro a Abril, largamente originados pelo sector das propriedades, construções e turismo, atingiram a escala dos cem milhões de libras (23 milhões de contos).

8. A Federação das Indústrias alemãs declarou que existem sinais de que a actual recessão dará lugar a uma prolongada crise estrutural; quanto ao novo governo francês, realizou outro corte nas taxas de juro (o quinto), em desesperado esforço para criar condições que possibilitem a reanimação da economia – mas esta, assim como toda a estrutura financeira do país, continua a dar lugar às mais fundas preocupações.

9. O valor das dívidas incobráveis, segundo as contas do «Bank of Scotland», um pequeno banco que detém, todavia, significativas posições, ascendeu a 373 milhões de libras, ou sejam, 85 milhões de contos.

Maastricht na Câmara dos Comuns

Na altura em que os termos do Tratado de Maastricht foram negociados pelo governo do funcionário Major, aceitou-se que a Grã-Bretanha ficaria isenta das obrigações contidas no capítulo intitulado «Social Chapter», aquele que se ocupa dos direitos dos trabalhadores. Tratava-se de uma concessão arrancada à CEE para satisfazer as maníacas concepções da antiga primeira-ministra Margaret Thatcher e dos seus servidores.

Essa isenção podia interpretar-se segundo dois diferentes estilos: se, por um lado, satisfazia a ilusão de que na Grã-Bretanha não existem trabalhadores e cada pessoa é potencialmente uma empresa, facilitava, por outro, a posição das multinacionais que, neste país, passaram a operar em condições de mais selvagem liberdade para despedir ou para conter o povo trabalhador britânico no fosso onde se desenvolve a luta pela obtenção ou manutenção de empregos a não importa que nível salarial.

Desta vez, nos Comuns, a oposição apresentou-se unida e reforçada com os votos dos euro-rebeldes conservadores. O governo estava perdido. Qual o objectivo? Retirar, ao projecto de lei que, mais tarde, será submetido à votação final sobre o Tratado de Maastricht, a cláusula que declara ter a Grã-Bretanha optado por não aceitar o tal «Social Chapter». Nestes termos, parecia óbvio que, cancelada a cláusula em questão, o referido «Social Chapter» ficaria automaticamente incorporado na lei. E, dado que o governo assim o não entendia, a votação dos Comuns produzi-

ria uma importantíssima derrota do funcionário Major, cujas consequências seriam duas: o repúdio puro e simples do já célebre Tratado e, eventualmente, a demissão do primeiro-ministro e de toda a sua equipa.

Manobra de um governo desacreditado

Mas, caros leitores do «Avante!», eles sabem-na toda. À vista de uma inevitável e clamorosa derrota, Major acabou por resolver que, sim senhores, aceitaria a moção parlamentar visando a não incorporação da cláusula referida (um recuo monumental em termos de acção política) mas esclarecendo que isso o não impediria de ratificar o Tratado, ao mesmo tempo que o não obrigava a aceitar as províções do «Social Chapter». E, dado que o governo aceitava a moção fugindo a um iminente desastre, a votação deixava de efectuar-se. Se os deputados achassem que a posição governamental lhes parecia um atropelo das prerrogativas do Parlamento, estavam à vontade para fazer subir toda a questão aos Tribunais com vista à obtenção de uma decisão final – um longo e atroz processo que, evidentemente, já começou.

Agora, a grande questão coloca-se nos termos seguintes: como será possível ao governo ratificar um Tratado que, por vontade do Parlamento, já não refere estar a Grã-Bretanha isenta das obrigações contidas no «Social Chapter» e, simultaneamente, negar-se, logo à partida, a reconhecer essas obrigações? Estamos no perigoso terreno em que um governo não hesita em constantemente inverter os termos das coisas para fugir aos desejos da maioria dos deputados e manter-se no poder. Maastricht perdeu. O instinto de sobrevivência do governo triunfou, pelo menos, por algum tempo mais. Mas o funcionário Major, cedo ou tarde, acabará por abandonar Maastricht ao seu destino ou terá de submeter toda a questão à vontade suprema e soberana do povo britânico; pondo-se fim, então, a este infernal conflito.

Eleições para os concelhos distritais britânicos

Além da eleição parlamentar parcial em Newbury, já atrás mencionada, realizaram-se na quinta-feira passada

eleições para as administrações distritais em múltiplas regiões de Inglaterra e do País de Gales. Os resultados, tal como se previa, foram devastadores para o partido governamental: perderam 15 das administrações em causa, todas em áreas de grande afluência como, por exemplo, Kent, Surrey e Essex, nas quais se achavam no poder desde 1880. De todos os 47 concelhos distritais ingleses só lhes resta um: o de Buckinghamshire.

Entretanto, o mapa das posições partidárias nestes importantes órgãos da administração regional ficou desenhado como segue: trabalhistas, maioria absoluta em 14; conservadores, em um; liberais-democratas, em três; independentes, em um. Nos restantes 28 concelhos distritais (District Councils) nenhum partido dispõe de maioria absoluta.

Um homem de negócios

Temos de pedir licença aos nossos leitores para regressar à eleição parcial de Newbury. Já sabemos que os liberais-democratas arrebataram aos conservadores o respectivo lugar na Câmara dos Comuns e que a votação, um descalabro, produziu ondas de choque em todos os sectores do partido «tory». Mas quem era o candidato governamental que conseguiu perder uma maioria de 12 000 votos para chegar em segundo lugar, nas urnas, com uma desvantagem de 22 000 votos?

Vamos apresentá-lo, visto que se trata de uma figura com interesse e que reflecte o desastroso ambiente que se vive actualmente na Grã-Bretanha.

Chama-se Julian Davidson e tem 30 anos de idade. Mas, não obstante haver sido classificado junto do eleitorado como um candidato com experiência para dirigir negócios, a verdade é que, como empresário, falira e as suas actividades no desenhismo, nos meios de impressão e na publicidade, cessaram deixando no desemprego... seis pessoas.

Todos os seus negócios, esta é que é a verdade, nunca haviam passado de meras tentativas dando expressão a ilusórias, imprecisas e ambiciosas concepções da vida que teriam ajudado, estamos certos, a levantar alguns bons milhões nos Bancos, mas não possuíam «pés para andar», como os próprios banqueiros costumam dizer.

Culpando a recessão das suas aflições, Mr. Davidson, ao candidatar-se pelo partido que a provocara, provou nada ter aprendido. Falou mais alto a sua consciência de classe. Homem de negócios falido, homem de negócios para sempre. As suas ambições continuam vivas. Tem fé na recuperação. Ainda acredita no seu renascer como «businessman». Um dia, será rico e poderoso. Então, em vez de despedir seis trabalhadores, despedira seis mil. E quando falir outra vez, não seguirá o exemplo de Robert Maxwell que se abraçou ao oceano e pôs fim a tudo. Encontrará, como Asil Nadir, um novo paraíso para voltar a recomeçar. Porque a tudo isto conduzem as tentações e as misérias do monstruoso sistema que vive do sangue e da ignorância das multidões – o capitalismo.



Neoliberalismo anticristão

■ Jorge André

Subitamente, o episcopado português abandonou as suas tradicionais posições de aparente letargia política e multiplicou críticas públicas perfeitamente ajustadas a áreas sociais do nosso país real. As palavras dos bispos falaram na fome, no desemprego, na pobreza, no trabalho infantil, na miséria dos campos, na desertificação, nas violações dos direitos dos emigrantes, na corrupção, no trabalho precário e nas formas aberrantes como o governo entende as políticas do ensino, da saúde, da segurança social e da família.

Nas suas intervenções, os prelados proferiram juízos severos acerca das teses do liberalismo económico que prevalecem na totalidade dos estados capitalistas. Neste sentido se exprimiu, por exemplo, o Bispo de Viseu, D. António Monteiro, ao abordar a questão do chamado «espírito concorrencial» dominante nas sociedades de consumo: «O marxismo e o estalinismo estatizante opuseram-lhe uma certa barreira» — reconheceu D. António. «Hoje, com a queda do marxismo e do seu sistema, o espírito concorrencial volta a atacar. Está tomando corpo entre pessoa e pessoa, grupo e grupo, nação e nação, bloco e bloco. A concorrência, de facto, invadiu o nosso quotidiano e, nele, os meandros do nosso ser, do nosso existir. Dá a impressão de que todos pretendem — só e unicamente —, nos seus intentos e programas, passar à frente dos outros, assegurar um posto mais elevado, ganhar mais e ter mais poder. O sistema concorrencial, na sua génese, funciona a partir de uma dinâmica voltada para a morte, para deixar o «outro» para trás. Mais do que crescer, actuar, aumentar, ser mais, o que se pretende é... anular o «outro»! Terão que terminar os aplausos aos êxitos e vitórias daqueles que triunfaram destruindo os seus colegas de viagem, da grande viagem que deve ser vida para todos nós...»

Posições incompatíveis

As posições da igreja, em torno desta redescoberta «questão social», devem ser consideradas com alguma prudência. Trata-se, na verdade, de reacções de algum modo inesperadas. E, tal como sabemos, as palavras dos homens e as mudanças de orientação das instituições devem ser analisadas à luz dos seus comportamentos anteriores.

Sem dúvida que, juízo a juízo, as declarações dos bispos foram adequadas e justas. Nada, porém, as permite enquadrar no passado recente de uma igreja nacional que, no mínimo, tem permanecido muda perante o poder político. Dir-se-ia agora (hipótese altamente improvável!) que o rápido desenvolvimento alcançado pelo capitalismo apanhou o episcopado português desprevenido... Sobresaltados ao verificarem os estados de degradação material e moral, a ferocidade da corrida ao lucro, o materialismo grosseiro que tudo invade e a miséria que continuamente alastra, os bispos portugueses teriam finalmente despertado!

Teremos que encontrar outra explicação para este fenómeno inesperado. A situação social que vivemos tem uma longa gestação que o episcopado sempre acompanhou de perto. Talvez nos aproximemos mais da verdade se identificarmos estas espectaculares mudanças de atitude do colégio episcopal com o tremendo choque que a igreja mundial vai experimentando.

Num breve espaço de pouquíssimos anos — desde a famosa arrancada para uma «nova reconquista cristã» —, a hierarquia católica tem vindo a ser obrigada a reconhecer que os «êxitos e vitórias» alcançados pelas forças que o Vaticano apoiou se traduziram, afinal, por constantes recuos dos ideais e do prestígio que constituem a espinha dorsal da igreja no mundo.

Liberalismo económico e solidariedade cristã são conceitos com conteúdos perfeitamente antagónicos.

O capitalismo avançado, vulgarmente referido como «liberal», recusa o mundo das ideias, justamente aquele universo em que giram os ideais religiosos. Faz tábua rasa da história e da moral. Os seus primados da «Geração do Eu» retiram qualquer sentido aos princípios ecuménicos de solidariedade humana e de justiça social. Reclama da sociedade política um compromisso «gestionário» ou «tecnocrático», caracterizado por um profissionalismo levado ao mais alto grau de desumanização.

«Os gestionários» — diziam os peritos liberais ao ex-presidente dos EUA, J. Carter — «são eficazes porque são concretos, isentos de preconceitos, de paixões, de sonhos, e usam com mestria os indicadores que evidenciam as evoluções económicas de que depende a prosperidade das sociedades e o bem-estar dos cidadãos. A Ciência é neutra: eles, também. Não professam qualquer ideologia».

Tal como nos tempos do nazismo, é a amoralidade utilizada como critério principal de acção. Os tecnocratas neoliberais deveriam assumir o essencial das responsabilidades pelos novos holocaustos sofridos em silêncio pelos povos do «terceiro mundo». Fome, miséria, doenças, prisões e torturas, raptos, violações, aculturação, chacinas, tudo tem servido para espezinhar os direitos humanos de milhões de seres, sacrificados no altar doirado dos todo-poderosos grupos financeiros internacionais: para que estes dominem, para que estes prosperem e ganhem forças que lhes permitam avançar e controlar o resto da humanidade.

O Vaticano não tem as mãos limpas destes pecados...

Dúvidas profundas mas motivos de esperança

Ainda que teologicamente a igreja oficial negue a existência de qualquer ideologia cristã, o certo é que os crentes portugueses sempre assimilaram a religião em termos ideológicos. Assim, nos contextos políticos actuais, trata-se de escolher entre dois tipos de igreja interventora: o que secunda o projecto de «sociedade de sucesso» que o neoliberalismo afirma ter criado; ou o que classifi-

ca esse projecto como suma hipocrisia e reafirma a opção católica pelos direitos dos pobres.

A julgarmos pelas recentes afirmações dos bispos portugueses, pelo menos alguns deles terão mudado subitamente de campo eclesial. É que, há alguns meses atrás, ou há alguns anos, conforme os temas abordados nas declarações, os mesmos prelados afirmaram ideias perfeitamente contrárias às que agora perfilham sobre os mesmos problemas políticos e sociais.

Trata-se de uma contradição chocante que, no entanto, caso surgisse isolada, poderia ser considerada como simples conversão de uma atitude negativa noutra contraditória mas que, do nosso ponto de vista, seria francamente positiva. Mas, não! Há demasiados indicadores duvidosos sobre as verdadeiras intenções do episcopado português. Apontaremos alguns.

Nunca foi tão grande — e continua a crescer — o poderio económico dos grupos financeiros de raiz católica. A banca, os seguros, o sector metalúrgico, a construção civil, os fundos de pensões, os institutos de crédito, o ensino privado, as clínicas particulares, etc., tudo está dominado no todo ou no essencial, por poderosas formações financeiras de capitais eclesiásticos, importadas principalmente de Espanha. Esta invasão só se tornou possível a partir de uma identidade de pontos de vista do episcopado e dos tecnocratas neoliberais.

O episcopado prossegue e intensifica a preparação dos quadros necessários ao funcionamento do aparelho de Estado e das grandes empresas do sistema neoliberal. A UCP ocupa o lugar de melhor fornecedora de tecnocratas indispensáveis ao bom andamento orgânico do Estado «laranja». Tal como se sabe, a Universidade Católica depende directamente da Conferência Episcopal.

Outro sinal dissonante é fornecido pela crescente colocação de homens de confiança do episcopado nas áreas da competência social do governo, bem como pela criação de um embrião governamental descendente do episcopado católico. No primeiro caso, poderiam citar-se numerosos exemplos, nas áreas do Ministério da Educação, dos IPSS, das instituições de crédito e de previdência, etc. A mais recente destas «transfusões» entre a igreja e o Estado foi consagrada pela nomeação do dr. Acácio Catarino — presidente da CARITAS, pessoa da alta confiança do Patriarcado e principal mentor da

Economia Social de Mercado, o sistema económico que a igreja propõe nos quadros de uma Nova Ordem Mundial — para Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

No segundo caso que mencionámos, regista-se o aparecimento das primeiras estruturas igreja/Estado, a nível ministerial. As formações iniciais deste tipo foram o «Comissariado para o Combate à Droga» e o «Comissariado para a Pobreza». Mesmo que outras iniciativas deste tipo não venham a ser tomadas, é já imensa a área social abrangida por estes dois comissariados. Por outro lado, bispos e governantes cultivam pontos de vista sociais idênticos: é utópico pensar-se na irradiação da pobreza; importa, no entanto, evitar que os conflitos sociais assumam o carácter de lutas políticas.

Consideradas a esta luz, as boas palavras dos bispos portugueses assumem tonalidades de grande oportunismo. Afinal, o despertar das consciências vem no momento próprio, quando todo o sistema neoliberal se abeira do colapso, procura torneir a sua estrondosa falha e tenta evitar o embate das lutas de classes.

Quanto a nós, a esperança da igreja vem dos católicos de base e não das hierarquias dominantes. Permanece viva naqueles que mantêm íntegra a sua opção espiritual, mas que não consideram incompatível com a implantação do Bem na terra e da Justiça entre os homens.

De quantos acreditam, como nós, num futuro melhor.



Pirites Alentejanas Exigir o apuramento de responsabilidades e a reabertura da mina

António Murteira
Deputado por Beja

Estaremos perante mais um erro do cavaquismo que pode custar ao país mais de 20 milhões de contos e o desaparecimento da vila mineira de Aljustrel, região na qual o aproveitamento mineiro remonta à época pré-romana?

Como justificar o repentino encerramento da empresa Pirites Alentejanas, por um período de seis meses, quando nos últimos dois anos, ministros, secretários de Estado, administradores, directores de projecto, apontaram a Pirites Alentejanas como exemplo de um projecto renovador, o Projecto de Produção de Concentrados, que iria contribuir para a criação de postos de trabalho, para o aproveitamento dos riquíssimos recursos mineiros, para o desenvolvimento da região do Alentejo?

Vejamos o que foi dito:

O Gabinete de Estudos e Projectos da Pirites Alentejanas afirma que quanto aos recursos mineiros de Aljustrel "as reservas" são "quantitativamente extensas - 170 milhões de toneladas - (...)" e que "os interessantes teores de metais não ferrosos - Zinco, Cobre, Chumbo e Prata - de distribuição relativamente homogénea, ainda que moderada (...) associados à extensão das reservas e adequado domínio tecnológico de processo induzem a produções previsionais acumuladas de concentrados de metais da ordem dos 2 milhões de toneladas métricas nos próximos 20 anos" (1991-2010).

No Relatório de 1990 do Conselho de Administração podemos constatar que:

"Acordos firmados e conversações em curso para acesso ao mercado internacional de concentrados de metais não ferrosos (Zinco, Cobre e Chumbo-Prata), assegurarão o escoamento das respectivas produções" !!!

Em Abril de 1991, o Director do Projecto dizia-nos que:

"Este projecto vai dar uma contribuição muito grande para a evolução do sector mineiro do nosso país, assim como abrir caminho a outros projectos na faixa piritosa Ibérica".

E o Boletim de Agosto de 1991 confessava que "quando há 3 anos iniciámos este Projecto todos sabíamos à partida que o seu fim último seria a Produção de Concentrados de Metais a comercializar no Mercado Internacional".

A 10 de Setembro de 1991, quando da inauguração oficial pelo ministro da Indústria e Energia, o então Administrador dizia no seu discurso, perante suas excelências:

O Projecto significa a execução em tempo adequado "de um programa corrector do perfil desta Empresa em ordem a diminuir as suas vulnerabilidades e a prepará-la para os mercados exteriores, onde, pelos seus custos, qualidade e prazos, terá os seus clientes". E adiantava que "as produções inerentes à exploração deste Projecto, quantitativamente muito moderadas, se referenciadas à sua procura global no mercado europeu, ainda que estrategicamente com significado no âmbito da Comunidade Europeia (...)".

Finalmente, é de salientar que o Projecto de Produção de Concentrados, da Pirites

Alentejanas, foi aprovado pelo Governo, mediante despachos dos secretários de Estado da Indústria e Energia e do Tesouro, de 27/4/87 e 16/9/87; foi reconhecido de utilidade pública por Resolução do Conselho de Ministros de 21/9/89; e foi reconhecido como um Projecto de "especial relevância" e "elevada valia industrial e [contribuindo] para a diversificação da capacidade produtiva regional, bem como para o aumento dos postos de trabalho numa região carenciada em termos de oferta de emprego"; por despacho conjunto dos ministros do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia, de 21/6/91.

Para surpresa de todos

De facto, para surpresa de todos, a 8 de Outubro de 1992, pouco mais de um ano depois da inauguração do Projecto (Setembro de 1991), a Administração da Empresa Pirites Alentejanas requer ao Tribunal Judicial de Beja a "Acção Especial de Recuperação da Empresa".

No documento que fundamenta a Acção Especial de Recuperação da Empresa, a Administração (da responsabilidade do Governo) reconhece contudo que "a empresa desempenha um papel de grande significado económico e social numa região particularmente carenciada, mantendo 422 postos de trabalho (...), e afirma que "a requerente (Pirites Alentejanas) é economicamente viável, impondo-se a sua viabilização como meio de manutenção dos postos de trabalho, de protecção dos interesses dos credores e ainda pela sua importância para o desenvolvimento regional", concluindo que "uma produção acentuadamente aquém da prevista", a "extinção

do mercado nacional de pirite" e "custos financeiros imprevistos", "conduziram a Pirites Alentejanas à situação actual de impossibilidade de satisfazer as suas obrigações".

Também pela primeira vez, de forma clara, a Administração reconhece erros de gestão, dificuldades causadas pela política do Governo e outros factores negativos que, desde há algum tempo, quer o Sindicato Mineiro, quer a Comissão de Trabalhadores vinham assinalando e propondo medidas para a sua correcção.

Contudo, repare-se bem, nesta altura, 8 de Outubro de 1992 a própria Administração considera possível e necessário ultrapassar as dificuldades e viabilizar a empresa, e por isso avança para a Acção Especial de Recuperação da Empresa e não com qualquer acção de falência.

E, de facto, a Empresa Pirites Alentejanas, segundo a Conta de Exploração, datada de 13 de Março de 1993, recuperou!

Aí pode ler-se: "Assim, a performance económica global da Empresa, à parte factores externos que não controla, é já superior à prevista no Projecto de Produção de Concentrados. Por outras palavras, o cerne da questão está nas condições adversas actuais no mercado".

Esta conclusão encerra dois aspectos distintos. Um é o de que a empresa recuperou, é viável! Mas, pela primeira vez e só agora - Março de 1993 - se põe o acento tónico "nas condições actuais do mercado", pretexto principal para o Governo, ao abrigo do *lay off*, declarar o encerramento da empresa por um período de 6 meses, findo o qual poderá ser prorrogado por mais 6 meses, após o que a empresa poderá ser considerada falida e encerrada!

É assim que, em 15 de Abril de 1993, a Comissão de Trabalhadores da Empresa Pirites Alentejanas recebe uma comunicação da Administração, na qual é informada de que a empresa vai ser fechada para já por um período de 6 meses, que vai de 1 de Maio até 31 de Outubro de 1993.

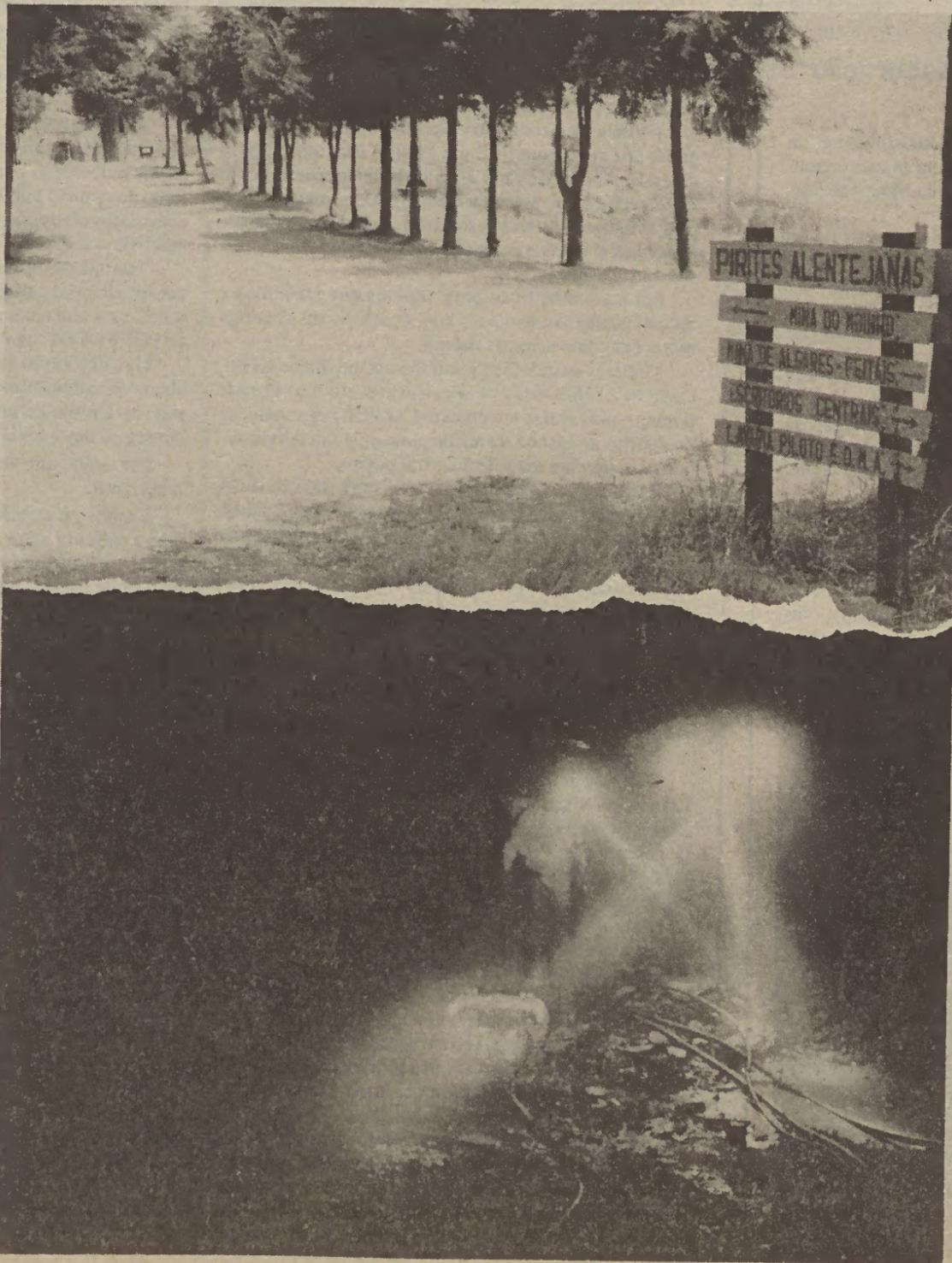
O resumo dos argumentos para tal atitude: "Deste modo, em função do conjunto de factores de ordem conjuntural do mercado, económicos e tecnológicos, enunciados impõe-se a interrupção da laboração da empresa, de modo a evitar a acumulação do défice operacional, assim a procurando viabilizar com a manutenção dos postos de trabalho" e ficasse a saber que "o mínimo de trabalhadores a abranger é estimado (...) em 370 (...)".

Discordâncias e interrogações

Diversas organizações e entidades discordam do Governo - Comissão de Trabalhadores, Sindicato Mineiro, Federação dos Metalúrgicos, Câmara Municipal de Aljustrel, Associação de Municípios do Distrito de Beja - e afirmam que este é o caminho errado. A empresa para ser viabilizada precisa de medidas para que possa produzir e não de ser encerrada, ainda que temporariamente.

O processo está longe de ser claro. No ar estão muitas perguntas por responder; aqui deixamos apenas algumas:

- Como foi possível tanta gente enganar-se sobre o Projecto, até há ainda pouco tempo e quando os erros de gestão, a



política do Governo e a evolução do mercado eram já conhecidos?

- Por que não foi atempadamente assegurado o abastecimento de água à Empresa a partir da Barragem do Roxo, quando é sabido que tal projecto existia fechado na gaveta da Administração?

- Por que houve "falhas" (!) do Governo no financiamento do Projecto, em momentos importantes da sua execução, como, por exemplo, no caso do Sistema de Incentivos de Base Regional e PNICAP, em 1991, em que a Empresa tinha direito a "3 331 754 contos, ou seja uma taxa de participação de 46 por cento", e apenas recebeu "1,5 milhões de contos", assistindo-se assim a uma taxa de participação de cerca de 20,7 por cento, menos de metade?

- Por que atribuiu o Governo uma compensação financeira à Empresa Pirites Alentejanas muito inferior à concedida à indústria tabaqueira, quando do encerramento definitivo em 1990 da totalidade das fábricas produtoras de ácido sulfúrico?

- Por que não avançou o Governo, com mais determinação e menos erros na concretização dos projectos minero-metalúrgicos para a transformação dos recursos existentes, quando o próprio Ministério da Indústria e Energia reconhece, na "Evolução Recente e Perspectivas 1991-1992" como "sendo de inegável interesse estratégico a existência da integração produtiva da fileira do cobre em Portugal (...)?"

Que política é esta, que Governo é este?

Que está a destruir os sectores produtivos da economia nacional agricultura, pescas, têxteis, indústrias transformadoras e indústrias extractivas - e a lançar os trabalhadores no desemprego?

Que está a destruir o sector mineiro, tendo suspenso a laboração da lavra nas minas Valé das Gatas, Montesinho, Argozelo, Tarouca e Borralha que depois mandou encerrar definitivamente; e mais recentemente deixou encerrar as minas de Jales (única de ouro), suspenso a lavra na Urgeiriça (urânio), aceita o despedimento na Panasqueira (mais de 350 desde o início do ano), anunciou o encerramento das minas do Pejão (em 1994) e agora encerrou por seis meses a Pirites Alentejanas, de Aljustrel, atingindo mais de 400 trabalhadores e pondo em perigo a existência da própria vila.

Que está a obrigar à desertificação económica e regional do Alentejo (um terço do território nacional), região onde o desemprego já atinge os 17 por cento, onde todos os dias desaparecem empresas e correm riscos de falência as explorações agrícolas.

É preciso lutar pela rápida entrada em laboração das Pirites Alentejanas

Apoiamos as acções e lutas que os trabalhadores da Empresa e a população de Aljustrel, com as suas organizações, estão a travar, pela reabertura da Mina e as suas justas reivindicações:

- "reclamar da Administração da Empresa e do Governo (como principal accionista) que tomem as medidas necessárias - financeiras, de mercado e outras - para manter o normal funcionamento da Empresa como forma de rentabilizar o investimento realizado com o Projecto de Concentrados".

E, somos de opinião, que face à corrupção que arrasta pelo país como pelo mundo capitalista, e perante o processo pouco claro que conduziu à actual situação da Empresa, estando em jogo muitos milhões de contos, centenas de postos de trabalho e a própria vila de Aljustrel, sejam:

- apuradas responsabilidades e clarificado o processo;
- elaborados estudos, rápidos, com os cenários mais favoráveis de viabilização da produção dos concentrados de Aljustrel; aproveitamento das outras reservas existentes; instalação das indústrias transformadoras minero-metalúrgicas na perspectiva da racionalização e aproveitamento integrado e de fileira do sector mineiro português.



Ainda e sempre o 25 de Abril

■ Carlos Grilo

O balanço e registo das centenas de iniciativas comemorativas do 25 de Abril revelaram que foram muitos e muitos mil os que nelas participaram, numa demonstração de grande pujança, de fraternidade e de disposição para a resistência e luta. O facto de o combate à política de direita estar presente nestas comemorações, por si só constitui um capital disponível para defender Abril, assegurar um futuro melhor para o nosso povo, recusando o autoritarismo, o desemprego, os salários em atraso, os tectos salariais, a ofensiva contra o Poder Local e a subordinação do nosso país aos interesses transnacionais.

Foi mais uma lição para aqueles que mecânica e automaticamente, ano após ano, descreveram as comemorações como actos de liturgia.

Milhares de cidadãos participaram em diversas iniciativas promovidas pela estruturas do movimento popular, autarquias e sindicatos. O PCP organizou, só no distrito de Lisboa, cerca de cinquenta iniciativas em que participaram mais de duas mil pessoas.

Os valores de Abril perpassaram por estas comemorações reafirmados como ideário a partilhar pelas diferentes gerações. A oportuna reafirmação destes valores e a adesão popular que receberam demonstra a existência de caminhos a percorrer, alternativas possíveis a construir, futuro democrático e progressista para Portugal, e que vale a pena lutar por esse futuro.

Esse caminho é com Abril.

Nós comunistas, estamos nessa, conscientes dos obstáculos, mas convictos de que serão ultrapassados, inspirando-nos nas profundas e humanas razões da nossa luta.

De entre as comemorações populares, o desfile de Lisboa, do Marquês de Pombal para o Rossio, foi uma dessas magníficas provas. Nele participaram milhares de pessoas que acorreram ao apelo da Comissão Promotora, apesar do dia chuvoso.

É adequado e justo saudar as organizações do PCP, os seus militantes, que deram um contributo decisivo para o êxito do desfile popular, com generosidade, espírito unitário, capacidade de mobilização, decorrentes da sua ligação com as massas e os seus problemas, e animados pelo entusiasmo e confiança de quem está sinceramente com o pensamento e o coração em Abril.

Foi com esta predisposição e sentimentos que o PCP participou na Comissão Promotora, com um objectivo principal — trazer à Avenida da Liberdade a participação e intervenção dos cidadãos, elemento indispensável à continuidade da luta por Abril. Procurámos, pois, que o desfile comemorativo e alguns dos seus momentos mais significativos, como o Comício do Rossio, não fossem instrumentalizados para fins alheios ao sentido uni-

tário da iniciativa, nomeadamente para mesquinhas afirmações partidárias ou para «cultos de personalidade», aproveitando e utilizando para isso os milhares de participantes no desfile com a genuína intenção de estarem presentes por Abril.

O PS, ao apresentar os nomes da Plataforma, autodenominada de esquerda, para a lista dos promotores, ao exigir o destaque partidário que o dito grupo não tem junto da opinião pública, quis aproveitar para promover candidatos eleitorais seus que fazem parte do núcleo de activista anti-PCP.

Uma tal postura insere-se na lógica da estratégia para as eleições autárquicas onde, como foi proclamado, o PS tem a ambição, pela ambição, de retirar influência ao PCP e à CDU na Área Metropolitana de Lisboa.

Mas não serão tais atitudes de nervoso incontido sinais de reconhecimento antecipado de renovadas vitórias, no âmbito de um reforço eleitoral que a CDU vai conseguir nesta região?

Pensamos que sim. E que em Dezembro vai haver mais Abril.

É ainda no quadro daquela lógica que se pode decifrar a ridícula peça que o «Público» — o tal que não autorizou um anúncio de publicidade paga de um apelo a favor da paz em Angola — fez da grandiosa manifestação do 25 de Abril em Lisboa, na sua edição de 26/4.

Ignorando a participação popular e a criatividade das formas que a mesma assumiu, o repórter de serviço reduziu toda a sua prosa, reduziu o desfile, ao metro quadrado onde ele seguiu, no lugar e papel que lhe estava reservado. Na liturgia da intriga e da promoção do que lhe encomendaram. Mas foi também um álibi que gostosamente o «Público» utilizou para esconder e falsificar a realidade, com é seu timbre, em especial quando se trata da acção e intervenção de massas em oposição aos interesses de Belmiro de Azevedo.

Apesar das tentativas para transformar o metro quadrado do desfile em grande acontecimento mediático do 25 de Abril, os seus autores não conseguiram ir além da superfície ocupada para o efeito.

E Abril aí está com grande apoio popular, suscitando ainda mais confiança nos que, comunistas, outros democratas e progressistas, se mantêm sem recuo ou pavor, na luta contra a política de direita, por uma alternativa democrática.

E o grandioso 1º de Maio confirmou o que 25 de Abril já tinha dito. Mas disse mais. Que esta luta vai continuar e que em Maio se vão juntar muitas energias e a 5 de Junho nos vamos juntar todos outra vez, não dando tréguas à política de direita com o objectivo declarado de a derrotar.

Gazetilha

A barca

Ministro das Finanças
com suas danças.

Ministro das Saúdes
com seus ataúdes.

Ministro dos Fundos Europeus
com os seus, com os seus.

Ministro disto e daquilo
com os seus dentes de crocodilo.

Ministros a comer o seu perfil
na Economia a esticar o pernil

E um Primeiro-Ministro à sucapa
com os seus debaixo da capa.

Perfis

Senhora muito excitada
na TV muito escutada
a cobrar seus alugueis
da intriga e da má-fé
não vale pelo que é
vale só só porque é ex.

E o barbicha mata-cães
maga orgia de desdens
salmonela de pastéis
faz da TV seu bidé
não vale pelo que é
vale só só porque é ex.

O outro muito europeu
Mefistófeles sandeu;
outro de ajudas à mão
com promessas de farnéis
não valem pelo que são
valem só porque são ex.

Põe-se lá um ex nas maquias
e é um ver se te avias...

Actualidade

A crise em alta dose
aí está o resultado
da neurose:
tem aumentado
a tuberculose.

Cavaco empunha o estoque.
Imperturbável choca
os ovos podres da miséria feia
e o bacilo de koch
sempre à coca
aproveita a boleia.

Consta até que o bacilo, rei das pestes,
o vai condecorar um dia destes.

Soneto

Sendo tanto o dinheiro, por que é pouco?
Tantos os fundos, por que são tão estreitos?
Tantas ajudas, por que estamos feitos?
Com tanta ciência, como se é tão louco?

Tanto o paleio, e tudo assim tão oco?
Tão amigos, e a tantos tão sujeitos?
Todos tão confiados, tão suspeitos?
Tantos negócios, e nadinha em troco?

A quantos ricos vale tal pobreza?
Entre tanta nobreza, que esperteza?
Sabichões e chiquespertos, inseguros?

Tanto tonto à garupa, o povo geme.
chegou a hora de mudar o leme
para as mãos limpas, para os olhos puros.

■ IGNOTUS SUM

O diabo às escuras

Com o pasquim «O Diabo» tudo é possível, sabemos bem. Sobretudo um tipo de jornalismo que, se se mostra por vezes em algumas zonas de outros diários e semanários da terra, ali é concentrado. Desde o insulto à alarvice, da berraria contra o «Estado», até às saudosices do Estado de antigamente, do anticomunismo mais primário à mais caricatural crónica escrita à sombra das bananeiras madeirenses em terras de João Jardim. Mas «O Diabo» deve ter sempre muitas dificuldades em «encher» as suas indescritíveis páginas. Hoje até procura afanosamente — e por vezes encontra — maneira de publicar entrevistas com gente de esquerda, que decerto não costuma ler o indescritível semanário. Desta feita, «O Diabo» «encheu» meia página com uma espécie de «notícia-reportagem-comentário» que, sob o título «Em Beja tudo é possível», dá conta aos seus leitores de que um pobre condutor foi multado pela GNR daquela cidade alentejana por «usar óculos de sol»! Lê-se e pasma-se. Está lá tudo. Como foi, quando, e quanto custou a multa. Só que, talvez inadvertidamente — ou fazendo dos seus leitores estúpidos — o pasquim publica também o *fac-simile* da notificação de

transgressão. O leitor mais curioso acaba por conseguir ler, por entre os borrões da tinta, que o guarda escrevera a razão da multa: «o condutor não fazia o uso de óculos de correcção, conforme consta em restrições na sua carta de condução; o condutor usava óculos de sol». Isto já nem é manipulação. Nem cegada. É cegueira.

Cabeça no ar

De vez em quando, o PREC — o célebre «Processo Revolucionário Em Curso» nos anos 74 e 75, que tanto susto pregou aos reacccionários e a quem os apoiava durante a Revolução de Abril — vem à baila, quase vinte anos depois. Que vem aí o PREC, clamam; que ele já aí está, berram. «O Diabo» anda nessa desde que o seu primeiro número desta famigerada série brotou das trevas e veio empestar os ares democráticos. Agora, assustado com as lutas na TAP que o Governo quer fazer estampar, «O Diabo» acusa os trabalhadores de causarem à empresa milhões de prejuízo. E afirma que se trata de «política de terra queimada à boa maneira do PREC»... O curioso não é o diabo dizê-lo. Também Vasco da Graça Moura convoca o PREC, temendo o seu «regresso», nas páginas da revista «Sábado». No entanto, vergastando «os teóricos da fossa», VGM,

que deixa no ar os medos de «uma multidão de trabalhadores em fúria», imaginando o que aconteceria se eles encontrassem na Portela o presidente da empresa, não deixa de acalmar os leitores mais «soft» da revistinha, com novas visões de oásis: «Mas de repente», diz ele, «algumas pessoas apercebem-se de que, afinal, o Governo vinha tomando medidas consequentes para fazer face a uma situação complexa e cuja vertente internacional é determinante». Algumas pessoas? Quantas pessoas será Vasco da Graça Moura?

Bailes

A leitura daquelas «soltas» que abundam nos nossos semanários, se muitas vezes não acrescenta nada à nossa informação, pelo menos acrescenta à nossa diversão. «A fechar», por exemplo, o seu número último, o «Semanário» informa nada mais nada menos que «D. Duarte baila com o Infante» e que o «PSD namora a direita». Se quanto à primeira notícia, por não sermos íntimos de D. Duarte, até podemos acreditar nas valsas do duque com D. Henrique, à vista das «presenças confirmadas» de outros arquidques, já o que conhecemos — todos — do PSD nos impede de crer que este partido tenha alguma direita para onde se voltar...

frases da Semana

“Estão criadas as condições objectivas para que em Portugal o número de processos criminais por corrupção de titulares de cargos políticos do partido do poder seja zero.”

✉ (António Rodrigues Maximiano, procurador-adjunto - «Público», 5.05.93)

“Tenho muitas reservas quanto à regionalização.”

✉ (Duarte Lima, PSD - «Público», 11.05.93)

“Precisamos de uma federação de geometria variável.”

✉ (Sergio Romano, historiador e analista italiano - «Público», 10.05.93)

“Estranho que não esteja aqui acusada quem mandou, quem adjudicou e quem pagou...”

✉ (Costa Freire, no julgamento - «Público», 10.05.93)

“A minha demissão do CDS não é um acto situacionista, pretende ser um anúncio de mudança na vida política portuguesa. A minha aproximação ao PSD é também uma exigência em relação ao PSD, acreditar que o PSD se transforma.”

✉ (Francisco Lucas Pires - «Expresso», 8.05.93)

“Mas, de repente, algumas pessoas aperceberam-se de que, afinal, o Governo vinha tomando medidas consequentes para fazer face a uma situação complexa e cuja vertente internacional é determinante.”

✉ (Vasco Graça Moura - «Sábado», 13.05.93)

“É neste contexto que deve ler-se a intervenção de Torres Couto no Primeiro de Maio. Como é evidente, não seria de esperar que ele mitigasse as críticas ao Governo, mas constituiu, sem dúvida, uma manobra interessante que se limita a acenar com a ideia de um Outono quente.”

✉ (idem)

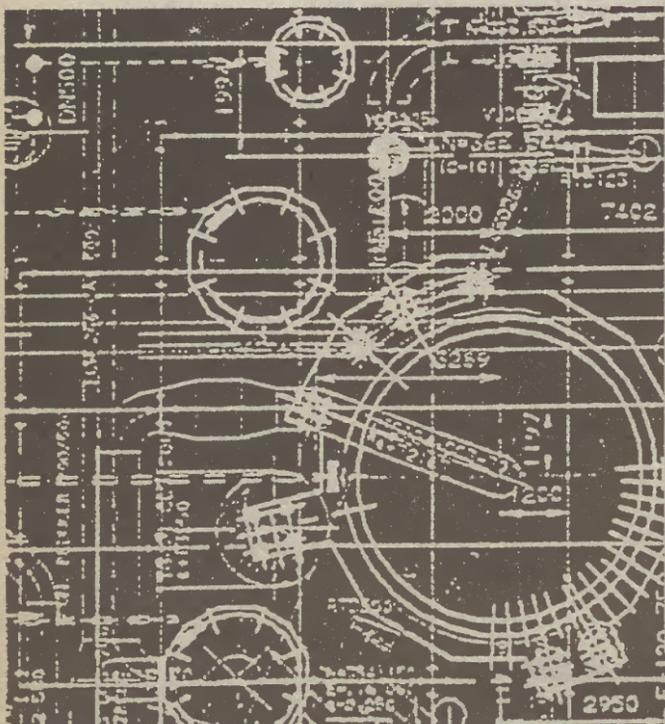
“Apoiei Cavaco com convicção...”

✉ (Carlos Queiroz - «O Diabo», 11.05.93)

“Aprendi a filosofia do camelo... ando sempre com duas bossas...”

✉ (idem)





Encontro Nacional do PCP sobre Engenharia em Portugal

Sab. 15 de Maio 1993 - 10 horas
Sala A2
FORUM PICOAS
L I S B O A

ALCANENA

Reunião concehial de eleitos e activistas da CDU - no CT do PCP, sábado, às 21.00.

ALCOCHETE

Jornadas CDU no concelho de Alcochete, que se prolongarão por três semanas. O início será no sábado, dia 15, com uma visita de eleitos e candidatos ao concelho e uma sessão pública, no final do dia, na freguesia de Samouco. Participa em ambas a camarada Octávio Teixeira.

AMADORA

Célula dos Trabalhadores da CMA - plenário na terça-feira, dia 18, às 18.00, no CT da Amadora.

Célula dos Trabalhadores da Heska - quinta-feira, dia 20, às 17.00, nas instalações da Quinta de S. Miguel.

Damaia - Plenário de militantes da organização da freguesia: sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Venteira - Plenário da CDU da freguesia, com a participação de Joaquim Dias: sexta-feira às 21.30 no Centro de Trabalho da Amadora; plenário de militantes do PCP da organização da freguesia: terça-feira às 21.30 no Centro de Trabalho da Amadora.

Mina - Plenário de militantes da organização da freguesia, com a participação do camarada Júlio Filipe: sexta-feira às 21.30 no Centro de Trabalho da Amadora.

BARREIRO

Encontro de militantes de células de empresa do concelho do Barreiro, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa - sábado, às 14.30, no CT concelhio.

CASCAIS

"Saúde que temos - Saúde que queremos": debate promovido pela

Comissão Concelhia de Cascais da CDU, com a participação de Ramon La Féria, João Fróis e Lurdes Gonçalves, médicos, Otilia Camarinhas, enfermeira, Pedro Freire, fisioterapeuta. No restaurante "Limo Verde", na Parede, sábado a partir das 15.00.

Célula da Legrand (ex-SIPE) - Reunião plenária sobre a situação social na empresa, com a presença de um dirigente sindical: sábado às 15.30 no Centro de Trabalho de Tires.

S. Domingos de Rana - Reunião de militantes do Partido e amigos, residentes em Mato-Cheirinhos e Bairro 25 de Abril, com a participação de Carlos Sota, vereador, João Camilo, presidente da JF e Aníbal Guerreiro: sexta-feira às 21.30, na garagem do camarada Raul Sabido (Largo do Chafariz, Mato-Cheirinhos).

Estoril - Eleitos CDU na freguesia e na Assembleia Municipal em contacto com os moradores de Alapraia: sábado a partir das 10.30.

COIMBRA

3ª Assembleia da Organização Concelhia - sábado, a partir das 14.00, no Auditório do Instituto da Juventude. Participa o camarada Carlos Carvalhas.

COVILHÃ

Jantar-convívio da CDU, durante o qual serão apresentados os cabeças de lista à Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia do concelho. No sábado, a partir das 20.00.

ÉVORA

Jantar-convívio da CDU para apresentação pública dos cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal, com a participação do camarada Carlos Carvalhas. No restaurante Monte Alentejano, hoje, quinta-feira, às 20.00.

LISBOA

Plenário distrital dos camaradas da Indústria Farmacêutica - hoje, quinta-feira, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da célula da Marconi - hoje, quinta-feira, às 19.00, no CT de Santos.

Plenário do Sector dos Bancários de Lisboa - hoje, quinta-feira, às 17.30, no CT Vitória.

Debate sobre a Expo 98, antecedida de visita à freguesia que terá início às 9.30 - hoje, no CT dos Olivais.

"Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho" - debate promovido pela Área da Saúde e dos Assuntos Sociais do PCP e pelo Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu no Centro Jean Monet: sexta-feira às 21.30.

Reunião de camaradas dos Sectores Profissionais residentes na freguesia de Carnide: sexta-feira às 21.30 no centro de Trabalho de Benfica.

Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. Sebastião, S. João de Deus, S. João de Brito: sábado às 15.00 no CT da Av. António Serpa, com a participação do camarada Carlos Grilo.

Encontro Nacional do PCP sobre Engenharia em Portugal - sábado, com início às 10.00, na Sala A2 do Forum Picoas

Encontro CDU da Freguesia de Alcântara - na Junta de Freguesia, sábado às 15.00.

Almoço-convívio da freguesia de Penha de França - sábado, no CT de Arroios.

Almoço-convívio do Sector de Transportes de Lisboa na Quinta da Atalaia - no sábado, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

Plenário de militantes da freguesia de Benfica - sábado às 15.00 no CT de Benfica, com a participação do camarada António Abreu.

Almoço-convívio da organização da freguesia de Santo Condestável

- domingo no CT de Alcântara.

LOURES

Programa Eleitoral em Debate - sábado, das 15.00 às 19.00, no Teatro da Malaposta.

PORTEL

Apresentação pública dos candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal - sexta-feira às 18.30, no Bar "O Forno". Participa o camarada Raimundo Cabral.

PORTO

2ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto - no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto, sábado, com início às 14.30. Participa como convidado o camarada Vítor Dias.

Vamos Falar de... Comunicação Social - debate no CT de S. Cosme, sexta-feira à noite, com a participação do camarada Vítor Dias.

Jantar-convívio promovido pela Organização da Cidade do Porto, com a participação da camarada Ilda Figueiredo, candidata da CDU à presidência da CM do Porto: sábado, no CT de Paranhos.

SETÚBAL

Álvaro Cunhal no Distrito de Setúbal: sábado, a partir das 9.30, com visita às instalações do novo CT da DORS no Edifício Arrábida e participação, durante a manhã, no plenário da Direcção Regional; às 13.30, almoço-convívio no CT de Casebres; às 16.30, visita às instalações do novo CT de Santiago do Cacém e convívio com os militantes; às 18.00, encontro com agricultores no salão da Junta de Freguesia de Alvalade; às 19.30, visita inaugural ao novo CT de Alvalade, onde em seguida se realiza um jantar-convívio.

Jornadas Parlamentares do PCP em Setúbal, segunda e terça-feira.

Reunião Plenária de Professores - hoje, quinta-feira, às 21.00, no CT concelhio.

Plenário de militantes das freguesias de Sta. Maria e S. Julião para discussão das eleições autárquicas - sexta-feira às 21.00 no CT concelhio.

Reunião de militantes da freguesia de S. Sebastião - sábado às 15.00 no CT Concelhio.

"Matação do Porco" na Cooperativa das Pontes - jornada de convívio, durante todo o dia, promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal. No domingo.

SINTRA

Belas - plenário de militantes da freguesia: sábado às 15.00, no salão da Junta de Freguesia, com a participação do camarada José Casanova.

Algueirão-Mem Martins - Encontro CDU da freguesia: sábado, às 15.00, no salão dos Bombeiros Voluntários, com a participação de Lino Paulo, vereador da CM de Sintra.

Agualva-Cacém - Almoço-convívio da CDU, com a participação de Jaime da Mata e José Casanova: domingo, nas instalações do GIP.

VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes da freguesia de Vila Franca de Xira - sexta-feira às 21.30 no Centro de Trabalho.

Póvoa de Santa Iria - Apresentação pública dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos da freguesia, com a participação de Daniel Branco e Luís Sá: sexta-feira, às 21.30, no salão da Junta de Freguesia.

Forte da Casa - Apresentação pública dos candidatos da CDU aos órgãos da freguesia: domingo, às 16.30, no Pavilhão Municipal do Desporto e da Juventude, com a presença de Daniel Branco.

Agenda

COIMBRA 3.ª Assembleia da Organização Concelhia

com a participação do camarada
Carlos Carvalhas

Sábado, a partir das 14.00,
no Auditório do Instituto da Juventude

Álvaro Cunhal sábado no Distrito de Setúbal

- a partir das 9h30, visita às instalações do novo CT da DORS no Edifício Arrábida e participação, durante a manhã, no plenário da Direcção Regional
- às 13h30, almoço-convívio no CT de Casebres
- às 16h30, em Santiago do Cacém, visita às instalações do novo CT e convívio com os militantes
- às 18h00, em Alvalade, encontro com agricultores no salão da Junta de Freguesia; às 19 h 30, visita inaugural ao novo CT de Alvalade, seguindo-se um jantar-convívio.

PORTO 2.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto

Sábado, com início às 14.30,
no Auditório da Reitoria da Universidade do Porto

Participação de **Vítor Dias.**

PAREDE

Debate:

"Saúde que temos Saúde que queremos"

Com a participação de
**Ramon La Féria, João Fróis
e Lurdes Gonçalves, médicos,
Otilia Camarinhas, enfermeira,
Pedro Freire, fisioterapeuta**

Sábado, às 15.00
no restaurante Limo Verde

Avante!
Agenda
Televisão



Uma série sobre a exploração do espaço, ao domingo no Canal 2

Quinta, 13

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 As Diabururas do Pimentinha
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Perícia e Glória
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 O Moinho do Rio Pó (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite
- 22.40 «Pacific Station»
- 23.10 Raízes do Poder
- 00.15 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.00 Fátima - Cerimónias Religiosas
- 13.00 Mal de Família
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Dinossauros
- 17.10 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 19.10 Os Trintões
- 20.05 Concerto de Solidariedade com a Bósnia
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Sexualidades
- 24.00 O Testamento de um Poeta Judeu Assassinado (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.15 Paixões Secretas
- 18.05 Notícias
- 18.15 Os Gladiadores Americanos
- 18.55 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.10 De Corpo e Alma
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.30 Conta Corrente
- 23.35 Repórter da Meia-Noite
- 00.40 Último Jornal
- 01.10 MTV

- 10.00 Fátima - Cerimónias Religiosas
- 12.45 Fátima: História e Mensagem
- 13.20 Tempo de Milagres (Longa-metragem)
- 15.00 A História de uma Mulher (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Desenhos Animados
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.40 Desporto: Na Maior
- 22.10 Referendo - «Aparições»
- 23.10 Farda e Coração
- 00.05 Informação
- 00.20 Meteorologia

Sexta, 14

- 7.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.15 Rumando contra a Maré (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.05 007 - Operação Relâmpago (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 24 Horas
- 01.05 Antes Morto que Vivo (ver «Filmes na TV»)
- 02.40 Segredos (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.00 Vidas a Meias
- 12.30 Os Anos Dourados
- 13.00 Mal de Família
- 13.25 Agora Escolha
- 15.00 Euroritmias
- 16.00 Voleibol
- 17.30 Chá das Cinco
- 18.25 Carrusel
- 19.05 Rotações
- 20.00 Uma Questão de Palavras
- 20.30 Sinais do Tempo
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Aquela Loira (ver «Filmes na TV»)
- 00.45 Últimas Notas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gente Fina
- 17.15 Paixões Secretas
- 18.05 Notícias
- 18.15 Os Gladiadores Americanos
- 18.55 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.10 De Corpo e Alma
- 21.40 Labirinto
- 22.15 Robocop - Polícia do Futuro (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 Último Jornal
- 00.50 Playboy
- 01.50 MTV

- 16.30 Série Infantil
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.20 Já Tocou!
- 20.45 Uma Aventura nos Alpes
- 21.15 Cresce e Aparece
- 21.40 Telemotor
- 22.10 O Prisioneiro do Passado (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Olhares
- 00.30 Ponto Final
- 00.45 Meteorologia

Sábado, 15

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.45 Clube Disney
- 15.05 Hatari (ver «Filmes na TV»)
- 17.35 Feira da Música
- 18.05 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 21.00 Festival Eurovisão da Canção
- 00.15 Parabéns
- 01.45 Sessão Dupla (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.05 Tarzan na Guerra (ver «Filmes na TV»)
- 13.35 Sherlock Holmes
- 14.30 Pé Grande e os Amigos
- 15.45 TV2 Desporto
- 22.45 No Cumprimento do Dever
- 23.45 GBH - O Homem Fatal
- 00.40 Popoff
- 01.05 Contradições

- 12.00 O Soldado Joe
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Notícias
- 14.05 As Mais Belas Máquinas
- 14.30 Portugal Radical
- 15.00 Veneno de Cobra (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 O Passageiro Imprevisto
- 17.15 Justiça Negra
- 18.05 Grandes Planos
- 18.30 Selvagens e Perigosos
- 18.55 Príncipe de Bel Air
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.00 Cinema Paraíso (versão integral - 1ª parte) (ver «Filmes na TV»)
- 21.55 Água na Boca
- 22.50 Último Jornal
- 23.20 Dia de Pagamento (ver «Filmes na TV»)

- 10.00 Os Construtores da História
- 11.00 Documentário
- 12.00 Colégio Interno
- 13.00 Informação
- 13.10 Contra-Ataque
- 14.10 Lágrimas (compacto)
- 18.30 O Marido da Embaixadora
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Os Bastidores do Espectáculo
- 20.35 Um Cadáver de Sobremesa (ver «Filmes na TV»)
- 22.10 Cozido à Portuguesa
- 22.50 Zelly e Eu (ver «Filmes na TV»)
- 01.15 Meteorologia

Domingo, 16

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.45 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.35 Top +
- 14.25 Olha que Dois
- 15.20 Beverly Hills 90210
- 16.15 Viagem no Tempo (ver «Filmes na TV»)
- 17.55 Sons do Sol
- 18.45 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.40 Felicidade (últ. episódios)
- 22.20 Casa Cheia
- 23.05 Que Paródia de Férias (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Conversa Afiada

- 08.00 Clássicos da TV
- 09.00 Regiões
- 10.00 Em Busca de...
- 10.30 Programa Juvenil
- 11.55 Viagem no Espaço
- 12.50 Forum Musical
- 13.50 Realce
- 14.15 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 23.15 Voo às Cegas
- 00.10 Sombras sobre Moscovo

- 10.30 Gente Fina (Compacto)
- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 14.00 Notícias
- 14.10 Passo a Passo
- 14.35 Um Planeta, Uma Família
- 15.00 Margarida Gauthier (ver «Filmes na TV»)
- 16.55 Tarzan
- 17.20 National Geographic
- 18.20 Benny Hill
- 18.55 Cosby Show
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.10 Internacional SIC
- 20.45 Batalhas Conjugais
- 21.30 Cinema Paraíso (versão integral - 2ª parte) (ver «Filmes na TV»)
- 23.00 Deseja-me Sorte
- 23.50 Valentina
- 00.30 Último Jornal
- 01.00 Crimes

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.15 Rica Saúde
- 14.15 Telhados de Vidro (compacto)
- 15.15 O Diário de Anne Frank (ver «Filmes na TV»)
- 18.10 Heights - A História de um Conjunto
- 19.00 Janelas Virtuais
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Rumores
- 20.35 Cagney & Lacey
- 21.35 O Preço da Justiça
- 23.15 Meteorologia

Segunda, 17

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Mike e Angelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Santuários Selvagens
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Devo-te a Vida (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.45 Cupido Electrónico
- 22.15 Entre Famílias
- 23.20 Amor, Mentiras e Crime
- 00.10 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Dr. Cornélius
- 13.20 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.15 Euroritmias
- 16.20 Na Rota da Antártida
- 17.10 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Cinemagazine
- 20.25 Artes e Letras
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Fogo Cruzado
- 00.10 A Via Láctea (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Os Gladiadores Americanos
- 17.25 Paixões Secretas
- 18.10 Sic Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 De Corpo e Alma
- 21.30 Encontros Imediatos
- 22.00 Robocop 2 (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 Tostões e Milhões
- 00.40 Último Jornal
- 01.10 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Uma Aventura nos Alpes
- 20.40 Já Tocou!
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.35 Fado, Fadinho
- 22.05 Telefilme: «Berços Trocados» (2ª parte)
- 23.45 Desporto
- 00.15 Informação

Terça, 18

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Lola e os Amigos
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Um Coração em Perigo (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.40 Crime, Disse Ela
- 18.35 A Roda da Sorte
- 19.05 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Isto Só Vídeo
- 22.35 Você Decide
- 23.30 A Marcha do Tempo
- 00.50 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 Dr. Cornélius
- 13.20 Agora, Escolha!
- 14.55 Roc
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Para Além do Ano 2000
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.55 Magazine Ecologia
- 20.20 V. Exa. Chamou?
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 A Rapariga de 15 Anos (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Outras Músicas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Os Gladiadores Americanos
- 17.25 Paixões Secretas
- 18.10 Sic Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 De Corpo e Alma
- 21.35 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.35 Terça à Noite
- 23.45 Jogar em Casa
- 00.15 Último Jornal
- 00.45 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.16 Uma Aventura nos Alpes
- 20.40 Já Tocou!
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.35 Canhões Perdidos (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Frontal: O Norte e a Economia
- 00.20 Informação
- 00.35 Meteorologia

Quarta, 19

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Entre Guerras
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 O Carteirista (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.35 Roda da Sorte
- 19.05 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.50 O Expresso dos Malditos (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 ZBC - No Ar
- 00.05 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 O Império de Brittas
- 12.30 Dr. Cornélius
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.50 Mal de Família (2ª série)
- 15.20 Euroritmias
- 16.15 Documentário
- 17.05 Chá das Cinco
- 17.50 Futebol: Farense-Porto e 2ª Mão da Final da Taça UEFA
- 22.50 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.30 O Sorriso do Lagarto
- 00.20 Tauromaquia

- 16.30 Notícias
- 16.35 Os Gladiadores Americanos
- 17.20 Paixões Secretas
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 De Corpo e Alma
- 21.30 A Brincar, a Brincar...
- 22.05 Sexo Forte
- 23.10 Lei e Ordem
- 00.15 Último Jornal
- 00.45 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Uma Aventura nos Alpes
- 20.40 Já Tocou!
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.35 Cartas de Amor
- 22.30 Mancuso
- 23.20 Desporto Motorizado
- 23.50 Ponto Final
- 00.05 Meteorologia



Na TV dos nossos dias, as séries de policias conseguem bater as telenovelas...

Filmes na TV

QUINTA, 13

Tempo de Milagres

«A Time For Miracles» (EUA/1980). Real.: Michael O'Herlihy. Int.: Kate Mulgrew, Jean-Pierre Aumont, Rossano Brazzi, John Forsythe. Cor, 100 min. Ver Destaque. (13.20, Quatro)

O Moinho do Rio Pó

«Il Mulino del Pó» (It./1949). Real.: Alberto Lattuada. Int.: Carla Del Poggio, Jacques Sernas, Mario Besesti, Giulio Cali. P/B, 100 min. Ver Destaque. (15.00, Canal 1)

A História de Uma Mulher

«A Woman's Tale» (Austrália). Real.: Paul Cox. Int.: Sheila Florence, Gosia Dobrowolska, Norman Kaye, Chris Haywood. Cor, 94 min. Drama. (15.00, Quatro)

O Testamento de um Poeta Judeu Assassinado

«Le Testament d'un Poète Juif Assassiné» (Fr./1987). Real.: Frank Cassenti. Int.: Michel Jonasz, Erland Josephson, Wojtek Pszoniak. Cor, 84 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

SEXTA, 14

Rumando Contra a Maré

«Long Road Home» (EUA/1991). Real.: John Korty. Int.: Lee Purcell, Morgan Weisser, Leon Russom, Mark Harmon. Cor, 92 min. Telefilme melodramático. (15.15, Canal 1)

007 - Operação Relâmpago

«Thunderball» (Gr.Br./1965). Real.: Terence Young. Int.: Sean Connery, Claudine Auger, Adolfo Celi, Luciana Paluzzi. Cor, 125 min. Ver Destaque. (22.00, Canal 1)

O Prisioneiro do Passado

«Dark Passage» (EUA/1947). Real.: Dermot Daves. Int.: Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Agnes Moorhead, Bruce Bennett. «Colorizado». 106 min. Ver Destaque. (22.10, Quatro)

Robocop - Polícia do Futuro

«Robocop» (EUA/1987). Real.: Paul Verhoeven. Int.: Peter Weller, Nancy Allen, Daniel O'Herlihy, Ronny Cox, Kurtwood Smith. Cor, 103 min. Ver Destaque. (22.15, SIC)

Aquela Loira

«Casque d'Or» (Fr./1952). Real.: Jacques Becker. Int.: Simone Signoret, Serge Reggiani, Claude Dauphin, Raymond Bussières. P/B, 94 min. Ver Destaque. (23.10, TV 2)

Antes Morto Que Vivo

«Better Off Dead» (EUA/1985). Real.: Savage Steve Holland. Int.: John Cusack, David Ogden Stiers, Kim Darby, Demian Slade. Cor, 98 min. Comédia. (01.05, Canal 1)

Segredos

«Secrets» (EUA/1977). Real.: Paul Wendkos. Int.: Susan Blakely, Roy Thinnes, Joanne Linville, John Randolph. Cor, 97 min. Telefilme dramático. (02.30, Canal 1)

SÁBADO, 15

Tarzan na Guerra

«Tarzan Triumphs» (EUA/1942). Real.: William Thiele. Int.: John Weissmuller, Johnny Sheffield, Frances Gifford. P/B, 76 min. Ver Destaque. (12.05, TV 2)

Veneno de Cobra

«We're No Angels» (EUA/1955). Real.: Michael Curtiz. Int.: Humphrey Bogart, Peter Ustinov, Aldo Ray, Joan Bennett, Basil Rathbone. Cor, 106 min. Ver Destaque. (14.55, SIC)

Hatari

«Hatari» (EUA/1962). Real.: Howard Hawks. Int.: John Wayne, Elsa Martinelli, Hardy Kruger, Red Buttons. Cor, 151 min. Ver Destaque. (15.00, Canal 1)

Um Cadáver de Sobremesa

«Murder By Death» (EUA/1976). Real.: Robert Moore. Int.: David Niven, Alec Guinness, Maggie Smith, Peter Sellers, Peter Falk, Nancy Walker. Cor, 94 min. Ver Destaque. (20.35, Quatro)

Zelly e Eu

«Zelly and Me» (EUA/1988). Real.: Tina Rathbone. Int.: Isabella Rossellini, Glynis Johns, David Lynch, Alexandra Johnson. Cor, 89 min. Drama. (22.50, Quatro)

Dia de Pagamento

«Payday» (EUA/1973). Real.: Darryl Duke. Int.: Rip Torn, Ahna Capri, Elaine Heilveil, Cliff Emmich, Michael C. Gwynne. Cor, 103 min. Ver Destaque. (23.20, SIC)

«Magia e Medicina» (EUA/1977). Real.: George Schaefer. Telefilme. (Alternativa I); «Ocupação Imprópria para Senhoras» (Gr.Br./1981). Real.: Christopher Petit. «Thriller». (Alternativa II); «Halloween IV: O Regresso do Assassino» (EUA/1988). Real.: Dwight H. Little. Terror. (Alternativa III). (01.45, Canal 1)

DOMINGO, 16

Margarida Gauthier

«Camille» (EUA/1936). Real.: George Cukor. Int.: Greta Garbo, Robert Taylor, Lionel Barrymore, Elizabeth Allan, Laura Hope Crews. «Colorizado». 108 min. Ver Destaque. (15.05, SIC)

O Diário de Anne Frank

«The Diary of Anne Frank» (EUA/1980). Real.: Boris Segal. Int.: Melissa Gilbert, Maximilian Schell, Joan Plowright, Doris Roberts. Cor, 100 min. Ver Destaque. (16.25, Quatro)

Viagem no Tempo

«Biggles» (Gr.Br./1986). Real.: John Hough. Int.: Neil Dickson, Alex Hyde-White, Fiona Hutchison, Peter Cushing. Cor, 88 min. Aventuras. (16.15, Canal 1)

Que Paródia de Férias

«National Lampoon's Vacation» (EUA/1983). Real.: Harold Ramis. Int.: Chevy Chase, Beverly D'Angello, Imogene Coca, Randy Quaid. Comédia. (23.05, Canal 1)

SEGUNDA, 17

Devo-te a Vida

«Tu M' As Sauvè La Vie» (Fr./1950). Real.: Sacha Guitry. Int.: Sacha Guitry, Fernandel, Lana Marconi, Jeanne Fusier-Gir, René Génin. P/B, 86 min. Comédia. (15.05, Canal 1)

Berços Trocados - Parte II

«Switched at Birth» (EUA). Real.: Warris Hussein. Int.: Bonnie Bedelia, Brian Kerwin, John Jackson, Eve Gordon, Judith Hoag. Cor, 96 min. Drama. (21.05, Quatro)

Robocop 2

«Robocop 2» (EUA/1990). Real.: Irvin Kershner. Int.: Peter Weller, Nancy Allen, Daniel O'Herlihy, Belinda Bauer, Tom Noonan. Cor, 118 min. Ficção científica. (22.00, SIC)

A Via Láctea

«La Voie Lactée» (Fr./1969). Real.: Luis Buñuel. Int.: Laurent Terzieff, Paul Frankeur, Delphine Seyrig, Edith Scob. Cor, 89 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

TERÇA, 18

Um Coração em Perigo

«Heartbeat» (EUA/1946). Real.: Sam Wood. Int.: Ginger Rogers, Jean-Pierre Aumont, Adolphe Menjou, Melville Cooper. P/B, 101 min. Comédia. (15.00, Canal 1)

Canhões Perdidos

«Loose Cannons» (EUA/1990). Real.: Bob Clark. Int.: Gene Hackman, Dan Akyroyd, Dom DeLuise, Ronny Cox, Nancy Travis. Cor, 94 min. «Thriller». (21.35, Quatro)

A Rapariga de Quinze Anos

«La Fille de Quinze Ans» (Fr./1988). Real.: Jacques Doillon. Int.: Judith Godrèche, Melvin Poupaud, Jacques Doillon, Tina Spotlaro. Cor, 82 min. Ver Destaque. (23.10, TV 2)

QUARTA, 19

O Carteirista

«Pickpocket» (Fr./1959). Real.: Robert Bresson. Int.: Martin Lalale, Marika Green, Pierre Leymarie, Jean Pélégri. P/B, 72 min. Ver Destaque. (15.10, Canal 1)

O Expresso dos Malditos

«Narrow Margin» (EUA/1990). Real.: Peter Hyams. Int.: Gene Hackman, Anne Archer, James B. Sikking, J. T. Walsh. Cor, 93 min. «Thriller». (21.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



Humphrey Bogart, intérprete principal de «O Prisioneiro do Passado»

Tempo de Milagres (Quinta, 13.20, Quatro)

A 13 de Maio... na Quatro... para celebrar religiosamente a data, escolheram um filme a propósito - «um bonito filme para toda a família que nos conta a história verdadeira de Elizabeth Seton, a primeira santa da América, retratando valores humanos tão importantes como a Fé, o Amor, a Coragem e a Devoção», assim reza a «folha de informação» da estação. Louvada seja, então, a Quatro, embora provavelmente grande parte da família esteja, àquela hora, a trabalhar ou a estudar. O que é um desperdício, já que não poderá ser tocada pela dita santa, como esperamos o sejam alguns dos principais intérpretes do filme - Rossano Brazzi ou Jean-Pierre Aumont ou John Forsythe - «figurões» que muito dela precisam, pois já os temos visto a pecar, e bem, noutros écrans...

O Moinho do Rio Pó (Quinta, 15.00, Canal 1)

Neste filme de Alberto Lattuada, um realizador à época empenhado no cinema de temática social, é-nos dado um retrato da corajosa luta contra as difíceis condições de vida, nos finais do século passado, de uma família que explora um moinho flutuante no rio Pó e dos camponeses de Verginesi, atraídos pelos ideais socialistas. Pelo tema abordado, trata-se de um dos filmes que mais fortemente marcaram a corrente do cinema neo-realista italiano, embora formalmente a realização de Lattuada se aproxime mais - ou mesmo de certo modo antecipe - rigores de encaenação, enquadramentos e montagem que iríamos encontrar em obras posteriores de outros grandes realizadores, como Visconti ou Bertolucci. Na adaptação do argumento, encontramos ainda os nomes prestigiosos de Federico Fellini e Tullio Pinelli. Um filme importante, a rever.

O Testamento de um Poeta Judeu Assassinado (Quinta, 00.10, TV 2)

Este realizador francês, nascido em 1945, começou a interessar-se pelo cinema como animador no movimento cineclubista, só depois avançando para uma profissão em que realizou até hoje seis filmes, em geral mal recebidos pela crítica, e dos quais «O Testamento...» é o último. Trata-se da trágica história de um judeu que evolui pela Europa durante a guerra, deparando com os maiores horrores e tentando a eles dramaticamente escapar - distribuindo o filme os males igualmente pelo nazismo e pelo estalinismo, temática que ultimamente tem dado muito jeito a muita gente. A adaptação é de um romance de Elie Wisel, Prémio Nobel da Paz em 1986.

007 - Operação Relâmpago (Sexta, 22.00, Canal 1)

Trata-se da quarta adaptação ao cinema inspirada nas histórias de Ian Fleming, com o famigerado «agente secreto 007» na crista da aventura. Ou, melhor, na crista das ondas e mesmo debaixo delas, já que a acção (ou as sequências mais espectaculares dela) se passa durante um vigoroso confronto submarino, com Sean Connery a lutar desenvoltamente contra o Espectro, uma tenebrosa organização que se apodera de dois bombardeiros da NATO para ameaçar a Inglaterra e os EUA com a deflagração de duas bombas atómicas. O costume, já mais do que visto, para passar o tempo...

O Prisioneiro do Passado (Sexta, 22.10, Quatro)

Bem mais importante do que o espectador assistir de novo às peripécias do 007 é rever, esta noite, O Prisioneiro do Passado, um fabuloso exemplar do filme negro norte-americano e dos melhores realizados por Delmer Daves, um dos mais destacados realizadores deste período, embora sobretudo brilhando no género western. Uma das maiores qualidades

— Por isto e por aquilo... —

deste filme encontramos-la ao nível da escrita do argumento (de que o realizador foi um notável especialista) adaptado a partir de uma história de David Goodies: um prisioneiro inocente, condenado à morte pelo alegado assassinio da sua mulher, foge da prisão e refugia-se junto da mulher que acredita na sua inocência. Submetendo-se a uma operação cirúrgica para transformar o rosto, o nosso homem vem então a descobrir que era uma outra mulher que cometera o crime - a qual, descoberta, acaba por se suicidar. Para além do tenso desenvolvimento da intriga, outros atractivos do filme são o prazer de vermos representar um par glorioso do cinema - Humphrey Bogart/Lauren Bacall - ou de apreciarmos a encenação de Delmer Daves, designadamente o achado dos primeiros vinte minutos totalmente rodados em câmara subjectiva - um processo essencialmente dramaturgicamente de que o realizador tecnicamente também se serve para nunca vermos o rosto de Bogart durante a fuga! Mas como não há bela sem senão, a Quatro mais uma vez alinha no crime de passar uma versão «colorizada» por computador... O leitor-espectador já sabe o que tem a fazer. Aliás, como aconteceu na semana passada com A Relíquia Macabra, é o próprio apresentador da sessão que absurdamente lhe sugere que rode o botão da cor - o que justifica uma lógica interrogação sobre qual será, então, a verdadeira utilidade de se passarem cópias «colorizadas». Mistérios...

Robocop (Sexta, 22.15, SIC)

Também este Robocop é largamente batido pela importância do filme de Daves. Mas, apenas porque o filme é bem melhor do que a sua indigente continuação que a mesma SIC exhibe, quatro dias depois, num outro espaço completamente adulterado - Noite de Estreia -, grave-o desta vez, se estiver mesmo muito interessado. Sobre tudo para descobrir o virtuosismo técnico-industrial de que o badalado realizador holandês Paul Verhoeven dá provas, ao encenar as aventuras de ficção desta figura de polícia, semi-homem, semi-robot.

Aquela Loira (Sexta, 23.10, TV 2)

Mas quem o avisa, seu amigo é. A menos, naturalmente, que seja um (obcecado) felizardo na posse de dois gravadores (!), decida-se mas é a gravar este filme, já que O Prisioneiro do Passado também a ele parcialmente se sobrepõe. É que, fazendo-nos por uma vez divergir do omnipotente cinema americano, a TV 2 - acaso em um assomo de missão de «serviço público» - decidiu transmitir uma preciosidade do cinema francês, uma obra-prima de Jacques Becker. Aquela Loira é, na realidade, um dos melhores filmes franceses do pós-guerra, um melodrama com argumento centrado no retrato a um tempo realista e poético de um punhado de homens que a sociedade arrasta para a condição de patifes. Um filme que também se debruça sobre a dureza dos seus dramas e misérias, a fidelidade aos códigos de honra, e a paixão, ciúme e rivalidade que levam ao crime. E uma fabulosa interpretação de Simone Signoret, na sua esplendorosa juventude, bem acompanhada por Regianni, Dauphin e Bussières. A não perder.

Tarzan na Guerra (Sábado, 12.05, TV 2)

Típico filme de Sábado à tarde, este é mais um Tarzan dos «melhores»; com Johnny Weissmuller (como deve ser), mas infelizmente sem a mais bela de todas as Janes, ou seja, sem Maureen O'Sullivan. Do mal o menos, Cheta, o chimpanzé, acompanha o nosso herói na luta, em plena selva, contra os nazis!

Veneno de Cobra (Sábado, 14.55, SIC)

Por muito interessante que tal parecesse prometer, não há dúvida de que os papéis cómicos que aqui representam Humphrey



Greta Garbo, em «Margarida Gauthier», de George Cukor

rey Bogart, Aldo Ray ou Basil Rathbone, não colam aos seus intérpretes, tão habituados que estamos a vê-los marcar outros géneros ou tão insuficiente se revela, neste ensejo, a direcção de actores de Michael Curtiz. Talvez por isso, o ar insólito desta comédia sobre as aventuras de três presidiários fugidos da Ilha do Diabo e desembarcando no pacato ambiente de uma família para fazer das suas acaba por esgotar-se ao fim de algum tempo, sem que o filme chegue a ultrapassar as suas inerentes limitações.

Hatari (Sábado, 15.00, Canal 1)

A levar a palma com toda a naturalidade de ao filme de Curtiz, destacamos à mesma hora um clássico de Howard Hawks que conta as aventuras, a que também não são alheios traços de comédia, de um grupo de caçadores profissionais de animais selvagens para jardins zoológicos e as não menos excitantes ciladas amorosas que se desenrolam no seu seio. Um grande papel de John Wayne no meio de uma distribuição internacional em que podemos igualmente recordar a figura de Elsa Martinelli. E, ainda, uma série de sequências de caça, de antologia, filmadas sem o recurso a quaisquer truques ou duplos.

Um Cadáver de Sobremesa

(Sábado, 20.35, Quatro)

Um outro filme - de forma alguma inédito no pequeno écran - com um grupo de intérpretes de meter inveja! Doze detectives - com o nomeada, entre os quais nada menos do que Sam Spade, Charlie Chan ou Miss Marple, são convidados por um milionário que não regula bem da cabeça (interpretado por Truman Capote) para passar uns dias no seu castelo afim de descobrirem... o autor do seu próprio assassinato. Uma comédia de boulevard saída da pena sabedora de Neil Simon.

Dia de Pagamento (Sábado, 23.20, SIC)

Realizado por um cineasta canadiano com uma carreira profissional sobretudo inclinada para a televisão, canadiana e americana, este filme de Daryl Duke veio a revelar-se, segundo indicam as referências, um retrato agudo e sensível do meio do espectáculo e das incidências dramáticas dos bastidores da vida de um cantor de música folk, excelentemente interpretado por Rip Torn.

Margarida Gauthier (Domingo, 15.05, SIC)

«Nunca viu Greta Garbo a cores? Se a diva nunca foi fotografada dessa forma no cinema, a técnica moderna dá uma ajuda com a colorização deste clássico dos anos 30, dirigido por George Cukor segundo o conhecido romance de Alexandre Dumas, filho, «A Dama das Camélias». (...) Também pode ser visto a preto e branco.» É assim que a SIC, nas suas folhas de informação, se refere, como que numa desculpa e justificação... injustificáveis, ao facto de ter programado, assim, a mais sublime das três adaptações cinematográficas conhecidas daquele romance. Um envergonhado absurdo!

O Diário de Anne Frank (Domingo, 16.25, Quatro)

Com a duração de 100 minutos - o que sugere o formato típico do telefilme - tudo indica tratar-se de uma nova adaptação do livro que constituiu um best seller internacional e foi escrito por uma jovem, Anne Frank, que nele descreve o seu trágico cativo e de mais sete pessoas durante o tempo em que se mantiveram escondidas das tropas nazis aquando da ocupação da Holanda. Um filme a ver, com justificado interesse e esperança, por quantos acharam, na conhecida adaptação ao cinema de George Stevens (1959), uma falhada experiência.

A Via Láctea (Segunda, 00.10, TV 2)

Neste filme, o grande cineasta espanhol Luis Buñuel acompanha o percurso de dois vagabundos na rota que os leva a Santiago de Compostela e ao seu cruzamento com uma série de figuras de antologia que servem ao realizador para, de forma fortemente satírica e quase surrealista, estigmatizar como sempre fez os dogmas da doutrina da Igreja. Fazendo-o, além do mais, através dos saborosos diálogos escritos por si de parceria com Jean-Claude Carrière, seu colaborador em alguns dos últimos filmes que realizou, como Belle de Jour e O Charme Discreto da Burguesia. Mais um filme a não perder.

A Rapariga de Quinze Anos (Terça, 23.10, TV 2)

Com um argumento à partida arriscando uma história de intensa e violenta cruzeza, Jacques Doillon, utilizando deliberadamente parcos meios técnicos e humanos, ergue um filme extremamente sensível que, desenvolvendo-se por um prólogo e cinco episódios, narra a tema experiência de educação sentimental que se joga no seio de um invulgar triângulo: pai, filho e namorada deste.

O Carteirista (Quarta, 15.10, Canal 1)

Absolutamente escandaloso é o horário para que foi relegado este filme de Bresson, independentemente da opinião que se possa ter acerca deste polémico cineasta francês cuja maior parte da obra parece dedicada, como escreveu Jean Mitry, a «empobrecer voluntariamente o seu estilo, que não é feito de dissecação, como dele se disse, mas de ascese». Como habitualmente rodado com o recurso de actores amadores, esta «história» de um carteirista e da observação metódica dos seus actos de furto é mais uma experiência de cinema alheio a toda e qualquer dramatização e a caminho do posterior total corte com a realidade. Uma curiosidade a rever.



Serge Reggiani e Simone Signoret, em «Aquele Loira», de Jacques Becker

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Herói Acidental	★★★★	★★★	★★★
B Imperdoável	★★★★	★★★	★★★★
C Jogo de Lágrimas	★★★	★★★★	—
D Van Gogh	★★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** — Real. Stephen Frears — **Amoreiras/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Fonte Nova/1** (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); **Quarteto/4** (14.30, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00); **Terminal/1** (14.30, 16.45, 19.15, 21.30) — Lisboa.
- B** — Real. Clint Eastwood — **Cine 222** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **King Triplex/2** (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C** — Real. Neil Jordan — **King Triplex/1** (13.00, 15.15, 17.30, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- D** — Real. Maurice Pialat — **Nimas** (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) — Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **INOX TAKE 5**, de José Pedro Gomes.

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O COMISSÁRIO DA POLÍCIA**, de Gervásio Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

CASA CONVENIENTE

Lisboa, R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. **MENINA JÚLIA**, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

COMUNA

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **QUANDO PASSAREM CINCO ANOS**, de Federico Garcia Lorca, encenação de João Mota, pela Comuna.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. as 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTÉNS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz,

encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

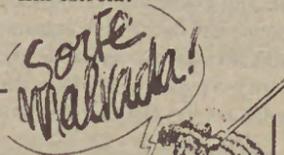
Monte Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **ALTA VIGILÂNCIA**, de Jean Genet, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. De 2ª a sáb. às 21.30. **NOME DE GUERRA-JUDITE**, encenação de Maria Germana Tanager. **Companhia Teatral do Chiado** - Sáb. e dom. às 12.00. **AQUELA NUVEM E OUTRAS**, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas.

TEATRO DA MALAPOSTA

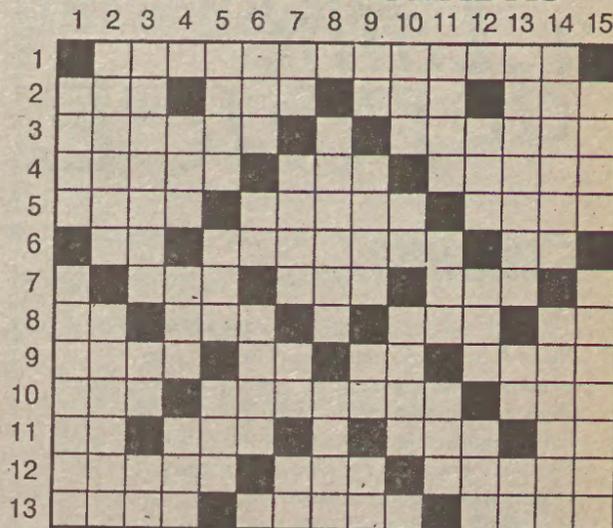
De 3ª a sáb. às 21.30 Em estreia:



Tempo

Céu muito nublado e aguaceiros ou chuva fraca em todo o território continental.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — Estudo do mar (pl.); 2 — patrão; República Árabe Unida (sigla); ruminante útil ao homem; quadrúpede que serve de alimento ao homem; 3 — muito formosas; semente de olmeiro; 4 — achar-se; senão; ascender; 5 — trajes; tamancos; na actualidade Tailândia; 6 — duas e dois; refilador; Césio (simb.); 7 — vai para fora; panela; apresentam-se; 8 — caminhar para lá; concorro; anda; atmosfera; 9 — apelido do almirante português irmão de D. Leonor Teles; ilusória; letra grega; tem conhecimento; 10 — nome de letra; acto de malhar; tio da América; 11 — andei; caminhas; grupo terrorista basco (sigla); despido; 12 — feixe; altar; gancho para pescar; 13 — cacete; areal; atrevo-me.

Verticais: 1 — Vara; fixavam a vista; 2 — negligente; ribeiro; 3 — narra; pêlo de carneiro; Actínio (simb.); 4 — entregas; fracção de unidade quando dividida em mais de dez partes; viagem; 5 — lavar; corrente de água natural; chefe do partido comunista chinês e presidente da república popular chinesa; 6 — cont. prep. e art.; condição; frutos da videira; 7 — alternativa; bolor; art. árabe; aspecto; 8 — micróbio; planta trepadeira e rastejante; 9 — Rubídio (simb.); couro; deus dos rebanhos; nesse lugar; 10 — cont. prep. e art.; com saúde; videira; 11 — vendas a crédito; ovário de peixe; fruto da ateira; 12 — mulos; lamentos; espaço de tempo; 13 — outro nome do mar Vermelho; campeão; meio amalucado; 14 — sizudas; ventarolas; 15 — cicatrizo; vacilante.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Rabecas; Euterpe; 2 — abalas; sanear; 3 — faca; Apolo; aula; 4 — ano; era; som; 5 — dó; pua; lar; rô; 6 — pé; Liana; em; 7 — cativa; ocelos; 8 — pedido; óperas; 9 — azo; até; ova; 10 — Sr.; alatinado; in; 11 — com; onerado; ara; 12 — atas; alar; 13 — lares; Rui; glosa.

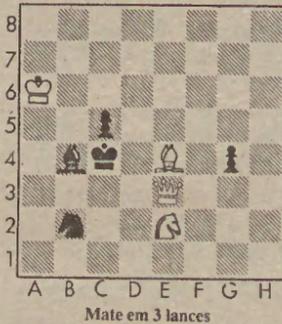
Verticais: 1 — Rafado; Pascal; 2 — abano; Ce.; rota; 3 — Baco; pada; mar; 4 — ela; petiza; se; 5 — cá; tu; ídolo; 6 — asa; alvo; Ana; 7 — pé; ia; ate; 8 — sorna; atirou; 9 — lá; nó; ena; 10 — uso; laço; adi; 11 — tá; fá; epodo; 12 — ena; relevo; al; 13 — réus; mora; aló; 14 — palor; sã; iras; 15 — éramos; sanara.

XADREZ

CDX - 13 de Maio de 1993

PROPOSIÇÃO Nº 1993X037
Por: JOHN BROWN
London News, 1859

Pr.: [5]: Pç5, g4-Cb2-Bb4-Rç4
Br.: [4]: Cç2-Bç4-D-ç3-Ra6

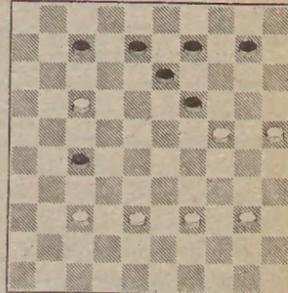


DAMAS

CDX - 13 de Maio de 1993

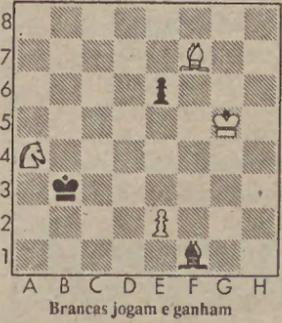
PROPOSIÇÃO Nº 1993D037
Por: JEAN-FRANÇOIS
FOCCROULLE
Dame à la Une nº 45,
Bruxelas/Abril, 1993

Pr.: [7]: 7-8-9-10-13-19-27
Br.: [7]: 17-24-25-37-38-39-40



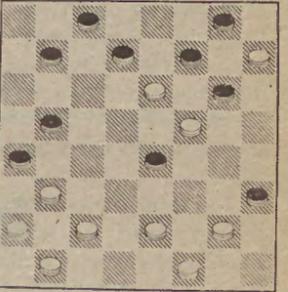
PROPOSIÇÃO Nº 1993X038
Por: E. PUHAKKA
Memorial Lalsari, 1970

Pr.: [3]: fç6-Bf1-Rb3
Br.: [4]: fç2-Ca4-Bg7-Rg5



PROPOSIÇÃO Nº 1993D038
GOLPE Nº 1893
Por: MANUEL PINTO DA SILVA
Porto, 29.III.1936

I. 12-15, 21-18; 2. 10-14, 25-21; 3. 5-10, 23-20; 4. 1-5, 28-23; 5. 7-12, 20-16; 6. 3-7, 32-28; 7. 9-13, 18-4; 8. 14-19, 23-14; 9. 11-25, 22-18; 10. 10-13, 18-14; 11. 13-18, 26-21; 12. 15-19, 24-20; 13. 19-22, 30-26
DIAGRAMA



SOLUÇÃO DO Nº CDX

Nº 1993X037 [J.B.]: 1. Dg3, Ba5; 2. Ra5. C-; 3. Dd3++
1., Bf2; 2. Db8; Bb4; 3. Dg8++
Nº 1993X038 [E.P.]: 1. Cç5+, Rb4; 2. Cd3+, Rç3; 3. Cf4, ç5; 4. Cd5+, Rd4; 5. ç3+, Rç4; 6. Rg4, Ba6; 7. Rg3, Bb7; 8. Rf2, B:d5; 9. Bg6++

Nº 1993 D038 [J.F.F.]: 1. 17-12! (8X17) [SE: (19X30); 2. 12X5=D+]; 2. 37-32, (19X30); 3. 32X1=D+ SE: 1. (7X18); 2. 38X32, (19X30); 3. 25X34, (27X); 4. 39-33, (38X29); 5. 34X5=D+ SE: 2. (27X38); 3. 39-33, (38X); 4. 25X...X5=D+

Nº 1993 D038 [M.P. DA S.]: 14. 6-11, 26-19, 15. 11-15, 20-11; 16. 5-10, 14-5; 17. 7-32=D+ [Jogado contra: José Vaz Ribeiro]

A. de M. M.

a talhe de FOICE

Censura

O suicídio do antigo primeiro-ministro francês, Pierre Bérégovoy, suscitou em França uma verdadeira vaga de protestos contra os jornalistas e os juizes, acusados pela "classe política" de autores morais daquele acto de desespero. Atacado à esquerda e à direita enquanto vivo - os socialistas responsabilizaram a sua política, incapaz de conter a inflação e suster o aumento do desemprego, pela derrocada eleitoral, enquanto as forças de direita não lhe pouparam acusações que iam da "mafia" à "camorra" -, Bérégovoy transformou-se, pelo simples facto de estar morto, em tema de consenso.

De um momento para o outro, políticos de todos os quadrantes saíram a terreiro para denunciar à opinião pública o recém-descoberto inimigo interno: juizes e jornalistas.

Os primeiros porque suspeitaram da lisura de um empréstimo sem juros feito a Bérégovoy, para a compra de uma casa em Paris, por um amigo de longa data, entretanto falecido, e inculcado, pouco antes de morrer, de irregularidades na bolsa.

Os segundos, pela divulgação de suspeitas que punham em causa a honestidade do ex-primeiro-ministro. A estes há ainda que juntar os populares programas satíricos de televisão, em particular o *Bêbête Show*, que, não sendo propriamente fruto de trabalho jornalístico, não poupam as figuras públicas com a denúncia dos seus pretensos ou efectivos privados vícios.

De Bérégovoy se disse que, por ser de modestas origens, não se podia dar ao luxo de perder a honra ou de a ver sequer enxovalhada, o que justificaria o suicídio. O raciocínio é no mínimo estranho.

Porque a honra não é, nem nunca foi, património exclusivo de ninguém; porque o suicídio, sejam quais forem as razões que o motivem, se alguma coisa prova é a incapacidade para fazer face aos problemas.

A velha máxima impõe-se: aos políticos, como à mulher de César, não basta serem honestos; têm de parecê-lo também.

Mas a verdadeira questão que o suicídio de Bérégovoy veio colocar é na verdade outra. A hipócrita indignação da classe política francesa esconde mal o que de facto a preocupa: a liberdade de informação.

Coqueluche de todas as democracias, a liberdade de imprensa é uma bandeira sempre hasteada pelos partidos burgueses nas lutas pelo poder, mas que se suporta mal quando o mesmo é conquistado. É a reacção típica dos que, recolhidos os votos populares, não mais se preocupam com o povo que os elegeu e passam a defender particularíssimos interesses pessoais e de classe. O sonho de qualquer destes governos é dispor de uma imprensa bem comportadinha, domesticada, sem grandes laivos de ousadia, e crítica q.b. para, sem verdadeiramente incomodar, manter alguma credibilidade.

O problema é quando os jogos de interesses, a que a própria imprensa não foge enquanto propriedade de poderosos grupos económicos, escapam ao controlo do poder político. É então que surgem as preocupações com os ditos segredos de Estado, as liberdades individuais, as privacidades, etc., etc. São os primeiros passos de todas as leis da rolha. O fantasma italiano assombra já a Europa. Portugal não é excepção. Tal como em França, o Governo do PSD já encontrou os seus pretextos para nos caminhos ínvios da lei traçar o atalho para novas censuras. No passado fim-de-semana, Cavaco Silva deu o sinal de partida para o assalto a um das mais importantes conquistas do 25 de Abril.

Se é verdade que a liberdade de imprensa pode levar a abusos; se é verdade que em nome da liberdade de imprensa há quem deliberadamente manipule a opinião pública, não é menos verdade, como a experiência se tem encarregado de demonstrar, que estes perigos são sempre menos graves do que os resultantes da limitação dessa mesma liberdade. Os jornalistas, primeiro que ninguém, têm obrigação de o denunciar.

■ AF

CGTP-IN não aceita contenção salarial

«Com um salário médio de 87 contos, Portugal tem os salários mais baixos e o menor poder de compra da CE, ficando mesmo atrás da Grécia», denuncia uma nota da CGTP-IN, divulgada na terça-feira, que exige a correcção «ainda este ano» tanto do salário mínimo

nacional como dos salários dos trabalhadores da Administração Pública.

A central sindical indica que «em diversos sectores e empresas, o trabalho desenvolvido pelos sindicatos e as lutas realizadas permitiram concluir acordos que se situam entre os 9 e os 10 por

cento». A situação é porém diferente no sector empresarial do Estado onde nenhum acordo colectivo foi ainda celebrado devido à atitude intransigente do Governo e do patronato. «O primeiro ameaça sancionar os aumentos salariais superiores a 6 por cento. O segundo exige,

na concertação, que os aumentos sejam inferiores à inflação que, neste momento, se situa próximo dos 9 por cento, sem incluir a habitação».

A CGTP-IN, salienta o que «volume e a dimensão das lutas» travadas pelos trabalhadores contra a degradação do poder de compra dos seus salários «é bem elucidativo da sua determinação em não aceitar a contenção salarial ou a imposição de qualquer tecto salarial». A nota realça que «a sua mobilização tem vindo a agigantar-se e novas grandes acções se anunciam para o dia 5 de Junho».

A CGTP-IN considera ainda falso o argumento de que só com salários baixos é possível manter o emprego, contrapondo que «uma força de trabalho qualificada, motivada e bem paga é factor determinante para o desenvolvimento económico» e que, por outro lado, «mesmo com salários baixos o desemprego não pára de crescer, atingindo já 8 por cento da população activa». A central concluiu que os «principais obstáculos à competitividade das empresas residem no nível de procura, nas elevadas taxas de juro, na política cambial e na falta de pessoal qualificado».

Propaganda PSD «contra» a corrupção

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou recentemente uma nota sobre o Projecto de Decreto-Lei para o combate à corrupção, que hoje publicamos na íntegra:

1. Nos últimos dias, o Governo do PSD e o ministro da Justiça desencadearam uma poderosa operação de propaganda destinada sobretudo a convencer a opinião pública de que se iriam criar as condições para um combate sério à corrupção.

2. Este Governo, que afirma tais propósitos, é o mesmo que se tem visto envolvido nos últimos anos em sucessivos escândalos e suspeitas de corrupção e de fraude que, com preocupação, os portugueses vêm com frequência estampados nas páginas dos jornais.

3. Este Governo, que quer aparecer agora como campeão da luta anticorrupção, é o mesmo que através da maioria PSD que o suporta tem sistematicamente recusado a averiguação de tais situações, tem rejeitado os inquéritos propostos pelo PCP na Assembleia da República, tem afrontado de forma arrogante a fiscalização do Tribunal de Contas.

4. Extinta a Alta-autoridade contra a Corrupção, cujos

limitados resultados se ficaram sem dúvida a dever à falta de vontade política, senão mesmo a obstáculos criados pelo próprio Governo do PSD, tudo indicava que se devia caminhar para a criação e reforço de mecanismos e poderes independentes capazes e interessados num combate eficaz à corrupção que alastra.

5. O Projecto de Decreto-Lei que o Governo se prepara para aprovar causa sérios motivos de preocupação relativamente ao facto de se poder não perante uma verdadeira lei anticorrupção mas sim perante uma lei que em certos casos possa protegê-la.

6. Efectivamente, as soluções preconizadas no diploma, em muitos casos equívocas, pese embora a habilidade formal e a demagogia habitual nas explicações do titular da pasta da Justiça, não são de molde a evitar uma larga margem de iniciativa (ou ausência dela) por parte da Polícia Judiciária, ditada por critérios de oportunidade política.

7. O PCP manifesta-se em absoluto contrário a esta filosofia e, como sempre tem feito, defende, para

além da disponibilização de mais meios e instrumentos necessários, uma clara e inequívoca subordinação da Polícia Judiciária às magistraturas, não só na letra da lei mas na sua aplicação prática, na convicção de que não apenas essa dependência é a melhor garantia dos direitos dos cidadãos.

8. O coro de protestos que tem vindo a crescer em torno do projecto mostra que é possível contrariar os objectivos do Governo e continuar a luta pela transparência, isenção e rigor para um sério e eficaz combate contra a corrupção.

Petição ajuda toxicodependentes

Um grupo de cidadãos está a promover uma petição à Assembleia da República propondo a criação de uma rede pública de centros de tratamento e reinserção social de toxicodependentes, com capacidade para assegurar em diversos pontos do País possibilidades reais de tratamento de muitos milhares de pessoas afectadas pela tragédia da toxicodependência.

Entre os promotores da

petição destacam-se Alberto Galvão Teles, Álvaro Pereira, António Galhordas, Daniel Branco, Demétrio Alves, Emílio Peres, Estela Monteiro, Fernando Duarte Silva, Inês Fontinha, Joaquim Bandeiras Santinhos, José Martinhez Silva, Maria Emília Sousa, Maria Merlin de Madureira, Mário David Soares, Mário Jorge, Paula Coelho, Paulo Sucena e Sérgio Ribeiro.

Deficientes promovem colóquio em Junho

A direcção da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes anunciou que irá realizar, em Lisboa, no próximo dia 26 de Junho, um colóquio sobre Saúde e Segurança Social.

O anúncio foi feito após uma reunião realizada no passado sábado, que analisou a situação social dos deficientes portugueses e fez o balanço do END/93, realizado em Coimbra nos dias 17 e 18 de Abril findo. Por seu lado, a Associação Portuguesa de Deficientes, em recente conferência de imprensa realizada em Lisboa, considerou que continua a «imperar a ausência de vontade política e falta de interesse no diálogo para alterar a situação de degradação do deficiente».

A APD revelou que pediu com um mês de antecedência audiências ao primeiro-ministro, ao secretariado nacional de reabilitação e aos grupos parlamentares para apresentar um dossier contendo reivindicações urgentes. Contudo, os responsáveis da APD, lograram apenas ser recebidos pela acesora do ministro da Saúde, pelo ministro do Trabalho e Segurança Social, Silva Peneda, e pelo chefe de gabinete do ministro das Obras Públicas e Transportes.

Esta iniciativa da Associação enquadrou-se no âmbito da «semana europeia de consciencialização pela igualdade de direitos e contra a discriminação dos deficientes» que decorreu até domingo.



«Com Lisboa» já está a andar

A coligação «Com Lisboa» teve uma primeira vitória com a inusual participação no acto, ontem efectuado, para assinatura e divulgação do acordo estabelecido entre o PS, o PCP, o PEV, o PSR e a UDP.

Falando em nome do PCP, Luís Sá salientou a necessidade de se trabalhar para fazer uma «cidade de que são donos os que nela moram, trabalham e a visitam».

Falaram, também, João Soares, pelo PS, Isabel de Castro, pelos Verdes, Alfredo Frade, pelo PSR, e Luís Fazendas, pela UDP.

Por último, Jorge Sampaio, de novo candidato da coligação à Presidência da Câmara, afirmou que «a coligação renova-se em nome de uma cidade mais solidária, mais justa e mais humana».